

DINÂMICA SOCIOESPACIAL EM ZONA DE EXPANSÃO URBANA. OS  
IMPACTOS DA IMPLANTAÇÃO DE NOVOS EMPREENDIMENTOS  
NA ÁREA AO ENTORNO DA AVENIDA SILVIO BASTOS TAVARES EM  
CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ

DINÂMICA SOCIOESPACIAL EM ZONA DE EXPANSÃO URBANA. OS  
IMPACTOS DA IMPLANTAÇÃO DE NOVOS EMPREENDIMENTOS  
NA ÁREA AO ENTORNO DA AVENIDA SILVIO BASTOS TAVARES EM  
CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ

**NATÁLIA GUIMARÃES MOTHÉ**

Dissertação apresentada ao Centro de  
Ciências do Homem da Universidade  
Estadual do Norte Fluminense – Darcy  
Ribeiro, como parte das exigências para a  
obtenção do título de Mestre em Políticas  
Sociais

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Teresa de Jesus Peixoto Faria

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE – UENF

CAMPOS DOS GOYTACAZES - RJ  
DEZEMBRO – 2011

CAMPOS DOS GOYTACAZES - RJ  
DEZEMBRO – 2011

DINÂMICA SOCIOESPACIAL EM ZONA DE EXPANSÃO URBANA. OS  
IMPACTOS DA IMPLANTAÇÃO DE NOVOS EMPREENDIMENTOS  
NA ÁREA AO ENTORNO DA AVENIDA SILVIO BASTOS TAVARES EM  
CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ

**NATÁLIA GUIMARÃES MOTHÉ**

Dissertação apresentada ao Centro de  
Ciências do Homem da Universidade  
Estadual do Norte Fluminense – Darcy  
Ribeiro, como parte das exigências para a  
obtenção do título de Mestre em Políticas  
Sociais

**Aprovada em 20 de Dezembro de 2011.**

Comissão Examinadora:

---

Prof. Luiz de Pinedo Quinto Junior (Doutor em Arquitetura e Urbanismo)  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense *Campus*  
Campos-Centro

---

Prof. Geraldo Márcio Timóteo (Doutor em Sociologia)  
Universidade Estadual do Norte Fluminense - Darcy Ribeiro.

---

Prof. Marcos Antonio Pedlowski (Doutor em Planejamento Regional)  
Universidade Estadual do Norte Fluminense - Darcy Ribeiro.

---

Prof<sup>a</sup>. Teresa de Jesus Peixoto Faria (Doutora em Estudos Urbanos)  
Universidade Estadual do Norte Fluminense - Darcy Ribeiro.  
Orientadora

#### **Agradecimentos**

Agradeço primeiramente a Deus por ter me dado força tanto nos momentos de desespero quanto nos de felicidade.

Ao meus familiares por estarem presentes em todos os momentos em mais essa etapa em minha vida; sempre me aconselhando e me acalmando nos momentos difíceis.

Ao meu marido, Gustavo da Silva Maciel, que sempre me apoiou e compreendeu, com paciência, todos os momentos em que estava distante, ocupada, preocupada e, principalmente, estressada.

A minha orientadora, Teresa de Jesus Peixoto Faria, que além de orientadora, se tornou uma grande amiga e conselheira; sempre atenciosa e paciente.

As queridas amigas que fiz durante o mestrado, Maria Alice Pohlmann e Gisele da Silva Gonçalves, me apoiando, trocando experiências e aconselhando sobre assuntos relacionados ao mestrado e a própria vida pessoal.

A minha amiga de muito tempo Giselle Pessanha, que sempre me deu força, se preocupando quando eu estava mal e tentando me ajudar de alguma forma.

Ao professor Marcos Pedlowski, que mesmo do seu jeito, se mostrou o professor mais sincero e preocupado com nós mestrandos em Políticas Sociais.

Além da conquista de mais um título, neste período pude ver o quanto nós podemos ser fortes, mesmo nos momentos de adversidade e que ainda existem pessoas dispostas e nos ajudar mesmo sem receber nada em troca. Obrigada a todos!

## INTRODUÇÃO

No Brasil, assim como em outras partes do mundo, transformações espaciais podem se apresentar em decorrência de necessidades do capital, o que pode gerar conseqüências à estrutura social do país. Alguns pontos podem ser aprimorados, enquanto outros, podem causar ou acentuar manifestações negativas.

Tem-se presenciado vultosas somas direcionadas ao desenvolvimento de grandes empreendimentos nas cidades, as quais se mostram bem interessadas na inserção desse grande capital, principalmente no setor privado. Neste contexto, para receber essas somas, determinados espaços devem ser adaptados até com a ajuda do Poder Público, para atrair essas atividades localmente complementares, o que os torna espaços complexos. No Brasil, estes lugares se concentram nas metrópoles, tendo, recentemente, se apresentado também em cidades médias:

No caso brasileiro, a região privilegiada é o Sudeste e os lugares privilegiados são as metrópoles, às quais recentemente também vem juntar-se um grande número de cidades médias, graças ao desenvolvimento agrícola e industrial (SANTOS, 2009:19-20).

Tais ações são presenciadas com freqüência nos espaços urbanos, tornando determinada área, vista anteriormente como degradada e afastada do centro econômico citadino, agora valorizada.

Mas, como já foi citado a cima, para que tais ações se concretizem, o capital privado necessita da parceria do Estado em determinadas ações. Também usado como ferramenta de comando pelas elites, o Poder Público pode acelerar, através de determinadas medidas, o processo de inserção/expansão de novos empreendimentos. A partir disso, observa-se uma participação estatal com maior afinco em áreas pontuais onde se concentram empreendimentos privados, enquanto as áreas mais carentes sofrem as conseqüências.

Quem não pode arcar com os novos custos agregados ao espaço de moradia, vê como alternativa migrar para outras áreas também vistas como desvalorizadas, como alerta Santos (1994):

Melhorar uma via pública significa aumentar também a possibilidade de implantação ou melhoria do transporte público e criar uma valorização que acabará por expulsar daquela vizinhança os mais pobres. Instalar um novo serviço público (água, esgotos, eletricidade)

acaba por ter o mesmo resultado, pelas mesmas razões. E a necessidade (nova) de pagar por esses mesmos serviços pesa sobre os orçamentos reduzidos e apressa o processo de expulsão. Todo melhoramento em uma área pobre faz dela o teatro de um conflito de interesses com as classes médias em expansão, para não falar das classes altas (SANTOS, 1994:113).

Nessa discussão abordada por Santos, pode-se incluir o espaço da favela. Esta, detentora de uma problemática social ligada à pobreza, ilegalidade e ausência de saneamento básico (ZALUAR & AVITO, 1998); cujo seus habitantes ainda carregam o estigma de serem preguiçosos, desordeiros, marginais e sem regras básicas de higiene e educação, fica, muitas vezes, à margem dessas mudanças espaciais, tornando-se um ambiente segregado e esquecido pelo poder público; "maquiado" por pequenas intervenções de infra-estrutura, que não trazem consigo soluções reais aos problemas a cima descritos.

Quando o espaço em que está localizado uma favela se torna alvo para a construção de um empreendimento, desenvolve uma problemática que envolve a população que já mora no local e o empreendimento que será instalado. O local se torna valorizado e, em alguns casos, o custo de vida se eleva.

A população com menor poder aquisitivo que não pode custear o novo padrão de vida, vê como solução migrar para outras áreas que condizem ao seu perfil econômico.

Observa-se em outros casos que quando a população não é deslocada para outras áreas através de ações governamentais, essa muitas vezes se "fecha" a nova realidade presente, permanecendo em seu próprio universo (tanto social como econômico), apresentando as mesmas problemáticas espaciais.

Vivencia-se tal discussão em escala local, observada no município de Campos dos Goytacazes; onde a gênese dessa problemática parte do século XVIII, ligada a crise no campo (no município, pela produção de açúcar e no restante da região, pelo setor agrícola - principalmente na produção de açúcar e café) e a inserção de leis trabalhistas no campo.

Com a inserção dessas leis, houve uma grande retirada de migrantes das áreas rurais para a cidade (principalmente em direção a cidade campista). Surgem ocupações em áreas ainda não urbanizadas da cidade. Com isso, o espaço citadino foi se expandindo, criando novas áreas periféricas (sem infraestrutura, para além da malha urbana), acentuando a configuração centro *versus* periferia.

Mesmo com a descoberta de petróleo na bacia submarina de Campos, na década de 1970, e com a inserção do pagamento de *royalties* ao município, essa desigualdade entre esses espaços não foi resolvida. O petróleo substituiu, de certa forma, as perdas com a indústria do açúcar, mas não foi suficiente para extinguir ou pelo menos amenizar os contrastes socioespaciais na cidade. Tal como demonstrou Terra (2007), os investimentos do Poder Público Municipal continuam se concentrando nas áreas centrais e voltados para os grupos de alto *status* social.

Um exemplo que poderia contrariar tal fato se refere a uma área periférica, vista no passado como desvalorizada, sobretudo, pela presença da Favela Margem da Linha<sup>1</sup>, e que atualmente vem sofrendo uma série de investimentos, transformando completamente sua paisagem, usos e significados. Estas transformações compreendem o entorno da Avenida Sílvio Bastos Tavares (Estrada do Contorno<sup>2</sup>).

Vivencia-se que diversos empreendimentos públicos e, principalmente, privados tem sido instalados nas últimas décadas na região, porém, observa-se que tais investimentos são voltados, principalmente, para um público que possui maior *status* econômico e social. O que demonstra a inexistência de interesse em atender ou integrar a população da Favela Margem da Linha.

Presenciou até o momento a inserção na área de um *shopping center*, condomínios residenciais fechados, empreendimentos e serviços diversos. Todos voltados para as novas classes que vem migrando para o local. No entanto, não foi observado o esforço do Poder Público em inserir a população da Favela Margem da Linha ao novo contexto sócio-espacial que se reproduz no local; sendo esta situação contraditória, visto que os moradores da Favela Margem da Linha foram os primeiros a se instalarem no local.

Será observado ao longo do trabalho que todas as referências bibliográficas tratam a palavra favela como um conceito. Com isso, a palavra favela possui toda uma construção histórica, uma evolução, que partiu de uma simples palavra para uma definição concreta. Hoje, surge um novo termo que eventualmente está sendo empregado: "comunidade". Como ainda não há uma utilização maciça de tal palavra e a própria bibliografia científica da área ainda emprega a palavra favela em suas discussões, não há porque ocorrer o contrário neste estudo.

---

<sup>1</sup> A favela Margem da Linha ocupa a área descrita desde a década de 1960 (GUIMARÃES & PÓVOA, 2005; POHLMANN, 2008)

<sup>2</sup> Nome popular dado à Avenida Sílvio Bastos Tavares.

A partir dessas observações, foram formuladas questões em relação à Favela Margem da Linha que nortearam o presente estudo: Quais as suas maiores dificuldades e necessidades? Quais as suas expectativas em relação às mudanças espaciais em seu entorno? Existe o interesse do Poder Público em inserir a Favela Margem da Linha nesse novo contexto socioespacial? Que configuração espacial tende a existir nessa área a partir da inserção dos novos empreendimentos?

Com foco direcionado para as transformações provocadas pelos empreendimentos – paisagem, usos, configuração espacial – tendo como principal interesse a Favela Margem da Linha, os possíveis resultados a serem alcançados quando forem respondidas as questões propostas na dissertação são: 1. datar e localizar os investimentos que foram introduzidos na área ao longo do período estudado (que abrange da década de 1990 até os dias atuais); 2. verificar em que medida, positiva ou negativamente, essas transformações sociais e espaciais afetam a Favela Margem da Linha; 3. Apontar a atual configuração espacial da cidade, sobretudo face aos padrões de segregação/fragmentação.

Para isso, a dissertação foi organizada em capítulos que irão auxiliar a compreensão do presente estudo.

Os referenciais teóricos utilizados para reflexões sobre o objeto de estudo estão presentes no Capítulo 1. Além de terem o intuito de auxiliar a análise, eles buscam respaldar o trabalho, trazendo para a discussão conceitos referentes aos fenômenos socioespaciais e ao processo de favelização brasileiro e da cidade de Campos dos Goytacazes.

No Capítulo 2 – Metodologia, será explicado de que forma e com quais recursos foram alcançadas as respostas das questões levantadas anteriormente.

Já no terceiro capítulo, serão analisados os atuais processos de transformação espacial na cidade de Campos dos Goytacazes associados aos fenômenos de favelização e segregação; envolvendo na discussão a atuação do Plano Diretor.

O Capítulo 4 busca analisar as transformações espaciais ocorridas na região de entorno da Avenida Silvio Bastos Tavares ao longo dos anos, considerando os principais empreendimentos que estão sendo instalados no local. Também será visto como se deu o processo de surgimento da Favela Margem da Linha, observando se essa recebe a mesma atenção que os novos empreendimentos.

Já o Capítulo 5 busca observar, através de análises de gráficos construídos em EXCEL a partir de dados coletados na Favela Margem da Linha, quais são as

suas maiores dificuldades, necessidades, expectativas e visão em relação às mudanças espaciais em seu entorno; além de apresentar as maiores necessidades em relação ao Poder Público e atuais características socioespaciais da favela.

Com a análise dos dados será possível dizer se os moradores da Favela Margem da Linha se acham inseridos no novo contexto social emergente na região.

Além disso, nesse capítulo, será debatida a dimensão real da Favela Margem da Linha (discussão já iniciada no Capítulo 4), orientada pela concepção espacial de seus moradores perante a que foi apresentada pelo IBGE e em estudos anteriores.

Ao final, serão apresentadas as conclusões a partir do que foi coletado durante o campo, das reflexões associadas às leituras realizadas e de observações particulares da autora.

## CAPÍTULO I. REFERENCIAL TEÓRICO

Em diversas partes do mundo, transformações espaciais podem ocorrer em decorrência de necessidades do capital, o que pode trazer conseqüências à estrutura social dos países. Alguns pontos podem ser aprimorados, enquanto outros, podem causar ou acentuar manifestações negativas.

Um dos cientistas que estudam o comportamento social e espacial no ambiente urbano é Manuel Castells. Em seu livro "A Questão Urbana" (2009), o autor discute o ambiente citadino fazendo menção a Wirth, em alusão que quanto maior a dimensão da cidade, maior a sua interferência nas relações sociais. Diversas características negativas são visíveis nesse extenso espaço urbano como superficialidade, anonimato, distanciamento, falta de participação, etc:

São estas as relações *causais* entre características e formas culturais que Wirth empenha-se em valorizar. Primeiro, no que diz respeito à *dimensão* de uma cidade: quanto maior ela é, maior o leque de variação individual e maior também a diferenciação social; o que determina o afrouxamento dos elos comunitários, substituídos pelos mecanismos de controle formal e pela competição social. Por outro lado, a multiplicação das interações produz a segmentação das relações sociais e suscita o caráter "esquizóide" da personalidade urbana. Os traços distintivos de um tal sistema de comportamento são então: o anonimato, a superficialidade, o caráter transitório das relações sociais urbanas, a anomia, a falta de participação. Esta situação tem conseqüências sobre o processo econômico e sobre o sistema político: por um lado, a segmentação e o utilitarismo das relações urbanas levam à especialização funcional da atividade, à divisão do trabalho e à economia de mercado; por outro lado, já que a comunicação direta não é mais possível, os interesses dos indivíduos só são defendidos pela representação (CASTELLS, 2009:130).

Partindo dessa premissa, Castells continua sua análise da problemática do ambiente urbano, seguindo novamente para os relacionamentos humanos através de Wirth. Ao mesmo tempo em que os contatos sociais estão distantes, existe uma justaposição espacial, porém sem a interatividade social. Nestes ambientes, não há, na maioria das vezes, uma preocupação com o coletivo, apenas com os interesses próprios do indivíduo:

Em segundo lugar, a *densidade* reforça a diferenciação interna, pois, paradoxalmente, quanto mais próximos estamos fisicamente, tanto mais distantes são os contatos sociais, a partir do momento em que

se torna necessário só se comprometer parcialmente em cada um dos relacionamentos. Há portanto uma justaposição sem mistura de meios sociais diferentes, à que gera o relativismo e a secularização da sociedade urbana (indiferença a tudo que não esteja diretamente ligado aos objetivos próprios de cada indivíduo). Enfim, a coabitação sem possibilidade de expansão real resulta na selvageria individual (para evitar o controle social) e, conseqüentemente, na agressividade (CASTELLS, 2009:130).

Este modelo social apresentado por Castells e Wirth está atrelado às transformações espaciais que vem ocorrendo constantemente no ambiente urbano. Além do modelo citadino descrito acima, o espaço urbano também pode se configurar a partir da dualidade Centro *versus* Periferia, abrangendo uma região comercial, referência para todo o resto da cidade – o *centro* –, e uma região mais afastada, desprovida de infra-estrutura, vista como local de moradia das classes mais populares – a *periferia*, como será visto a seguir.

### 1.1. O Padrão Centro *Versus* Periferia

Para Corrêa (1995), a visão tradicional de centro-periferia parte de duas referências clássicas do cenário urbano idealizado na cultura ocidental: o *Centro*, primeiro e mais importante; dado como uma área nuclear que funciona como espaço de atração (econômica, social e política), cujo acesso e efetivo gozo devem cumprir exigências da ordem do capital; e a *Periferia*, em segundo plano, dada pela condição de espaços e do tradicional distanciamento das áreas centrais, sendo definida como segregada. Assim como Corrêa, Villaça (2001) entende que:

[...] o mais conhecido padrão de segregação da metrópole brasileira é o de centro versus periferia. O primeiro, ditado da maioria de serviços urbanos público e privados, é ocupado pelas camadas de mais alta renda. A segunda, subequipada e longínqua é ocupada, predominantemente, pelos excluídos (VILLAÇA, 2001:143).

Atualmente, o modelo citadino tem passado por transformações (tanto naturais como antrópicas), tornando o modelo dual centro-periferia defasado. Desta forma, o processo de urbanização conduz ao desenvolvimento de novos processos socioespaciais, como o surgimento de dois centros urbanos:

[...] o centro tradicional que, abandonado pelas elites, progressivamente passa a ser ocupado pelo comércio e serviços dirigidos aos mais pobres, e um 'centro novo', estrategicamente localizado junto à área de grande concentração das camadas de mais alta renda, e concentrando o comércio e os serviços orientados para essas camadas (VILLAÇA, 2001:34).

Da observação desses novos processos, podemos depreender que a configuração clássica dual centro-periferia, pode ser questionada, não sendo mais possível utilizá-la e aplicá-la para definir as configurações dos espaços urbanos das cidades brasileiras na atualidade. Como, hoje, estes espaços, se caracterizam como altamente complexos, a visão que se deve ter da cidade é que as transformações na sua configuração espacial ocorrem com maior velocidade, e resultam de diferentes e acelerados processos socioespaciais, muitas vezes, concomitantes.

Milton Santos compreendia que o modelo dual de centro-periferia não seria mais aplicável à realidade espacial das cidades. O autor explica, usando como modelo a metrópole, que a dinâmica de uma cidade não gira apenas a limites físicos próximos, mas de uma forma instantânea e descentralizada; levando a conclusão que a cidade em si não se encontra mais estática, e sim móvel. Motivo a mais que nos leva a crer na defasagem do modelo dual:

As questões de centro-periferia, como precedentemente colocadas, e a das regiões polarizadas, ficam, assim, ultrapassadas. Hoje, a metrópole está presente em toda parte, no mesmo momento, instantaneamente. Antes, a metrópole não apenas não chegava ao mesmo tempo em todos os lugares, como a descentralização era diacrônica: hoje a instantaneidade é socialmente sincrônica. Trata-se, assim, de verdadeira "dissolução da metrópole", condição, aliás, do funcionamento da sociedade econômica e da sociedade política (SANTOS, 1994:91-92).

Lago (2000) também observa que a visão tradicional de dualidade que ocorre na cidade está caindo em desuso, principalmente a partir da década de 1980, em decorrência de diversas transformações espaciais e sociais que vêm ocorrendo como:

a crescente instabilidade do trabalho e da renda, com seus efeitos sobre o acesso à cidade, a retomada do crescimento das favelas tanto nas áreas centrais quanto nas periféricas e o surgimento, na periferia, de novos espaços residenciais e comerciais excludentes, destinados às camadas médias da periferia (LAGO, 2000:207).

Como afirmado pela autora, atualmente os espaços excludentes podem ser localizados em áreas afastadas da cidade, assim como em áreas centrais; podendo, segundo a atual configuração espacial, ser habitadas ou freqüentadas tanto por moradores de classe mais popular como mais elevada.

Embora a atual configuração espacial possibilite que moradores com classes sociais distintas venham a habitar o mesmo espaço, não é fato que ocorra necessariamente uma aproximação social entre as mesmas; ao contrário, pode-se acentuar o distanciamento social e, conseqüentemente, alguns fenômenos socioespaciais.

Como foi visto em Castells, as interações sociais diminuem e embora as diferentes sociedades estejam cada vez mais próximas, o que se percebe é um afrouxamento dos elos comunitários; o que mostra que a idéia de centro versus periferia está realmente caindo em desuso, passando a existir um outro modelo que envolve uma justaposição espacial e social entre as diferentes sociedades em um mesmo espaço; porém sem uma vivência mútua, o que nos leva ao surgimento do fenômeno segregação socioespacial.

Quando esta segregação perpassa os limites sociais, se aprofundando em algo mais complexo no campo espacial, caracterizado por um distanciamento social e espacial, envolvendo núcleos territoriais particulares, cada qual com suas características; onde dificilmente os distintos atores que os compõem freqüentam o espaço do outro, podemos nos referir ao fenômeno Fragmentação Socioespacial.

Pelo que foi estudado, o fenômeno Fragmentação Socioespacial pode ser compreendido como o aumento do distanciamento de uma sociedade com outra (o que integra aspectos sociais e espaciais).

Enquanto a segregação socioespacial envolve o distanciamento de um grupo em relação à outro, tanto em aspectos sociais como espaciais, sabendo que eles ainda mantêm algum tipo de contato e troca de experiências; a fragmentação envolve o individualismo e o fechamento de grupos homogêneos, não se misturando com grupos que não sejam seus pares, reforçando o surgimento de outros fenômenos como o Emuralhamento da Vida Social e a criação de Ilhas Utópicas.

## 1.2. Segregação socioespacial

A partir das modificações espaciais atuantes constantemente no espaço urbano, pode-se considerar o aumento do distanciamento social entre moradores de diferentes classes sociais que habitam o mesmo espaço, em consequência do aumento de determinados fenômenos socioespaciais. Neste caso, a *segregação* se torna mais comum no ambiente citadino, tendo como característica principal o domínio que um grupo pode ter sob o outro, principalmente em casos em que se um se introduz no espaço já ocupado por outro grupo. Para Castells, a segregação refere-se

Ao processo pelo qual o conteúdo social do espaço torna-se homogêneo no interior de um unidade e se diferencia fortemente em relação às unidades exteriores, em geral conforme a distância social derivada do sistema de estratificação, enfim, a *invasão-sucessão* explica o movimento pelo qual um nova população (ou atividade) se introduz num espaço previamente ocupado, sendo rejeitada pela anterior, sendo integrada ou finalmente sucedendo-lhe como dominante na unidade ecológica visada (CASTELLS, 2009:186).

Para o autor, o mais importante é considerar que a segregação não é apenas um fenômeno de discriminação social, mas sim carregado de complexidades, como as situações sociais de distanciamento e desinteresse de um grupo com o outro:

O que é socialmente significativo não é o fato de a pobreza ou da discriminação em si, mas a fusão de certas situações sociais e de uma localização particular na estrutura urbana. É desta forma que a segregação urbana se constitui enquanto fenômeno específico, e não simplesmente como reflexo da estratificação social geral (CASTELLS, 2009:258).

Indo mais longe, Lago (2000), aponta que o fenômeno da segregação, além de não representar apenas uma problemática discriminatória, também engloba uma tendência a dualização social, a uma nova questão mercadológica dada aos espaços e as moradias de luxo:

Em síntese, a segregação ocorre como uma forma extrema de desigualdade. O impacto espacial da tendência à dualização social seria, numa extremidade, a apropriação cada vez mais exclusiva dos espaços mais valorizados pelas funções ligadas ao consumo e à moradia de luxo e, na outra, a conformação de espaços exclusivos da pobreza. No âmbito dessas transformações surgiram, como

expressões de um novo padrão de segregação espacial, noções como “cidade dual” e “espaço fragmentado” (Sassen, 1991; Castells, 1992). A noção de segregação, portanto, estaria atrelada a novas espacialidades que emergem nas grandes cidades capitalistas, em especial o gueto americano e os espaços residenciais excludentes das camadas sociais superiores (LAGO, 2000:208).

A segregação também é compreendida como “*um processo segundo o qual diferentes classes sociais ou camadas sociais tendem a se concentrar cada vez mais em diferentes regiões gerais ou conjunto de bairros da metrópole*” (VILLAÇA, 2001).

Sabendo que esse fenômeno se constitui “*em um complexo processo de produção e consumo diferenciado de espaço*” (TAVARES; ARAÚJO, 2008:82), observa-se a possibilidade do mesmo ser utilizado ao benefício, principalmente, das camadas mais altas da sociedade, que por meio do capital, estabelecem seus interesses no espaço. Neste caso, o que é mais valioso no fenômeno da segregação é o *poder* que as camadas mais altas detêm em relação às demais.

Com isso, para as camadas de mais alta renda, a segregação torna-se uma conseqüência do processo de aceleração da transformação espacial de áreas do seu interesse. Estes espaços se tornam diferenciados e excludentes quando transformados:

Esta diferenciação em naturais agrupamentos econômicos e culturais dá forma e caráter à cidade. Porque a segregação oferece ao grupo, e, portanto, aos indivíduos que compõem, um lugar e um papel na organização total da vida da cidade. A segregação limita o desenvolvimento em certas direções, mas deixa-o livre em outras. Estas áreas tendem a acentuar certas características, atraindo e desenvolvendo as respectivas espécies de indivíduos e assim tornando-se mais diferenciados (BURGESS, 1970:362).

Um fator que auxilia nessa valorização do espaço submetendo-o à segregação é o novo *conceito* que é lhe dado. Atualmente, vem ganhando margem a idéia que a residência não é somente um lugar para a moradia, descanso e segurança. Hoje, elas também representam o “status social” do indivíduo e, de acordo com o local em que estão localizadas, é lhes agregado mais valor:

O princípio essencial que influencia a distribuição das residências no espaço é o *prestígio social*, cuja expressão positiva é a preferência social (preferência por vizinhos semelhantes) e a expressão negativa, é a distância social (rejeição de vizinhos diferentes) (CASTELLS, 2009:251).

Os fatores que levam o indivíduo à busca de locais mais exclusivos para habitar estão relacionados a pontos negativos que compõem a paisagem urbana (como a pobreza e informalidade, deterioração de bairros tradicionais - seja pela poluição ou perda da qualidade ambiental) e pelo aumento de problemas sociais, ligados – principalmente – à criminalidade e insegurança. Estes fatores acabam por ser vinculados apenas a paisagem da cidade “tradicional”, o que torna um estímulo à auto-segregação (CORRÊA, 1995; SOUZA, 2005).

Conseqüentemente, além da segregação e da auto-segregação, outros fenômenos podem vir a emergir no cenário brasileiro, podendo desencadear problemáticas sociais cada vez mais complexas e difíceis de serem contidas na cidade "tradicional". Para Cocco (2009), a transformação sócio-espacial que o cenário brasileiro vem recebendo, poderá desencadear uma série de fenômenos negativos em todo o país:

A transformação social brasileira pode encontrar no seu caminho a reiteração amplificada (globalizada!) dos fenômenos de desigualdade econômica, fragmentação social, segregação espacial e violência que caracterizam a trajetória da modernização brasileira e que hoje aparecem como as características gerais da pós-modernidade (COCCO, 2009:142).

Através das leituras realizadas, é perceptível que o número de locais que apresentam características do fenômeno segregação socioespacial tem aumentado com o passar do tempo. Como foi visto a cima, esse fenômeno está atrelado a fatores sociais como pobreza, violência, ausência do poder público, que acabam gerando na população da cidade “tradicional” (SOUZA, 2005), sentimentos como medo e insegurança; conseqüentemente, o que corrobora numa reclusão da população em suas casas, e quando lhes é possível, o refúgio em condomínios fechados.

Quando a população se utiliza os condomínios horizontais ou verticais como locais de fuga de toda a problemática social que se desenvolve no espaço urbano, podemos nos referir ao fenômeno Fragmentação Socioespacial. Portanto, esses condomínios que se caracterizam como uma representação da realidade urbana, porém com as vantagens de não apresentarem suas características negativas, podem ser vistos como sintomas de uma Fragmentação Socioespacial. Esta se refere ao isolamento de determinados grupos em núcleos homogêneos, onde,

praticamente, não há contato com a cidade “tradicional”, e quando isto é realizado, ocorre principalmente entre o trajeto dos condomínios fechados a serviços privados; ao contrário da Segregação Socioespacial, em que o distanciamento social é grande, porém, ainda há a possibilidade dos grupos circularem na cidade tradicional.

### **1.3. Fragmentação Socioespacial**

Diante de toda a nova realidade apresentada nas cidades brasileiras, estas vêm se tornando locais dissolvidos, desintegrados, não sendo mais vistas como espaços de encontro entre as diversas camadas da sociedade. A cidade se torna individualizada, e sua configuração espacial se remodela por meio de novos subcentros que são construídos de acordo com os desejos de mercado.

Nessa nova conjuntura espacial, Gomes (2006) analisa o surgimento do fenômeno fragmentação na cidade. Esta fragmentação é entendida pelo autor como *“soma de parcelas mais ou menos independentes, havendo uma multiplicação dos espaços, que são comuns, mas não públicos; há um confinamento dos terrenos de sociabilidade e diversas formas de nos extrairmos do espaço público”* (GOMES, 2006:174).

Para Gomes, a fragmentação espacial é acompanhada por uma fragmentação social, em que o espaço é recriado de uma forma fragmentada e em esferas menores e privativas, que negam os princípios de uma vida democrática.

Com a existência da segregação em determinado local, a última das conseqüências geradas por tal fenômeno é a fragmentação, em que além de haver a segregação entre e por parte de determinados grupos, ocorre à auto-segregação de alguns, chegando ao ponto que as trocas de experiências entre diferentes grupos não ocorre, se fechando em universos homogêneos. Com isso, não há mais a diversidade pelas ruas, ou a utilização dos espaços públicos. Cada grupo se torna apenas vinculado aos seus pares, se fechando em espaços próprios como os condomínios fechados exclusivos ou, em alguns casos, morros e favelas.

Assim, o fenômeno da fragmentação se tornou demasiado complexo apresentando particularidades em determinados locais em que é estudado. Desta forma, alguns autores já o analisam de forma mais aprofundada, expandindo mais o seu conceito, como é o caso de Souza (2005):

Como o nome indica a fragmentação do tecido sociopolítico-espacial coloca em primeiro plano a dimensão *política*, vale dizer a dimensão do *poder*. Está-se diante, portanto, de uma fragmentação *territorial*, no sentido próprio do termo território: um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder (SOUZA, 1995a:78). Não importa que a fragmentação não diga respeito a territórios estatais e sim a territórios cuja formação é conduzida no âmbito da sociedade civil ou mesmo a territórios ou microterritórios ilegais. Na verdade, as fronteiras dos territórios estatais permanecem inalteradas; o que acontece é que poderes paralelos ao Estado, protagonistas de atividades econômicas ilícitas, territorializam ostensivamente numerosos pontos do espaço intra-urbano, notadamente espaços residenciais segregados, desafiando o controle territorial estatal (SOUZA, 2005:216-217).

Como é apontada por Souza, a fragmentação já se encontra relacionada, não necessariamente apenas aos territórios de âmbito da sociedade civil ou do Estado. Esse fenômeno se apresenta também em territórios onde o processo de ocupação ocorre de maneira ilegal, onde, muitas vezes, o tráfico de drogas dita suas regras, além de manter suas relações de poder. Essa margem de liberdade obtida pelo tráfico e pela marginalização se torna mais um agravante para que a sociedade civil venha a acreditar que os espaços públicos são inseguros, o que a leva a circular em espaços homogêneos como os *shopping centers* e os condomínios fechados, o que reflete em novos fenômenos socioespaciais.

A fragmentação socioespacial, nesse caso, é cada vez mais evidente, sendo vista também em cidades de porte médio, onde atualmente tem sofrido com este processo de desuso dos espaços públicos, principalmente quando cada grupo se fecha de forma homogênea em virtude da violência e do medo, colaborando para, além da fragmentação socioespacial, no surgimento de outros dois fenômenos socioespaciais: o Emuralhamento da Vida Social e a criação de Ilhas Utópicas.

#### **1.4. Emuralhamento da Vida Social e Criação de Ilhas Utópicas**

As idéias da violência e criminalidade, ligadas à insegurança, corroboram para a criação na sociedade de mecanismos de fuga cada vez mais segregadores. Dois destes mecanismos são os condomínios fechados e os *shoppings centers*. Os primeiros são vistos como espaços exclusivos para uma parcela da sociedade que pode arcar com altos custos para viver longe da realidade da cidade “formal”; enquanto que o segundo - os *shoppings* -, podem ser seletivos e variar

economicamente de acordo com o público-alvo e a área geográfica em que está localizado. No entanto, embora os *shoppings* possam usar de estratégias para se verem livres dos pobres, não são totalmente “*imunes a toda ‘contaminação’, pois são freqüentados também por pessoas de baixa renda*” (SOUZA, 2005:201).

A partir disso, observa-se um recuo paralelo dos espaços públicos, podendo ser identificado através de dois fenômenos trabalhados por Paulo César da Costa Gomes, em seu livro *A Condição Urbana* (2006) denominados *Emuralhamento da Vida Social* e *Crescimento de Ilhas Utópicas*. O primeiro fenômeno abrange a questão do emuralhamento da sociedade, que cada vez menos utiliza os espaços urbanos, usados apenas para a circulação. Relacionado a este fenômeno cresce ainda mais a figura do *Shopping Center*.

Já o segundo, envolve a idéia de áreas urbanas de grandes centros que se isolam homogeneamente, ficando mais distantes espacialmente do centro antigo da cidade. Representados pelos condomínios fechados, esses locais funcionam ao mesmo tempo como moradia e clube. São compostos pelos mais diversos ambientes, desde *playground* a academia de ginástica. Em suas campanhas publicitárias, compõem toda a vida do ambiente urbano, apenas apresentando uma diferença: a vantagem da segurança e da homogeneidade social.

O melhor exemplo brasileiro que retrata esta realidade é o condomínio fechado Alphaville, localizado na cidade de São Paulo, estudado tanto por Caldeira (2000), quanto por Souza (2005), que neste sentido, observa-se a recusa de conviver com uma sociedade multifacetada e variada; vindo, a partir dos condomínios fechados a idéia de “ilhas utópicas”.

Estas “ilhas” representam uma parte do universo urbano; o que é necessário e o que é de bom grado aos olhos de seus moradores; mas toda a realidade, o contraste social, acompanhado de toda a problemática urbana, não se encontra presente nesses espaços exclusivos.

Desta forma, a sociedade que pode arcar com tal modelo de vida se fecha a realidade da sociedade civil em um universo utópico, se desligando das necessidades socioespaciais e da participação de uma vida democrática. Ao mesmo tempo, a classe popular, que não pode arcar um alto padrão de vida, é cada vez menos assistida pelo Poder Público, o que corrobora ainda mais para o aumento do processo de favelização na Brasil.

## 1.5. O Processo de Favelização

Para Lago (2000), o processo de favelização brasileiro, principalmente no Rio de Janeiro, se acentua na década de 1980, a partir de mudanças na conjuntura urbana brasileira que, atreladas à redução de investimentos no setor público, desencadearam a retomada do crescimento das favelas tanto em áreas centrais como em periféricas; fenômeno simultâneo ao aumento de novos espaços residenciais e comerciais excludentes, destinados a camadas com maior poder aquisitivo.

Mas, para entender todo este processo de favelização que se expande ano após ano no cenário brasileiro, é preciso compreender como se deu tal processo e quais conseqüências para a transformação social e espacial no cenário urbano até os dias atuais.

Primeiramente, uma das referências ao processo de transformação espacial das cidades atrelado ao surgimento das favelas, incluindo o próprio termo, está ligado a Guerra de Canudos e ao retorno de soldados ex-combatentes para a cidade do Rio de Janeiro em busca de uma definição a sua situação no exército. Como não obtiveram resposta, alguns construíram casebres precários no mesmo morro em que se localizava o Ministério da Guerra (Morro da Providencia), em 1897 (OLIVEIRA & MACIER, 1998; VAZ, 2002).

No entanto, alguns estudiosos na área acreditam que antes do "Morro da Providência" já havia outro morro que apresentava moradias precárias de ex-combatentes contra Antônio Conselheiro: o desconhecido Morro de Santo Antônio (PRETECEILLE & VALLADARES, 2000; VALLADARES, 2011). Para estes autores, já em 1897, havia, no Morro de Santo Antônio, 41 barracos, o que demonstra a sua antecedência de surgimento em relação ao Morro da Providência.

Recentemente Abreu mostrou que, embora com origens semelhantes, e, apesar de ser pouco conhecida, a formação da favela de Santo Antônio (já desaparecida) antecede a da Providência. Os praças de outro batalhão, também retornados da campanha de Canudos, construíram seus barracos com autorização dos chefes militares no morro situado aos fundos do quartel, entre as ruas Evaristo da Veiga e Lavradio. Há notícias da presença em 1897 de 41 barracos no local; de 150, em 1901, e de 1.314 em 1910 (VAZ, 2002:55).

Com isso, Oliveira & Marcier (1998) reafirmam em nota que dever-se-ia considerar também o Morro de Santo Antônio como um dos percussores na história da origem das favelas.

O surgimento do Morro da Providência possui também em sua história, o contexto da palavra "favela" ou, como era chamada nesta época "favella". Com a chegada dos ex-combatentes de Canudos, o Morro da Providencia passa a ser apelidado de Morro da Favella, por possuir uma vegetação semelhante a encontrada no sertão baiano, denominada "Favella" (VAZ, 2002).

A partir daí, o antigo Morro da Providencia passou a se chamar constantemente dessa forma, sendo já na primeira década do século XX conhecido desta maneira, o que levou futuramente a palavra a ser utilizada como substantivo por diversos jornais (VAZ, 2002).

O Morro da Favella, pouco a pouco, passou a estender sua denominação a qualquer conjunto de barracos aglomerados sem traçado de ruas nem acesso aos serviços públicos, sobre terrenos públicos ou privados invadidos. Conjuntos que então começaram a se multiplicar no Centro e nas Zonas Sul e Norte da cidade do Rio de Janeiro (VALLADARES, 2011:26).

Segundo Abreu (1994b:35) – em pesquisa realizada no jornal *Correio da Manhã* entre 1901 e 1930 –, foi apenas durante a segunda década do século XX que a palavra favela se tornou um substantivo genérico não mais referido, exclusivamente, ao Morro da Favella. Surge, assim, uma categoria nova para designar o habitat pobre, de ocupação ilegal e irregular, sem respeito às normas e geralmente sobre encostas (VALLADARES, 2011:26).

Ainda em relação a essa primeira idéia, segundo alguns autores, liga-se também o surgimento da favelas ao conto "Os Sertões" de Euclides da Cunha, escrito em 1902, que narra a história do Arraial de Canudos e todo o processo que sofreu durante os confrontos com soldados da República Velha. O livro serviu como difusor da história da luta de Canudos e do sofrimento de seus habitantes; o que facilitou ainda mais no fortalecimento do novo nome dado ao Morro da Providência.

A história da reflexão sobre a favela segue aqui uma outra lógica, e a sua periodização é constituída a partir de um mito de origem: a imagem do povoado de Canudos descrita por Euclides da Cunha em *Os Sertões* (1902). Imagem que também corresponde àquela vislumbrada pelos primeiros visitantes da favela do Rio, quando transpuseram em suas descrições a dualidade "litoral *versus* sertão" para a dualidade "cidade *versus* favela" (VALLADARES, 2011:23).

Também foi observado através de pesquisas bibliográficas que outra explicação pode ser dada ao surgimento do termo favela e as suas características físicas. Autores como Vaz (2002) e Valladares (2011), comentam que uma das hipóteses para a presença das favelas no ambiente citadino, principalmente no Rio de Janeiro, se deve, inicialmente, ao surgimento das estalagens e cortiços que, a medida que cresciam, se caracterizavam cada vez mais como ambientes promíscuos, insalubres e superpopulosos.

Há notícias sobre as estalagens desde a primeira metade do século XIX, mas foi apenas em meados do século que elas se multiplicaram, e que também se difundiu o nome cortiço para este tipo de moradia. Sua construção foi proibida ainda no século XIX (VAZ, 2002:30).

Definido como um verdadeiro “inferno social”, o cortiço carioca era visto como antro de vagabundagem e do crime, além de lugar propício à epidemias, constituindo ameaça à ordem social e moral. Percebido como espaço propagador da doença e do vício, era denunciado e condenado através do discurso médico e higienista, levando a adoção de medidas administrativas pelos governos das cidades (VALLADARES, 2011:24).

Desses ambientes, um dos mais conhecidos foi o cortiço denominado “Cabeça de Porco”. Em 1893, este cortiço foi extinto, através de ações de parceria entre o Estado (no governo do prefeito Barata Ribeiro), opinião pública e imprensa. O papel do Estado neste processo foi crucial: através de ações higienistas, leis e regulamentações, voltadas primeiramente aos cortiços, foram impedidas obras iniciais ou de melhorias, com o intuito de impedir o aumento e a construção desses ambientes degradantes<sup>3</sup>. Para as autoras citadas acima, o cortiço (mais precisamente o Cabeça de Porco)<sup>4</sup> seria o “germe” da favela, como pode ser visto:

Estudos sobre cortiços no Rio de Janeiro demonstram que esse tipo de habitat pode ser considerado o “germe” da favela. Segundo pesquisa realizada por Vaz (1994:591), o célebre cortiço Cabeça de

---

<sup>3</sup> A autora Lilian Fessler Vaz aponta as ações do Estado em relação às estalagens e cortiços neste período: “O Estado impôs a obrigatoriedade da licença para construção e as normas referentes aos aspectos sanitários a partir de 1856. Proibiu a construção de estalagens no centro e adjacências a partir de 1873, ampliando progressivamente a zona interdita. Fechou algumas habitações coletivas insalubres na década de 1880, demoliu o Cabeça de Porco – a mais famosa das habitações coletivas cariocas – em 1893, e proibiu terminantemente a construção de novas estalagens, cortiços e casa de cômodos em toda a cidade e qualquer conserto ou reconstrução nas existentes (VAZ, 2002:32-33)”.

<sup>4</sup> O nome “Cabeça de Porco” surgiu devido a uma característica peculiar que havia na entrada do cortiço: um grande portal em arcada ornamentado com a figura de uma cabeça de porco.

Porco, destruído pelo Prefeito Barata Ribeiro, em 1893, possuía barracos e habitações precárias do mesmo tipo identificado em seguida no Morro da Providência. Outros autores também estabeleceram uma ligação direta entre as demolições dos cortiços do Centro da cidade e a ocupação ilegal dos morros no início do século XX (Rocha, 1986; Carvalho, 1986; Benchimol, 1990) (VALLADARES, 2011:24).

Com o fim dos cortiços e sem alternativa de uma segunda moradia na cidade formal, os moradores desses locais se deslocaram para as áreas dos morros, tornando-os ainda mais populosos.

Com intervenções maciças sobre os cortiços e a busca da sua erradicação, os olhares da sociedade, imprensa e governabilidade passaram a se voltar a favela. As medidas higienistas, antes, aplicadas fortemente aos cortiços, passaram a integrar o cotidiano dos planejamentos urbanos, até por que, neste período de República Velha, os governantes eram compostos principalmente, por higienistas ou sanitaristas.

As campanhas a favor da extinção das favelas só foram se acentuando, e o Estado percebia cada vez mais a necessidade de controlar o crescimento vertiginoso das áreas de construções "anti-higiênicas" (VALLADARES, 2011). Para enfrentar tal quadro, surge o Código de Obras de 1937 com uma parte intitulada "favelas":

O Código de Obras de 1937 introduz em seu capítulo XV "Extinção das Habitações Anti-Higiênicas", uma parte intitulada "Favelas" (p. 107), da qual podemos citar em especial o artigo 349:  
"Art. 349 – A formação de favelas, isto é, de conglomerados de dois ou mais casebres regularmente dispostos ou em desordem, construídos com materiais improvisados e em desacordo com as disposições deste decreto, não será absolutamente permitida" (VALLADARES, 2011:52).

Embora se tenha criado um capítulo especial no Código de Obras de 1937, o interesse do Estado em erradicar as favelas se acentua, em vista de toda problemática gerada pelas mesmas, o que levou a incluí-las nos Censos de 1948 e 1950 (Recenseamento Geral de 1950). O primeiro, não apresentava uma definição concreta da palavra favela e nem "*indica[va] exatamente os princípios de identificação utilizados* (VALLADARES, 2011:64)". Já o Censo de 1950, realizado pelo governo federal, principalmente, pelo mérito de Alberto Passos Guimarães, diretor na época da Divisão Técnica do Serviço Nacional de Recenseamento do

IBGE, incluía o termo no Censo, além de apresentar sua definição. Foi através de Guimarães que este Censo além de apresentar a definição de favela, caracterizava sua definição a partir de cinco critérios:

Desse modo, foram incluídos na conceituação de favelas os aglomerados humanos que possuísem, total ou parcialmente, as seguintes características:

1. *Proporções mínimas* – Agrupamentos prediais ou residenciais formados com unidades de número geralmente superior a 50;
2. *Tipo de habitação* – Predominância no agrupamento, de casebres ou barracões de aspecto rústico típico, construídos principalmente de folhas de Flandres, chapas zincadas, tábuas ou materiais semelhantes;
3. *Condições jurídicas da ocupação* – Construções sem licenciamento e sem fiscalização, em terrenos de terceiros ou de propriedade desconhecida;
4. *Melhoramentos públicos* – Ausência no todo ou em parte, de rede sanitária, luz, telefone e água encanada;
5. *Urbanização* – Área não urbanizada, com falta de arreamento, numeração ou emplacamento (Guimarães, 1953:259) (VALLADARES, 2011:68-69).

Da forma como foi desenvolvido, o Censo Geral de 1950, possibilitou a criação de uma nova categoria nacional em relação ao conjunto de moradias precárias: o "aglomerado subnormal".

A introdução de uma categoria relativa a conjuntos de moradias precárias no recenseamento brasileiro – encontrados até hoje sob o título de "aglomerado subnormal" -, a partir do caso do Rio, contribuiu para a generalização do uso da palavra favela que, progressivamente, passou de categoria local a categoria nacional (VALLADARES, 2011:71).

Os censos do IBGE, desde então, basicamente se pautam pela mesma definição, usando nacionalmente a denominação de Aglomerado Subnormal para designar aquilo que no Rio de Janeiro conhecemos por favela (PRETECEILLE & VALLADARES, 2000:378).

A partir daí, o termo "aglomerado subnormal" passou a ser constantemente utilizado em outros Censos realizados pelo IBGE, se referindo ao que no Rio de Janeiro é conhecido como favela. Mas, cabe aqui ressaltar, que o termo "favela", também ficou registrado oficialmente como referência de habitações irregulares em todo país (ZALUAR & ALVITO, 1998).

Com isso, a palavra favela, passou a carregar uma série de significados que lhe remetiam as suas características mais conhecidas, como um ambiente de

*“precariedade urbana, resultado da pobreza de seus habitantes e do descaso do poder público” (ZALUAR & ALVITO, 1998:7).*

Percebe-se com isso, que a favela, mesmo com o passar dos anos, ainda não faz parte integralmente da sociedade (ZALUAR; ALVITO, 1998) e quem poderia assisti-la (o Estado), através de Políticas Sociais, se mostra ausente, se manifestando, na maior parte dos casos, aos interesses de uma minoria elitizada.

Conseqüentemente, o que se vê, na maioria das vezes, é a expansão de moradias precárias e de favelização em áreas, na maior parte das vezes, impróprias ou irregulares. Isso acentua a idéia, apontada em reflexões de Rolnik, que na política urbana brasileira, jamais se admite que os pobres tenham um lugar na cidade formal (ROLNIK, 2009)<sup>5</sup>. Além disso, Santos afirma que os pobres são pouco inseridos nas discussões espaciais e que

[...] não parecem ter sido objeto de preocupações dos economistas espaciais. Se a pobreza tem sido freqüentemente estudada por geógrafos, sociólogos, antropólogos etc., a economia, salvo exceções honrosas, parece passar sem esse incômodo, o que reduz a possibilidade de compreender a realidade total, da qual os pobres são parte integrante, em maior número, aliás (SANTOS, 2009:47).

Para o autor Mike Davis (2006), em diferentes cidades no mundo, está havendo uma mudança espacial onde uma “nova ordem urbana” trará desigualdades cada vez maiores. Para ele, essa “nova ordem urbana” traz como resultado a produção em massa de favelas.

O autor também aponta que o fenômeno da favelização e o seu crescimento são, entre outros, temas preocupantes neste século, pois, a partir desses, geram-se questões para discussões que envolvem a saúde pública, meio-ambiente, subdesenvolvimento, concentração de renda, etc.

Segundo Davis, o fenômeno da favelização está associado a uma série de fatores, como: crescimento urbano rápido, desvalorização da moeda, redução do Estado, guerras, crescimento da indústria, substituição de importações e busca de abrigo de imigrantes rurais nas cidades após a modernização da agricultura.

Assim, mesmo com o passar dos anos e com uma série de mudanças socioespaciais no ambiente urbano, percebe-se que o mesmo ainda é palco da injustiça social e da segregação; tendo agora mais um ponto nos preocuparmos nas

---

5 Rolnik discute a questão do acesso ao solo urbano em entrevista à Revista VERSUS em Agosto de 2009.

discussões socioespaciais que é a visão mercadológica em que é dada ao espaço atualmente.

## **1.6. A Cidade Como um Grande Empreendimento**

Em relação às transformações espaciais recentes da cidade, é importante nos atermos a determinados grupos que vem atuando em seu processo de crescimento espacial. Seguindo uma lógica que obedece a anseios e necessidades próprios, esses grupos se utilizam de práticas que produzem, de modo descontínuo e diferenciado, o espaço urbano.

Esses grupos são principalmente representados por grandes firmas que, diversas vezes, necessitam modificar áreas, expandindo-as, com o intuito de aumentar sua produção, clientela, e espaço físico. Para isso, freqüentemente, selecionam áreas, ao seu ver, em potencial para atingir seus objetivos; mesmo que para isso, tenha-se que modificá-la em grandes proporções.

Outra representatividade que compõe esses grupos cada vez mais emergentes são as grandes corporações de construtoras que se apropriam de áreas que apresentam grande potencial mercadológico para a inserção de condomínios fechados, tanto horizontais como verticais. No entanto, em ambos exemplos, muitas vezes, para que ocorram tais empreendimentos, é necessário a participação do Estado. Este, por se tratar de um mecanismo também utilizado pelas elites, atua de diversas formas em favorecimento destes grupos (regulamentando novas leis, desapropriando áreas anteriormente particulares, realizando obras que agregam melhores condições de infra-estrutura, etc.). Com isso, o Estado age

direta ou indiretamente, nas relações de trabalho, estimula de forma seletiva e freqüentemente discriminatória as diversas atividades, estabelece os usos do solo, impondo regalias e interdições e cria, até mesmo zonas especiais, como os distritos industriais ou as próprias regiões metropolitanas. Cada parcela do território urbano é valorizada (ou desvalorizada), em virtude de um jogo de poder exercido ou consentido pelo Estado (SANTOS, 2009:121-122).

Para o autor, uma conseqüência atrelada às ações estatais na dinâmica espacial de uma cidade, se refere à utilização de capitais que passam cada vez mais a ser inigualitários; e como a inserção dessas empresas requer um planejamento, é

movido o uso do planejamento urbano.

Como novas economias serão criadas, novas desigualdades também serão: a medida que o espaço é modificado, a distribuição de renda, de recursos, de capital diminui. Em vista da sociedade em geral, o Estado diminui a sua atenção, enquanto que para os interesses de grandes corporações se dedica ao máximo. Tudo depende da lógica que opera o mercado:

Se a necessidade de modificar a cidade, reconstruir o espaço urbano faz-se sentir de forma repetida e a fracos intervalos, o erário público é chamado a ter despesas sempre maiores, toda vez que a cidade se torna inviável para o grande capital. Por conseguinte, há ciclos sucessivos de inviabilização e reabilitação da cidade, aumentando a superfície urbana, útil aos grandes capitais, estendendo a área urbana de forma específica, de maneira a permitir as condições exigidas pelas grandes firmas em matéria de espaço geográfico. O espaço das grandes firmas é um espaço particular, especial, organizado de forma específica, ao passo que a cidade tomada como um todo vai mudando de função. Desse modo, não basta atribuir o aumento do tamanho urbano apenas à lógica dos vazios especulativos, pois também temos de considerar a lógica espacial das grandes firmas (SANTOS, 2009:46).

Como o Estado atua de forma desigual em suas ações, principalmente a favor da classe dominante, as desigualdades ficam mais visíveis. Isso pode ser observado quando o mesmo transforma seletivamente os lugares, influenciado pelo interesse do capital privado. Ao mesmo tempo, as classes mais desfavorecidas não recebem a atenção devida (como a inserção de equipamentos públicos, como água, esgoto, iluminação pública, saúde e educação). Corrêa (2007) analisa esta questão indo mais longe: o autor afirma que esta atuação estatal pode implicar na expulsão de moradores de loteamentos sem infra-estrutura quando essas áreas estão sendo modificadas:

A contradição entre o modo individual de apropriação das condições de vida e o coletivo de gestão é, por sua vez, dificultada pela natureza privada e pulverizada dos agentes econômicos, cujos interesses não se referem a todo o conjunto do espaço urbano. No contexto das contradições acima referidas, o Estado encarrega-se de prover os equipamentos de consumo coletivo para todo o espaço urbano. No entanto, como o Estado é também o elemento de legitimação de classe dominante, sua atuação enquanto provedor tende, por um lado, a reforçar as áreas residenciais nobres, e por outro, a viabilizar o sucesso de novas implantações produtivas do grande capital, através, por exemplo, da criação de distritos industriais. Isto significa que a sua atuação não se realiza de forma uniforme no espaço urbano, atuação que se traduziria nos

investimentos em água e esgoto, na criação de uma completa infraestrutura para implantações industriais, na produção de novos espaços urbanizáveis, na abertura de vias de grande densidade de tráfego, na instalação de áreas de lazer, na renovação urbana, na construção de conjuntos habitacionais, mas também na expulsão de moradores e permissividade na proliferação de loteamentos populares sem infra-estrutura (CORRÊA, 2007:82-83).

O que se percebe, quando o Estado atua desta forma, é o seu distanciamento e até o abandono em relação às classes mais populares. Quando os locais em que esses moradores habitam recebem uma série de intervenções do capital privado, gradativamente essa população não se vê incluída nesses novos planos; com isso, muitas vezes, se retirando do local por não condizer com o novo contexto socioespacial que se aplica ao local. Desta forma, como é analisado por Castells (2009), a ausência do Estado nas intervenções públicas desencadeia uma série de conseqüências a população mais humilde. Um exemplo ocorre quando são praticamente expulsos de seu local de moradia: esses moradores vêm como solução a invasão de terrenos livres; fenômeno que tem avançado atualmente não somente na América Latina, como em grandes metrópoles mundiais (CASTELLS, 2009).

Desse modo, o Estado acaba criando uma situação em que as camadas sociais mais pobres se tornam mais segregadas no espaço urbano, enquanto as camadas locais "privilegiadas" se enclausuram em seu próprio ambiente, contribuindo ainda mais com este fenômeno. Neste contexto, a desigualdade se torna mais evidente:

*Em nível político-institucional, a "democracia local" tende a reforçar as conseqüências da segregação, praticando uma política de serviços em função dos interesses da fração dominante de cada unidade administrativa. Com efeito, já que os recursos locais dependem do nível econômico da população, a autonomia local perpetua a desigualdade: quanto mais alto este nível, com efeito, menos se faz necessária uma intervenção pública no que concerne aos equipamentos coletivos. Portanto, as coletividades locais "privilegiadas" terão tendência a fechar suas fronteiras, deixando ao encargo do Estado federal as subvenções necessárias para as necessidades esmagadoras das coletividades desfavorecidas (CASTELLS, 2009:262).*

Assim, com o intuito de reverter o quadro segregador e fragmentado que se desenha nas áreas urbanas das cidades brasileiras, foram criados ao longo dos anos, instrumentos urbanísticos voltados a melhorias quanto às problemáticas

especiais que se desenham atualmente. Estes instrumentos podem ser visualizados através de Planos Urbanísticos, Lei de Zoneamento e Uso e Ocupação do solo, que buscam estabelecer regras de moradias dignas, expansão ordenada e a participação de grupos menos favorecidos na inserção urbana.

### **1.7. Alternativas dos Planos Urbanísticos**

Os Planos Urbanísticos se destacam na orientação do estabelecimento de melhores estruturas urbanas, tendo como pano de fundo a construção de políticas públicas de saneamento, habitação e mobilidade (MARICATO, 2008).

Partindo do Projeto de Lei original 5.788/90, somado a outros 17 Projetos de Lei, o Estatuto da Cidade (Lei N 10.257, de 10 de Julho de 2001), se torna o mais importante entre os instrumentos urbanísticos, trazendo o debate sobre a *Função Social da Propriedade*. Embora existam muitas dificuldades impostas (como a aprovação ou não das propostas nas Câmaras Municipais), a Lei 10.257, segundo Maricato (2008), é interessante, pois pode realizar um impacto nos preços do mercado imobiliário, trazendo à realidade, a função social da propriedade.

Mencionado nos Artigos 182 e 183 da Constituição Federal Brasileira de 1988, como instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana para cidades com mais de vinte mil habitantes, o Plano Diretor (citado no Estatuto da Cidade como um instrumento de política urbana, em especial de planejamento municipal), é um instrumento urbanístico que se encontra mais inserido na realidade municipal. No entanto, este plano, apresenta uma discussão muito complexa; pois traz realmente a possibilidade de reverter o quadro segregador da propriedade urbana, dando outro viés à desigualdade social; mas para que tal feito se concretize, é necessário que o Plano Diretor seja aprovado pelas Câmaras Municipais, passando por cima do interesse dos que controlam o mercado imobiliário cidadão, ou seja, quem, muitas vezes, detém o poder local. Desta forma, a sua aprovação se mostra como um grande desafio; e a sua implementação, um desafio ainda maior.

Devido a estas circunstâncias, muitas vezes, o que é aplicado pelos Planos Diretores fica muito aquém do que está escrito em lei. Maricato (2008) analisa que os Planos Diretores além de não implementarem totalmente na prática o que é proposto no papel (resumidamente, a visão proposta em lei do Plano Diretor é a

orientação dos investimentos, não a favor do mercado privado, mas sim de acordo com o interesse público; com um novo padrão de fiscalização e uma normativa cidadã e universal, além de um discurso claro para que a população possa entender e participar de tal debate), utilizam-se de uma linguagem específica, carregada em terminologias e conceitos modernos, mostrando, mais uma vez um discurso avançado, porém com práticas arcaicas.

Todas as ressalvas a respeito do Plano Diretor revelam a discrepância entre o que se busca na lei e o que é verdadeiramente posto em prática. Desta forma, Maricato reforça tal discussão: “*É preciso mudar a concepção do Plano Diretor, o qual está previsto na Constituição Federal, mas que, há décadas, tem cumprido um papel ideológico mais do que instrumento de orientação da gestão e dos investimentos*” (MARICATO, 2008:118).

Dentre as definições descritas no Plano Diretor, cabe ressaltar a Lei de Zoneamento, a qual é vista como o que há de mais moderno no ordenamento, uso e ocupação do solo, também existem equívocos. Maricato mostra, a partir de conclusões críticas, a busca em trazer um novo ordenamento urbano, a partir de regras genéricas e universais que:

1) [...] está bastante descaracterizada com grande parte das edificações e seu uso, fora da lei; 2) dificulta a ampliação do mercado privado em direção à camadas de mais baixa renda; 3) desconsidera a questão ambiental; 4) é de difícil compreensão e aplicação; 5) ignora as potencialidades dadas pelos arranjos locais ou informais; e, finalmente, 6) contribui com a segregação e a ilegalidade (MARICATO, 2008:114).

O que a autora busca mostrar é o como a Lei de Zoneamento está sendo aplicada, reforçando a manutenção do mercado imobiliário, excluindo as possibilidades da inserção da *Função Social da Propriedade*; e que a lei deve ser repensada; sendo aplicada de forma que contribua na ampliação do direito à cidade e não o contrário. Neste caso, o que deve ser buscado através da Lei de Zoneamento é a valorização de temas que já se encontram em voga desde a década de 1960 (como o de importância para a integração urbana, preocupação com o meio ambiente, saneamento, morfologia, etc.); todos estes devem estar envolvidos com a integral participação da população. Desta forma, o zoneamento pode contribuir com o estabelecimento de áreas de uso misto ou de moradias de diferentes faixas de renda e também com o barateamento do custo de moradias.

Como será observado mais adiante, o Plano Diretor da cidade de Campos

dos Goytacazes, também apresenta falhas na sua aplicação, além de se ausentar na interação de populações mais carentes, moradoras de locais que estão recebendo novos empreendimentos, como é o caso da área de entorno da Favela Margem da Linha.

## CAPÍTULO 2. METODOLOGIA

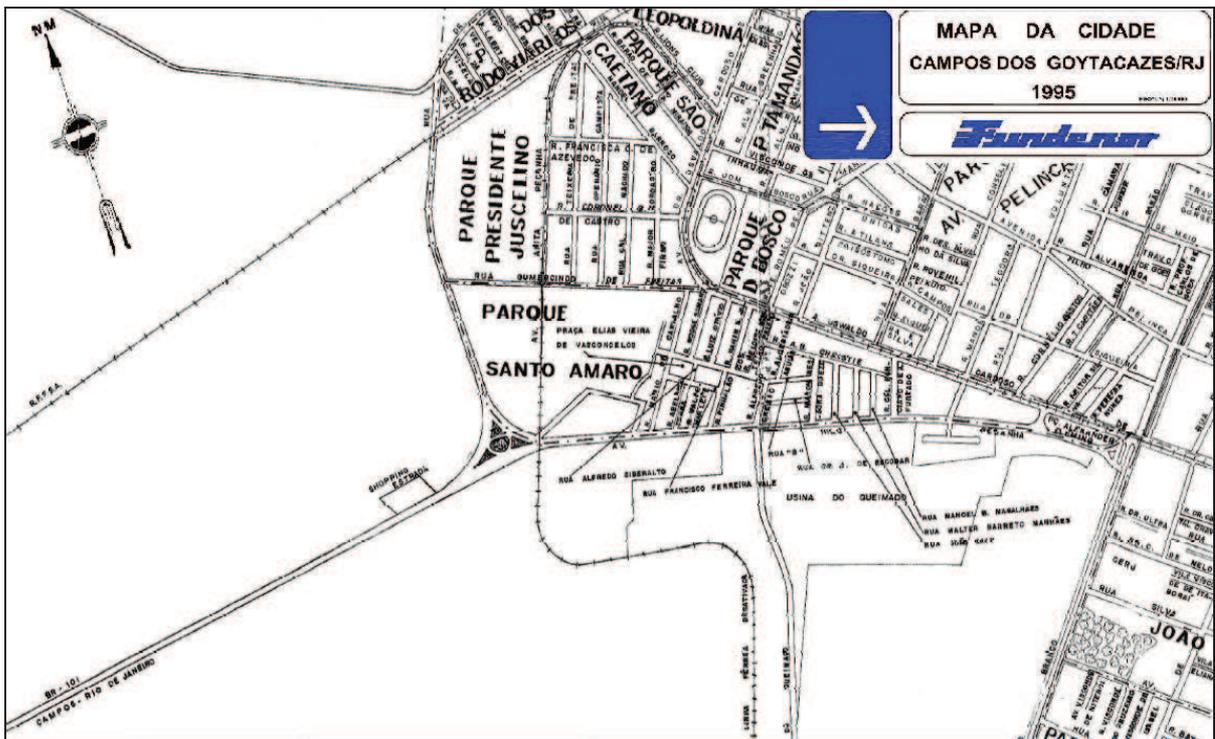
A partir do que foi apresentado na introdução e no referencial teórico, percebeu-se que a Favela Margem da Linha seria um importante objeto de estudo para explorar e contribuir com a discussão sobre favelas no Brasil e, principalmente, em Campos dos Goytacazes.

A escolha da Favela Margem da Linha como objeto deste estudo partiu, primeiramente, de pesquisas de campo que foram realizadas neste local para realização de pesquisa coordenada pelo IPPUR e pela UENF<sup>6</sup>. Com as pesquisas de campo e a leitura de dissertações e monografia vinculadas ao tema, foi surgindo o interesse ainda maior de estudar esta área.

Quando foram anunciados os novos empreendimentos que seriam instalados na área de entorno da favela (Figura 01), percebeu-se a possibilidade de estar surgindo uma nova problemática que tornaria ainda mais instigante a discussão do tema favela, como segregação, políticas sociais e o Plano Diretor entre outros temas.

---

<sup>6</sup> Pesquisa “REDE INFORIO: acesso dos pobres a cidade informal e mobilidade residencial nas favelas: características da mobilidade residencial dos pobres e do mercado informal urbano no Estado do Rio de Janeiro”, coordenada pelo Doutor Pedro Abramo IPPUR/UFRJ em parceria com a UENF, sob a responsabilidade professora Teresa Peixoto Faria.



**Figura 01.** Delimitação da área de estudo. Observe-se a área antes da inserção dos novos empreendimentos, em 1995, a qual só apresentava o Terminal Rodoviário Shopping Estrada. Fonte: FUNDENOR, 1995. Adaptado pelo autor.

Com o propósito de responder às questões levantadas na introdução, foram traçados procedimentos com o intuito de auxiliarem o desenvolvimento do Estudo:

O primeiro passo foi a realização de leituras de obras e artigos relacionados à questão urbana em geral e em particular relativas ao processo de favelização, segregação, “emuralhamento” da vida social, ilhas utópicas e fragmentação.

No ano de 2010 foram realizadas novas pesquisas de campo para a aplicação de questionários com o intuito de fazer um pré-teste na Favela Margem da Linha. Realizado no dia 01/11/2010, o pré-teste teve como intuito observar qual a realidade existente na favela, suas características principais e como a população iria encarar a presença de uma pessoa “estranha” na favela.

A partir daí, o questionário sofreu alterações para captar a opinião da população quanto a questões vistas como importante para o estudo.

Como foi observado no pré-teste, as respostas da população que respondia o questionário não eram muito diferentes. Sendo assim, foi estipulado que seriam aplicados 25 questionários em todo trajeto da favela reconhecido pelos moradores como Favela Margem da Linha, ou seja, da Avenida Sílvio Bastos Tavares (Estrada do Contorno) até a entrada da Estrada de Lagoa de Cima (uma distância de 4,5 km).

No período em que foram aplicados os questionários, houve observações diretas do local e conversas com os moradores para entender melhor como ocorre a sua dinâmica.

Para fazer um melhor apanhado de dados, buscou-se aplicar igualmente os questionários na Favela Margem da Linha: 8 no início da favela (próximo a Avenida Sílvio Bastos Tavares, da casa 01 até a casa 129, conforme Figura 02), 8 na metade (da casa 130 até próxima a casa 259, conforme Figura 03) e 9 no final (próximo a Estrada de Lagoa de Cima, da casa 260 até a casa 389, conforme Figura 04), e os questionários utilizados foram aplicados durante os anos de 2010 e 2011<sup>7</sup>.

---

<sup>7</sup> A aplicação dos questionários foi realizada durante as seguintes datas: 01/11/2010, 23/11/2010, 23/02/2011, 26/02/2011 e 05/04/2011.



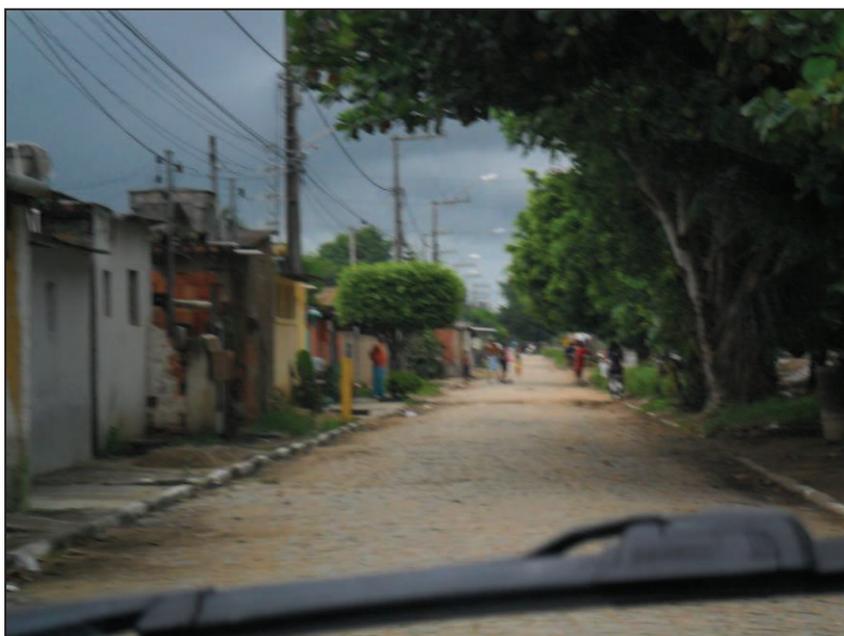
**Figura 02.** Primeira área de aplicação dos questionários. A figura apresenta a Avenida Antônio Alves Poubel em frente ao Centro Juvenil São Pedro filiado a rede Salesiano de Ensino.

**Fonte:** Fotografada pelo autor em 01/11/2010.



**Figura 03.** Segunda área em que foram aplicados os questionários, próxima a casa nº 190.

**Fonte:** Fotografada pelo autor em 26/02/2011.



**Figura 04.** Terceira área de aplicação dos questionários. A figura apresenta as residências próximas a casa nº 360 é mais marcante a diferença entre o tipo das construções e a sua forma de distribuição espacial em relação as Figura 02 e 03.

**Fonte:** Fotografada pelo autor em 26/02/2011.

Observando as três figuras a cima, é possível notar a presença dos postes de iluminação pública da concessionária Ampla, fato que será comentado também no Capítulo 5 quando os moradores apresentam suas contas de luz durante o campo. Também através das figuras, observa-se que à medida que se avança a Avenida Antônio Alves Poubel em direção à Tapera, surgem características físicas diferentes. Na Figura 02, se visualiza a Avenida Antônio Alves Poubel mais larga, organizada, limpa, com menor número de moradores circulando nas ruas; já nas Figuras 03 e 04, a composição da imagem é mais carregada de informações como casas, árvores, pessoas e entulho. Estas imagens mostram uma diferenciação dos espaços no interior da favela, denunciando que sua configuração espacial não é homogênea.

## **CAPÍTULO 3. O PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO ESPACIAL EM CAMPOS DOS GOYTACAZES: O SURGIMENTO DA FAVELIZAÇÃO E SEGREGAÇÃO VERSUS ATUAÇÃO DO PLANO DIRETOR**

### **3.1. O Processo de Transformação Espacial de Campos dos Goytacazes**

O espaço urbano da cidade de Campos dos Goytacazes sofre desde a sua gênese, uma série de mudanças espaciais. Além da atividade açucareira, da igreja, do comércio e do poder local – seus principais atores (FARIA, 2001) –, a cidade também sofreu mudanças espaciais em decorrência de outros dois processos histórico-sociais, que foram as Reformas Urbanísticas (entre a segunda metade do século XIX e início do século XX) e o Fim do Colonato (a partir de 1943).

Vale frisar que esses processos possuem características peculiares, mas todos foram importantes para o surgimento, possivelmente, do processo de favelização e do fenômeno segregação na cidade de Campos dos Goytacazes.

#### **3.1.1. Reformas Urbanísticas**

O primeiro processo a ser tratado se refere às Reformas Urbanísticas; com foco nas que ocorreram na cidade de Campos dos Goytacazes entre a segunda metade do século XIX até a primeira década do século XX. Essas reformas visaram a modernização do espaço urbano através de intervenções urbanísticas, assim como mudanças na conduta social de sua população periférica (POHLMANN, 2003; FARIA, 2005b).

A cidade de Campos dos Goytacazes, ainda uma vila, se caracterizava em possuir uma população predominantemente rural. Lamego Filho (1974) *apud* Faria (2001) cita a vila de Campos, no período colonial (século XVIII), como “*exclusivamente rural*”.

Conseqüentemente, a imagem da cidade é vista como desqualificada (FARIA, 2001), em virtude da preferência da elite em viver na área rural ao invés do espaço urbano. Porém, com o passar do tempo, pode-se dizer que “[...] a cidade criava sua própria estrutura e sua própria dinâmica, a partir de atividades e de práticas sociais propriamente urbanas, se impondo diante do mundo rural que a cercava. (FARIA, 2001:5)”.

No entanto, as condições sanitárias das residências e das ruas da cidade ainda deixavam a desejar, e somente no século XIX surgem intervenções significativas por parte do Poder Público; que buscavam drenar determinadas lagoas e brejos e criar novas ruas, instalando novas redes de água e esgoto sanitário, trazendo melhorias nas condições de higiene, principalmente na área central da cidade (FARIA, 1992 *apud* PÓVOA, 2002:35).

Mesmo com as intervenções criadas pelo poder público, o espaço urbano da cidade campista continuou a se expandir de maneira desordenada; testemunhando a inserção de classes populares em áreas periféricas, onde estas eram afastadas e com condições sanitárias precárias, o que mostrava os desequilíbrios e discrepâncias entre a periferia e o núcleo central:

A expansão da cidade em direção às novas áreas sem uma planificação, sem infra-estrutura vai desencadear vários problemas no espaço urbano e evidenciar as contradições, os desequilíbrios existentes entre os diferentes bairros e a articulação e integração com o núcleo central (FARIA, 2000:7).

Por sua vez, a população pobre ocupou a periferia da cidade enquanto local de moradia, o que contribuiu para o seu processo de expansão, ainda que as melhorias urbanas, datadas no final do século XIX, não tivessem chegado a essas áreas, sendo precárias as condições de vida próximas às lagoas e brejos que não tinham sido saneados (PÓVOA, 2002:35-36).

O período das Reformas Urbanísticas foi marcado por transformações espaciais em outras cidades além de Campos, como foi o caso da cidade do Rio de Janeiro. Além de neste mesmo período, a cidade campista ter desempenhado um importante papel na economia nacional através da produção de açúcar. Com isso, a Câmara Municipal campista se deteve ao quadro citadino que se desenhava de maneira desordenada e insalubre com maior atenção:

O velho tecido urbano é transformado progressivamente, graças às reformas que visam, além do embelezamento da cidade, dar-lhe uma melhor funcionalidade, adaptando-a aos interesses da economia capitalista e da burguesia em plena ascensão. Finalmente, neste começo do século XX, é necessário dotar a cidade dos símbolos do progresso e de uma imagem de modernidade (FARIA, 2000:6).

Este período também ficou marcado pela constante presença de médicos e sanitaristas no comando de diversas cidades brasileiras, o que se aplicou ao caso de Campos, favorecendo ainda mais nas obras de embelezamento e higienização na cidade:

[...] os médicos através do trato com as questões ligadas à higiene e à saúde pública, e os engenheiros na construção de redes de infraestrutura urbana e de transporte, contribuíram para a implementação de reformas na estrutura urbana de Campos (PÓVOA, 2002:35).

Assim, os principais projetos urbanísticos que foram implantados em Campos dos Goytacazes foram: I. Saneamento de Campos, elaborado em 1902 por Saturnino de Brito; II. Plano Urbanístico de 1944, elaborado pela empresa Coimbra Bueno; III. Plano de Desenvolvimento Físico Territorial de Campos de 1979 (PDUC), elaborado e dirigido pelo arquiteto Raul David Linhares (prefeito na época).

O primeiro deles, o projeto Saneamento de Campos, baseado nas visões de “Ordem e Progresso”, buscava não somente a higienização física da cidade, como também a higiene moral da população, buscando mudar a sua conduta social.

Para tanto, o plano inclui a desapropriação e demolição de prédios distribuídos por toda a área central que, coabitados e de servidão promíscua, dificultam o controle social. Brito propõe então que, através de iniciativas públicas e particulares, sejam construídas na área periférica da cidade “Habitações populares – salubres e econômicas” para onde a população pobre, herdeira da conduta imoral e viciosa do passado colonial imperial, deve ser conduzida a fim de que, nestas moradias sejam reguladas suas reações enquanto elementos sociais oprimidos cujas manifestações assumem formas variadas (AMARAL & FARIA, 2005:103).

Brito tinha como ideal que o subúrbio deveria se tornar local de moradia para a população operária. Assim, ele propõe que esta população venha a se instalar em áreas periféricas da cidade.

Embora o Plano Saneamento de Campos de Saturnino de Brito tenha trazido contribuições nas modificações tanto na parte central, quanto na periférica da cidade, eram mais evidentes os problemas de crescimento urbano desordenado:

É assim, que se vê Benedito Pereira Nunes, idealizador do projeto “da cidade saneada”, neste momento, representante do Senado Federal, retomar o seu discurso quatro anos depois do projeto de Saturnino de Brito. Este constatando que a cidade não mudou. Desde então, solicita em discurso, publicado em setembro de 1906 na *Gazeta do Povo*, a intervenção do governo federal: *“Em 1901 quando eu presidia a Câmara Municipal de Campos, eu disse que - realmente, Campos, dotada de uma natureza e de uma situação topográfica excepcionais e que poderia ser chamada a Sultana da Paraíba, se transformou, por negligências da engenharia indígena e da edificação colonial, numa cidade de ruas tortuosas, de becos e de ruelas escuras, cheio de casebres obscuros e insalubres, criando,*

*assim, um ambiente de condições idênticas às das cidades asiáticas, onde a peste é endêmica. Os velhos casebres que existem ainda hoje e onde vive a classe operária pagando baixos aluguéis, confirmam este estado de coisas. Atentados flagrantes às regras de higiene, legitimando de maneira criminosa o direito dos proprietários pouco escrupulosos, exploradores conscientes dos pobres moradores de casebres úmidos, verdadeiros pardieiros pagos com o suor das vítimas” (FARIA, 2000:3-4).*

Mesmo com os avanços na criação de novas formas de circulação pelo espaço urbano (como ônibus e bondes elétricos), com a função de ligar o Centro da cidade a bairros mais distantes (FARIA, 2000), ainda presenciava-se fatores agravantes que dificultavam a implantação dos Planos Urbanísticos. A partir da década de 1930, o setor cafeeiro inicia um processo de declínio, levando ao desemprego trabalhadores ligados à atividade cafeeira. Ao mesmo tempo, continuavam a ser denunciadas, com o passar dos anos, por novos jornais de oposição, mais discrepâncias entre as obras de embelezamento que ocorriam no Centro citadino e a situação encontrada nos bairros mais afastados já durante a década de 1940:

*Porém, os efeitos de um crescimento urbano complexo e mal controlado se torna cada vez mais evidente. Na imprensa, as reclamações denunciam a existência de uma cidade que até então era desconhecida do poder público local, mais preocupados com o embelezamento da parte central e com a estruturação do “quadrilátero”. Com a aparição de novos jornais representativos de outros grupos e de outros interesses, revelam-se os jogos de forças nas intervenções, contribuindo para a expansão da cidade em diferentes direções. Vejamos como exemplos, as notas publicadas da Folha do Comércio: 09/01/1940: “Um Mercado para o povoado bairro do Turf: constatamos a necessidade de um mercado no povoado bairro do Turf devido a distância que separa esta zona da cidade do mercado da rua Formosa; falta meios de transporte para o desenvolvimento deste bairro que diariamente vê aumentar o número de residências e de comércios”. 21/01/40: “O novo bairro do Saco”: A companhia de Estradas de Ferro Leopoldina Hailways constrói 12 casas para seus funcionários. Nos bairros da Lapa e Matadouro, a necessidade se impõe de se prolongar a rua 7 de Setembro para unir estes bairros ao centro, as chuvas destroem os caminhos. (FARIA, 2000:9).*

Vistos os avanços deste quadro de desigualdade urbana, principalmente nas áreas periféricas, o então prefeito da época, Salo Brand, contrata a empresa *Coimbra Bueno Engenheiros, Urbanistas e Arquitetos Cia Ltda*, para elaborar um projeto urbanístico abrangente para a cidade de Campos dos Goytacazes, sendo

intitulado *Plano de Urbanização, Remodelação, Extensão e Embelezamento ou Plano Urbanístico de 1944*.

O Plano Urbanístico de 1944 buscava executar intervenções em áreas periféricas da cidade, assim como “corrigir” as ações dos planos aplicados anteriormente. Um ponto importante do plano foi privilegiar uma organização da cidade com foco em direcionar e ordenar sua expansão para áreas periféricas:

Assim, a pedido de Salo Brand, a Empresa Coimbra Bueno elabora o Plano Urbanístico de 1944. Este foi concedido para, primeiramente, “corrigir” os erros das intervenções anteriores que tenderam apenas à valorização e embelezamento das áreas centrais e, segundo, orientar a expansão da cidade, integrando, por exemplo, inúmeros bairros que não foram considerados pelos planos anteriores (FARIA, 2005a:12).

Embora o Plano de 1944 buscasse direcionar e ordenar a expansão urbana para áreas periféricas, com a inserção de uma nova lei trabalhista em 1º de maio 1943 (a Consolidação das Leis do Trabalho), a desaceleração do parque industrial sucroalcooleiro, a perda de dinamismo da produção açucareira na região Norte Fluminense e a aquisição de muitas usinas campistas por usineiros do Nordeste na década de 1950 (SILVA & CARVALHO, 2004), acentuou-se a baixa produtividade da lavoura de cana; com isso, aumentou-se o desemprego na região e as migrações para a cidade, o que elevou a demanda por habitações e o encarecimento da terra urbana, contribuindo para o adensamento de bairros populares. A partir daí, Campos passa a apresentar marcantes problemas sócioespaciais se em vista aos do passado, representado pelo forte desequilíbrio entre seus bairros:

Pinto (1987) nos informa, ainda, que já no período compreendido entre 1950-1960, devido ao declínio nas lavouras de café e o advento das novas leis trabalhistas no campo, a cidade já experimentava as consequências do êxodo rural como, por exemplo, uma intensa ocupação da zona urbana, promovendo na mídia e aos grupos próximos ao centro, receios e insegurança em relação às ocupações irregulares e os grupos que começam a demarcar, de forma mais visível, o processo de favelização campista. (FARIA, 2005a:13).

Com o evidente contraste entre o centro e a periferia e as irregularidades do tecido urbano cada vez mais evidentes, em 1979, o então prefeito, Raul David Linhares, elabora, com base no Plano Urbanístico de 1944, o Plano Urbanístico e

Territorial de Campos-PDUC. O plano dava maior atenção às áreas menos privilegiadas e carentes de infra-estrutura. Além de ser definido na tentativa de

[...] promoção do desenvolvimento físico e territorial urbano do Município de Campos, de acordo com as relações sócio-econômicas, antropológicas e culturais do momento. Tanto as entidades públicas como as privadas deveriam obedecer às leis consideradas como de efetivação do PDUC: 1) *Lei dos Perímetros Urbanos*; 2) *Lei de Zoneamento e Uso do Solo*; 3) *Lei de Parcelamento do Solo* e 4) *Código de Obras* (VIEIRA, 2003 *apud* FARIA, 2005a:13).

Como nos Planos anteriores, novos problemas surgem agravando o contexto socioespacial campista, dificultando a implementação do PDUC na cidade. Nos anos 1980 e 1990, a produção do setor sucroalcooleiro, cuja crise havia se agravado já no final dos anos 1970, entra em colapso (MACIEL, 2008), agravando ainda mais o quadro de segregação da cidade.

Com o fechamento de grande parte das usinas da região, gerou-se um elevado grau de desemprego. Grandes massas de desempregados formaram bolsões de pobreza no entorno de Campos e cidades vizinhas; tornando o modelo urbano de cidade cada vez mais segregado.

A população mais carente não encontrando acesso a determinados espaços urbanizados partiu em busca de terrenos irregulares ou rejeitados; espaços utilizados para a construção de suas moradias. Da mesma forma que em outras cidades do país, viu-se que Campos dos Goytacazes também sofreu conseqüências da crise econômica dada a partir dos anos 1980. O processo de favelização se acentuou, assim como o de segregação socioespacial. Com isso, é possível afirmar que os projetos urbanísticos implantados em Campos no período entre o século XIX e XX não concretizaram totalmente o que lhes era proposto em decorrência de “[...] não terem sido implantados na sua integridade e por falta de intervenções concretas nas áreas periféricas, voltadas para as necessidades das camadas populares (FARIA, 2005a:13)”, o que contribuiu para que o “[...] espaço urbano apresentasse uma dupla configuração, a partir deste período [...] (PÓVOA, 2002:37)”, ou seja, ressaltasse na dualidade centro-periferia.

### 3.1.2. Fim do Colonato

Além da evidenciada a crise nos principais setores agrícolas do estado do Rio de Janeiro – o café, com sua produção em um declínio vertiginoso a partir de 1933 no Noroeste Fluminense (SILVA & CARVALHO, 2004), e a cana-de-açúcar, apresentando sinais mais evidentes na década de 1950 na cidade de Campos dos Goytacazes –, outro fator que acarretou em um acentuado número de migrações para diversas cidades da região, incluindo a campista, foi o fim das relações entre patrão e empregado<sup>8</sup>; sendo esta questão interferida pelo Estado na década de 1940, com a implementação de leis trabalhistas como a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho de 1943).

O Estado passa a assumir alguns itens do custo de reprodução da força de trabalho (aposentadoria, abonos-doença, etc.) enquanto outros são repassados ao próprio trabalhador. Dentre estes, a moradia é, sem dúvida, um dos principais (PIQUET, 1986:71).

Com a regulamentação das leis trabalhistas, o Estado formaliza a relação patrão-empregado descrevendo seus direitos e o que compete a cada um. Além disso, é estipulado um valor mínimo (salário mínimo) como forma de pagamento ao trabalho executado pelo empregado. Este salário deveria abranger as necessidades mínimas de alimentação, vestuário, locomoção, etc.:

Art. 2º - Considera-se empregador a empresa, individual ou coletiva, que, assumindo os riscos da atividade econômica, admite, assalaria e dirige a prestação pessoal de serviço.

Art. 3º - Considera-se empregado toda pessoa física que prestar serviços de natureza não eventual a empregador, sob a dependência deste e mediante salário.

[...]

Art. 6º - Não se distingue entre o trabalho realizado no estabelecimento do empregador e o executado no domicílio do empregado, desde que esteja caracterizada a relação de emprego.

[...]

Art. 76 - Salário mínimo é a contraprestação mínima devida e paga diretamente pelo empregador a todo trabalhador, inclusive ao trabalhador rural, sem distinção de sexo, por dia normal de serviço, e capaz de satisfazer, em determinada época e região do País, as suas necessidades normais de alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte.

[...]

---

<sup>8</sup> Comumente nesse período eram observadas moradias oferecidas aos empregados pelos patrões em suas fazendas. Sendo possível, em alguns casos, o acesso do empregado à um pedaço de terra para cultivo próprio ou a uma ou duas cabeças de gado para criação (NEVES, 1986).

Art. 78 - Quando o salário for ajustado por empreitada, ou convencionado por tarefa ou peça, será garantida ao trabalhador uma remuneração diária nunca inferior à do salário mínimo por dia normal da região, zona ou subzona.

[...]

Art. 81 - O salário mínimo será determinado pela fórmula  $S_m = a + b + c + d + e$ , em que "a", "b", "c", "d" e "e" representam, respectivamente, o valor das despesas diárias com alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte necessários à vida de um trabalhador adulto (DECRETO-LEI N.º 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943).

Com as mudanças realizadas pelo Estado nas relações de trabalho, os patrões, com receio de sofrerem "*ameaça de cobrança dos valores financeiros correspondentes aos direitos adquiridos (NEVES, 1986:91)*", iniciaram um processo de desligamento com os trabalhadores. Como a grande maioria dos empregados habitava casas pertencentes ao patrão em sua propriedade, quando desvincilhados do local de trabalho conseqüentemente perdiam a moradia:

Assim, para o industrial, estas vilas ao mesmo tempo que pouco significavam em termos de custos econômicos, permitiam uma forma a mais de dominação; o trabalhador a ele se subordinava duplamente: pelo emprego e pela moradia. A perda do emprego automaticamente significava a perda da moradia (PIQUET, 1986:76).

Com o desvincilhamento entre patrão e empregados, conseqüentemente os trabalhadores não puderem satisfazer parte de suas necessidades (principalmente o de uma moradia própria) através de um salário ou por meio de um financiamento público. Com isso, muitos viram como solução a sua inserção em áreas da chamada "periferia urbana":

A grande maioria dos trabalhadores se vê assim obrigada a buscar sua inserção no espaço urbano de forma quase clandestina; nas franjas da cidade, enfim, na chamada "periferia urbana" onde, além da casa, cabe ao trabalhador construir este pedaço da cidade (PIQUET, 1986:83-84).

Dessa forma, a partir das Reformas Urbanísticas, crises no setor agrícola nas regiões Norte e Noroeste Fluminense e da extensão das leis trabalhistas ao campo, observou-se em maior potencial, um adensamento nas áreas periféricas, notadamente na cidade de Campos dos Goytacazes, o que provocou possivelmente no surgimento do processo de favelização nessa cidade.

### 3.2. O Processo de Favelização em Campos dos Goytacazes

A maior parte dos migrantes rurais que se dirigiram para a cidade foram atraídos a trabalhar em usinas de açúcar ainda ativas, localizadas em áreas urbanas como a Queimado, Cupim, São José e Santo Antônio, o que contribuiu para o surgimento do processo de favelização em Campos dos Goytacazes.

Com o processo de migração surgem os problemas habitacionais da cidade, relacionados à falta de moradia, uma vez que os problemas até então existentes dizem respeito à falta de saneamento básico e de infra-estrutura urbana (PÓVOA, 2002:39).

De acordo com POHMANN (2008) (Tabela 01), pelo menos cinco favelas surgem nos anos 1940 na cidade de Campos dos Goytacazes: Aldeia (1940), Parque Bela Vista (1940), Rio Ururaí (1940), Ilha de Ururaí (1947), Baleeira (1948). Além dessas, Guimarães e Póvoa (2005) ainda acrescentam, nesse período, o surgimento da Favela Tamarindo (1948)<sup>9</sup>.

Entre as décadas de 1950 e 1960, o processo de parcelamento da terra se intensifica tendo uma grande ocupação além dos leitos das ferrovias (GUIMARÃES; PÓVOA, 2005).

Data dos anos 40, o surgimento das primeiras favelas em Campos - a Tamarindo, a Aldeia, o Parque Bela Vista e a Rio Ururaí. Mas é nos anos 60 que se verifica o seu maior crescimento, quando surgem 15 novas áreas de ocupação, em decorrência da aceleração do processo de migração campo-cidade, provocado pela decadência da agroindústria açucareira. Outro fator que contribui para o aumento e proliferação da favelas em Campos, nesse período, foi a enchente do Rio Paraíba nos anos 60, quando muitas famílias ficaram no desabrigo passando a ter como moradia a favela (PÓVOA, 2002:39-40).

Segundo o estudo *Projeto Especial Cidades de Porte Médio - Perfil de Campos* (1983), nesse período surgem novas favelas, o que pode ser confirmado através da Tabela 01, onde surgem entre as décadas de 1950 e 1960 mais dezenove favelas: Estrada do Carvão (1950), Fundão (1950), Inferno Verde (1950), Presidente Vargas (1950), Oriente (década de 1950), Lagoa do Vigário (1957), Matadouro (1958), Aeroporto/Bonsucesso (1960), Tira-Gosto (1960), Ilha do Cunha

---

<sup>9</sup> A partir do ano de 1991 a Tamarindo não é mais considerada uma Favela, pois apresenta um número inferior a 50 residências conforme o IBGE (Pessanha, 2004).

(1962), Bariri (1963), São Matheus (1964), Prazeres (1965), Farofa (1966), Margem da Linha (1968), Avenida Central (1969), Patronato (final da década de 1960), Risca Faca (final da década de 1960) e Siqueira e Silva (final da década de 1960); o que coincide com a época da erradicação dos cafezais e do esvaziamento econômico do Norte Fluminense.

Entre as décadas de 1970 e 1990 ainda é observado um aumento no número de favelas na cidade de Campos: Escova Urubu – Rodovia Campos/Vitória (1970)<sup>10</sup>, Palestra (1970), Chatuba (1976), Fofoca (1980) e Terra Prometida (1992). O surgimento dessas novas favelas foi influenciado, principalmente, pela crise no setor sucroalcooleiro da região a partir da década de 1970, que nas décadas seguintes entra em colapso.

Segundo dados do IBGE (Censos de 1991, 1996 e 2000), extraídos por Pessanha (2004), o número de favelas na cidade de Campos dos Goytacazes aumentou neste período, totalizando 32. Foram incluídas, além das já citadas, as favelas Santa Luzia e Goytacazes/Canema<sup>11</sup>.

Observa-se que a partir da década de 1990 diminui o número de favelas que surgem na cidade de Campos dos Goytacazes. Através dos estudos de Pessanha, o que se observa atualmente é um fluxo migratório de moradores entre as favelas. Isso se deve a determinados fatores como a violência e proximidade com o local de trabalho que pesam na escolha do melhor local para a moradia.

Durantes as leituras realizadas sobre a origem das favelas em Campos dos Goytacazes, percebe-se que pouco ainda foi estudado sobre o tema. Além de alguns dados encontrados sobre as mesmas estarem em desconcontro, principalmente quando se trata de um número total de favelas atualmente instaladas na cidade.

---

<sup>10</sup> Pessanha (2004) apresenta duas favelas Escova – Urubu: a primeira está localizada no bairro Aeroporto, enquanto a segunda se localiza no bairro Travessão, totalizando em seu estudo (a partir de dados extraídos dos Censos de 1991, 1996 e 2000) um total de 32 favelas instaladas na cidade de Campos dos Goytacazes atualmente.

<sup>11</sup> Os anos de surgimento das duas favelas não foram informados no estudo de Pessanha (2004).



### 3.3. Atuação do Plano Diretor de Campos dos Goytacazes

O Plano Diretor, datado de 31 de Março de 2008, possui como norteador o Plano de Desenvolvimento Urbano de Campos (PDUC), o que favorece e dá continuidade a algumas melhorias sócioespaciais na cidade de Campos dos Goytacazes:

[...] é o *Plano de Desenvolvimento Urbano de Campos* (PDUC) que, desde 1980, revisto em 1998, quem conduz o que o Plano Diretor deveria conduzir: as políticas públicas deste município (RODRIGUES, 2005:120).

Após a leitura do Plano Diretor observa-se que o mesmo possui muitos pontos interessantes em sua redação, e esses, sendo aplicados da maneira que é proposta, iriam beneficiar sua população de diversas formas.

Com isso, serão a seguir enumerados os seus principais pontos para que após seja realizada uma análise dos mesmos.

O Plano Diretor apresenta no Artigo 131, um macrozoneamento municipal, com a finalidade de dividir o município campista em quatro macroáreas em decorrência de suas características peculiares (morfologia, feições ambientais, etc.), apresentadas nos seguintes incisos: I. Áreas Urbanas; II. Áreas de Preservação Natural e Cultural e de Valorização Turística; III. Áreas de Desenvolvimento Rural Sustentável; IV. Áreas de Potencial para Atividades Produtivas.

Neste estudo, será dada maior atenção ao primeiro inciso do Artigo 131 – Áreas Urbanas –, que abrangem as áreas urbanizadas consolidadas e as áreas de expansão urbana; ambas compreendidas pelo perímetro urbano.

As áreas urbanas consolidadas *“abrangem a sede municipal, sedes distritais e os núcleos urbanos, cujas terras estejam parceladas (integral ou parcialmente ocupadas) e sejam dotadas de infra-estrutura e de serviços urbanos básicos”* (Artigo 134, inciso I). Já as *“áreas de expansão urbana abrangem as parcelas do território ainda não parceladas para fins urbanos, localizadas entre a área urbana consolidada e o limite do perímetro urbano”* (Artigo 134, inciso II).

A Macroárea *Áreas Urbanas* é subdividida em sete Macrozonas: I. De Proteção Ambiental; II. Central; III. De Adensamento Controlado; IV. Consolidação Urbana; V. Ocupação Controlada; VI. Atividades Produtivas de Serviços e VII. Expansão Urbana. Neste estudo, será dada atenção às macrozonas que se encontram sobrepostas a área em estudo: IV, V e VII.

Segundo o Artigo 163, a *“Macrozona de Consolidação Urbana abrange áreas ocupadas de forma ilegal ou parcial, nas quais serão admitidas densidades baixas e médias e para as quais torna-se indispensável a complementação da infra-estrutura e serviços urbanos onde necessários (LEI NÚMERO 7.972, 2008: p. 65)”*.

Vale ressaltar que as principais diretrizes territoriais previstas para esta macrozona são a ocupação dos espaços vazios e o reforço das centralidades existentes e a criação de novas centralidades.

A Macrozona de Ocupação Controlada acompanha *“as áreas destinadas prioritariamente ao uso residencial, ainda não dotadas plenamente de infra-estrutura para as quais o parcelamento do solo e sua ocupação estarão subordinadas ao provimento de infra-estrutura e serviços urbanos necessários” (LEI NÚMERO 7.972, Artigo 166, 2008:66)*. Suas principais diretrizes são o incentivo à ocupação residencial de baixa densidade e a ocupação prioritária de áreas já infraestruturadas.

Quanto a Macrozona de Expansão Urbana, o Artigo 172 esclarece que tal expansão *“abrange áreas ainda não parceladas ou ocupadas para fins urbanos, para quais será obrigatoriamente exigidas a execução de Planos de Ordenamento do Território”*. A principal diretriz territorial prevista para a Macrozona de Expansão Urbana é o parcelamento e ocupação, condicionados a integração à malha da cidade.

Vale destacar que o Plano Diretor se baseia na *“Inclusão social, mediante ampliação da oferta de terra urbana, moradia digna, infra-estrutura urbana, serviços e equipamentos públicos, trabalho e lazer para população de Campos dos Goytacazes, segundo os princípios da acessibilidade urbana, do desenvolvimento sustentável, da universalização da política urbana e da função social da propriedade” (LEI NÚMERO 7.972, 2008:01)*; além disso, o Plano Diretor visa à estruturação da cidade e a distribuição de atividades urbanas através de um ordenamento de sua malha<sup>12</sup>.

Para auxiliar na solução dos problemas sócioespaciais urbanos, observa-se algumas medidas no Plano Diretor. Uma delas é vista no Artigo 84, inciso V, que trata de rever o parcelamento do solo, de forma que se ofereçam lotes menores para a população carente, além de levar para estas áreas, equipamentos urbanos e infra-estrutura digna. Além disso, busca-se fiscalizar o efetivo cumprimento da legislação

---

<sup>12</sup> Isso pode ser conferido no Artigo 80 (incisos I, II e III), que trata de melhorias na expansão urbana cidadina e para que estas ocorram de forma equilibrada (com a criação de novas formas de ocupação e adensamento do solo urbano). Além disso, o presente artigo trata de melhorias na mobilidade intraurbana.

de: uso do solo urbano, parcelamento e código de posturas, conforme o Artigo 93, inciso I.

Ainda no Plano Diretor encontra-se uma importante medida: promover o acesso a terra e a moradia digna, reduzindo o déficit habitacional e coibindo a prática de loteamentos clandestinos e irregulares (Artigos 99, 102 e 104).

Porém, após a leitura do que foi proposto pelo Plano Diretor à cima, comparando com o que foi observado durante as saídas de campo deste estudo, percebeu-se que alguns pontos ainda não foram postos em prática na íntegra; e se levarmos em conta a área estudada nesta dissertação (que envolve a Favela Margem da Linha e sua região de entorno), nota-se atualmente, a ausência das políticas públicas tratadas no Plano Diretor.

Se compararmos o quadro apresentado durante o período das Reformas Urbanísticas (no passado) e o que se desenha na atualidade, é possível estabelecer uma semelhança. Em ambos os momentos da história campista, seus planos não foram/estão sendo aplicados na íntegra<sup>13</sup>.

Quando o Plano Diretor afirma buscar como principal diretriz territorial da Macrozona de Expansão Urbana o *parcelamento e ocupação, condicionados a integração à malha da cidade* (Artigo 172), observa-se que o mesmo tem sido aplicado nessa Macrozona, mas não em sua integridade.

Se compararmos o que é afirmado no Plano Diretor com o que foi observado nas saídas de campo na Favela Margem da Linha e em seu entorno (áreas pertencentes à Macrozona de Expansão Urbana), percebe-se que o entorno recebeu mais atenção que favela, tendo a inserção de novos empreendimentos característicos de áreas centralizadas, voltados para uma classe de maior poder aquisitivo; enquanto que na favela não foi visualizado, até o momento, nenhum esforço do Poder Público quanto ao seu parcelamento ou integração à malha urbana da cidade.

Outro ponto citado no Plano Diretor que apresenta soluções mas que mostra lacunas quanto à sua aplicação real se refere aos problemas sócioespaciais urbanos; tendo como referência de solução o Artigo 84, inciso V, que busca “[...] *levar para estas áreas [de expansão urbana], equipamentos urbanos e infraestrutura digna*”. É fato que a área de entorno da Favela Margem da Linha vem

---

<sup>13</sup> Segundo Faria (2005) os Planos Urbanísticos entre o século XIX e XX não foram “*implantados em sua integridade e por falta de intervenções concretas nas áreas periféricas, voltadas para as necessidades das camadas populares*”, o que pode ter contribuído com as discrepâncias sócioespaciais entre bairros na cidade de Campos dos Goytacazes.

recebendo infra-estrutura (sabendo que a sua grande maioria é privada como supermercados, *shopping*, condomínios, academias, etc.), no entanto, não foi notada até o momento, uma extensão desse esforço por parte do Poder Público em levar infra-estrutura digna ao interior da favela; nem ao menos em proporcionar-lhe formas de acessibilidade à infra-estrutura que se encontra na área de entorno.

Mesmo sabendo que as residências da Favela Margem da Linha se encontrem instaladas de maneira irregular (como será visto com maiores detalhes no Capítulo 5), não nota-se, até o presente momento, a preocupação do Poder Público em por em prática na favela as ações sustentadas no Plano Diretor, mais precisamente os Artigos 99, 102 e 104 que se referem a “*promover o acesso a terra e a moradia digna, reduzindo o déficit habitacional e coibindo a prática de loteamentos clandestinos e irregulares*” (Artigos 99, 102 e 104); o que dificulta a *Inclusão Social* dessa população marginalizada ao restante do contexto sócioespacial citadino.

Observa-se desse modo que em algumas ações relatadas pelo Plano Diretor (principalmente nas voltadas à Macrozona de Expansão Urbana) existe uma falta de integridade por parte do mesmo; principalmente naquelas que se norteiam às camadas populares, haja vista que a Favela Margem da Linha continua desprovida em seu interior de serviços básicos, enquanto se nota mudanças espaciais em seu entorno, voltadas à novas classes com maior poder aquisitivo que atualmente vêm se instalando no local.

Isso mostra que em alguns momentos, o Plano Diretor ainda não está sendo implantado pelo Poder Público de maneira íntegra como deveria, favorecendo de forma mais intensa o setor privado e as classes mais elevadas; se esquecendo novamente, como nos Planos Urbanísticos do passado, das necessidades das camadas populares.

## **CAPÍTULO 4. O CONTRASTE ENTRE A INSERÇÃO DE NOVOS EMPREENDIMENTOS NA ÁREA DE ENTORNO DA AVENIDA SILVIO BASTOS TAVARES E A FAVELA MARGEM DA LINHA**

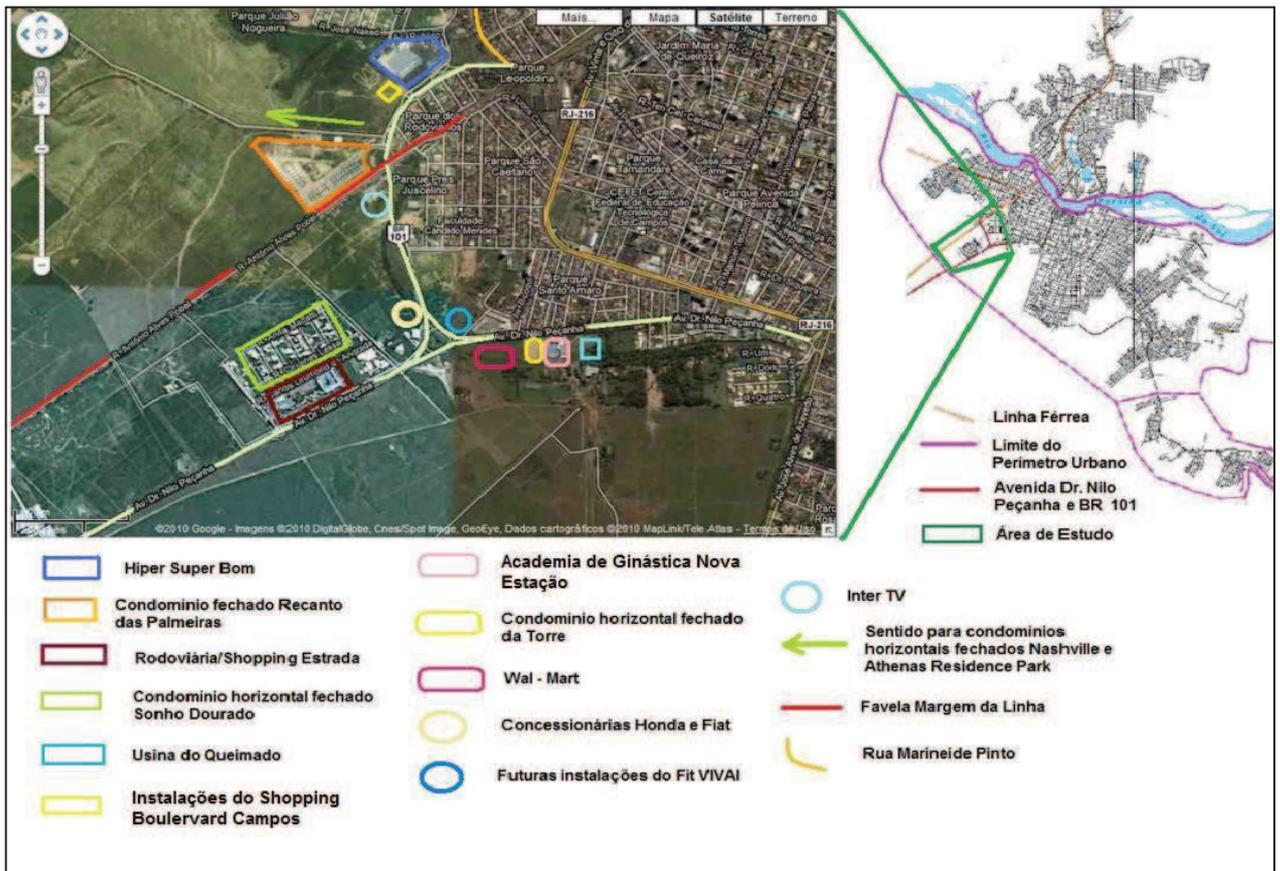
No passado, a área de entorno da Avenida Silvio Bastos Tavares era vista como espacialmente distante do centro da cidade, periférica, e com a ausência de instalações urbanas básicas. No entanto, esses problemas não impediram que durante a década de 1960 (POHLMANN, 2008), ocorresse a instalação de pessoas nas proximidades da linha ferroviária da RFFSA – Campos-RJ, devido a proximidade com os locais de trabalho: a Usina do Queimado e Usina Cupim<sup>14</sup>.

Atualmente, essa área vem recebendo constantemente a instalação de empreendimentos e serviços, sobretudo privados; sendo voltados para diferentes grupos sociais nos quais não foi observada a inclusão, nesse interesse, da população da Favela Margem da Linha. Os novos empreendimentos recentemente construídos são: I. Rodoviária/Shopping Estrada (1995); II. Condomínio Vertical Recanto das Palmeiras (1995); III. Academia de Ginástica Nova Estação (1999); IV. Condomínio Horizontal Sonho Dourado (2000); V. Condomínio horizontal Nashville (2007); VI. Hipermercado Super Bom (2007); VII. Condomínio horizontal Athenas Residence Park (2008); VIII. Walmart (2008); IX. Loja de venda ao atacado Atacadão Saara (2008); X. Makro (2008); XI. Condomínio Horizontal Fechado da Torre (2009); XII. INTER TV Planície (2009); XIII. Concessionárias Honda (2005) e Fiat (2010); XIV. Futuras instalações do empreendimento Fit VIVAI (Condomínio Vertical); XV. Boulevard Shopping Campos (O GLOBO, 2010)<sup>15</sup> (Figura 05).

---

<sup>14</sup> Além dos dados de Pohlmann, durante as saídas de campo, vários moradores relataram o mesmo motivo que levou ao surgimento da Favela Margem da Linha.

<sup>15</sup> Desde abril de 2010, o Jornal *O Globo* fazia menção ao novo empreendimento que seria instalado na cidade de Campos dos Goytacazes (Shopping Boulevard Campos - pertencente ao grupo Alliansce, uma das maiores redes de *shoppings centers* e empreendimentos do Brasil). Sua inauguração foi realizada no dia 26 de abril de 2011.

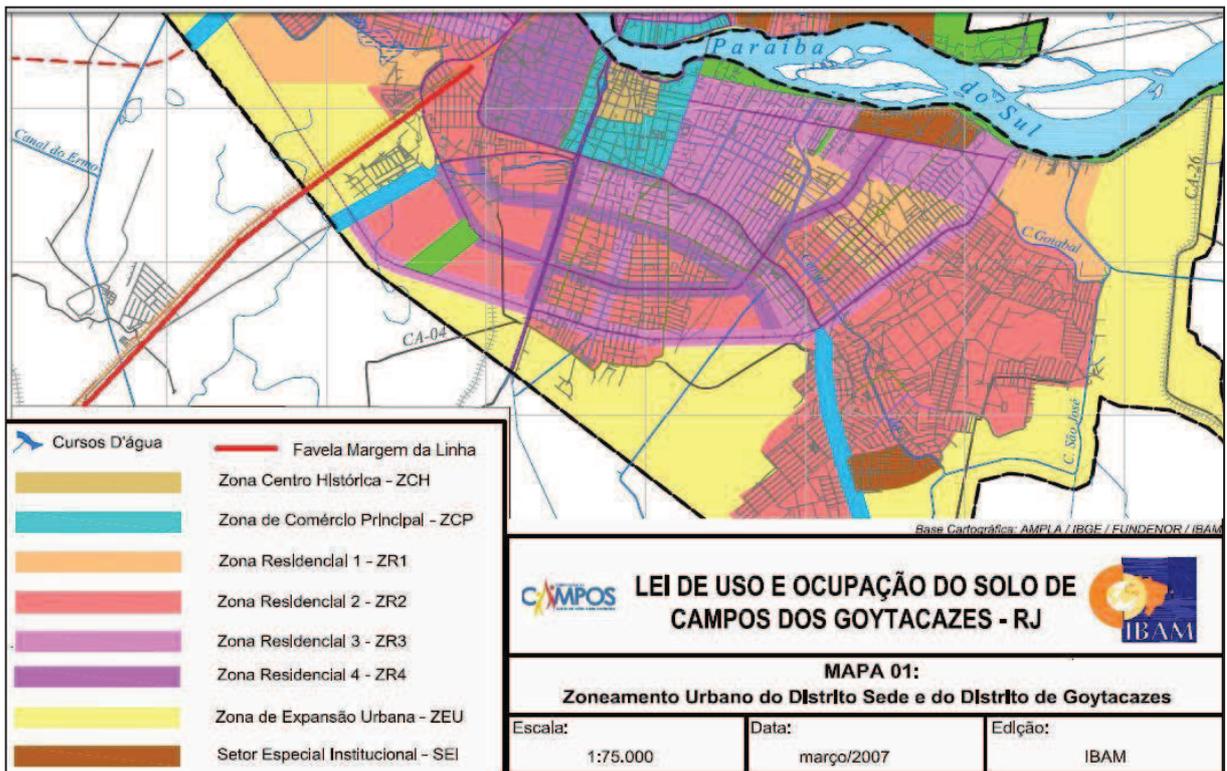


**Figura 05.** Área de Estudo. Fonte: Google Maps. 04/03/2010; 06/06/2011; Plano Diretor, 2007. Adaptado pelo autor.

Definida predominantemente como uma Zona de Expansão Urbana (Figura 06) no atual Plano Diretor (2008), buscou-se delimitar a área a ser estudada, com base na linha imaginária que demarca o Limite do Perímetro Urbano da Cidade de Campos dos Goytacazes<sup>16</sup>, através da Lei nº 7.973, de 10 de dezembro de 2007, que delimita os Perímetros Urbanos da cidade campista.

---

<sup>16</sup> Esta delimitação se inicia no encontro do Canal Campos – Macaé com o Canal de Tócos. Segue uma linha reta até encontrar a BR-101 num ponto que dista 1600m Sudoeste do ponto de encontro desta Rodovia com o eixo da Avenida Sílvio Bastos Tavares (estrada do contorno). Segue uma linha reta até o encontro com a paralela do traçado alternativo projetado da BR 101. Deflexiona a direita, seguindo uma linha reta até o encontro com a paralela da Linha Férrea que acompanha no mesmo sentido a BR 101 e, deflexiona em sentido sudoeste em direção ao ponto inicial.



**Figura 06.** Recorte da Região de Estudo e Parte da Favela Margem da Linha Inseridas na Zona de Expansão Urbana e Residencial 2 em Campos dos Goytacazes. Fonte: IBAM - Lei de Uso e Ocupação do Solo de Campos dos Goytacazes – RJ. Março 2007. Adaptado pelo autor.

É importante notar que inicialmente os empreendimentos construídos nesse local abrangiam classes mais diversificadas, como o condomínio vertical Recanto das Palmeiras e o loteamento Parque Ferroviário, proporcionando a heterogeneidade dos espaços e a possibilidade de troca de experiências entre diferentes grupos sociais. No entanto, nos últimos cinco anos, este ambiente, que ainda era multifacetado, tem se transformado. Percebe-se que os novos empreendimentos que estão sendo instalados no local, buscam um público mais segmentado, com características homogêneas e que tenham um *status* social mais elevado.

Exemplos concretos desta segmentação social e de mercado no local é a instalação de dois empreendimentos ligados a grandes corporações do país que são: o Fit Vivai e o Boulevard Shopping Campos. O primeiro foi incorporado pela construtora TENDA S/A, em outubro de 2008<sup>17</sup>, e o segundo, pertencente ao grupo *Aliansce Shopping Center*.

No folder do Fit Vivai são observadas mensagens com ilustrações que buscam vender um produto perfeito, com todas as opções de lazer; prometendo ao futuro morador a vivência em um local adequado para toda a sua família (Figuras 07 e 08). Além disso, a frase *“No Fit Vivai, você tem muito mais. Mais lazer, mais segurança, mais conforto e mais facilidade de pagamento”*, nos remete que as prioridades no empreendimento são o lazer e a segurança.

Com isso, nota-se que este condomínio é voltado para um grupo social diferente do que já está instalado no local; um público que dificilmente circula pelas áreas externas do Fit Vivai, se limitando aos empreendimentos que possuem características semelhantes ao mesmo.

Além disso, é perceptível em sua propaganda que são exaltadas apenas as qualidades e características do interior do empreendimento, deixando à margem todo o seu redor.

A propaganda chama à atenção também em relação ao apelo dado à questão da segurança. Percebe-se que a problemática da violência vivida nos grandes centros já atinge as cidades de porte médio, e influencia, da mesma forma, o comportamento de seus moradores, que buscam nesses condomínios obter refúgio e se abster dos problemas sociais da cidade “tradicional”.

---

<sup>17</sup> Dados retirados de propagandas impressas do empreendimento.



Figura 07. Face e verso do Folder de Fit VIVAI.



Figura 08. Interior do Folder do Fit VIVAI

Ao mesmo tempo, o recente empreendimento inaugurado em 26 de abril deste ano, o Boulevard Shopping Campos (com investimento geral de R\$ 100 milhões, e tendo uma área de 39,4 mil metros quadrados, com mais de 100 lojas distribuídas<sup>18</sup>) (Figuras 09, 10, 11 e 12), apresenta, em outubro de 2010, em seu *site*, os benefícios de se ter o “primeiro grande shopping de Campos”:

Com áreas novas de **expansão urbana**<sup>19</sup> e fortalecimento crescente da sua identidade como cidade, proporciona boa qualidade de vida. O Comércio ocupa uma posição de destaque na cidade, tanto na formação de renda como na oferta de postos de trabalho [...]. O Boulevard Shopping Campos será integrado a um renomado hotel de rede nacional com 120 quartos. [...] Pela primeira vez o morador e o visitante de Campos **terão acesso a tudo com conforto e praticidade**<sup>20</sup> (BOULEVARDCAMPOS, 2010).

Como é possível notar no *site* do shopping<sup>21</sup>, a área em que o empreendimento está instalado é apresentada como de expansão urbana. Nota-se também, que será integrado ao shopping um renomado hotel (o Tulip Inn). Esses dados comprovam ainda mais a segmentação de mercado em que está sujeito o local. Além disso, na última frase da citação acima, são informados os ideais de conforto e qualidade de vida, também notados nas propagandas do Fit Vivai; mostrando o contraste que haverá com a população já inserida no local (no caso, a população da Favela Margem da Linha).

---

<sup>18</sup> Dados retirados do site: [www.mundodomarketing.com.br](http://www.mundodomarketing.com.br), acesso em 08 de Julho de 2010.

<sup>19</sup> Grifo do autor.

<sup>20</sup> Idem.

<sup>21</sup> Página do site impressa em Anexos.



**Figura 09.** Placa anunciando, na época, as futuras instalações do novo Boulevard Shopping Campos, localizado na Avenida Silvio Bastos Tavares.

**Fonte:** Fotografada pelo autor em 26/02/2011.



**Figura 10.** Estrutura do Boulevard Shopping Campos ainda em fase de construção.

**Fonte:** Fotografada pelo autor em 26/02/2011.



**Figura 11.** Boulevard Shopping Campos em plena atividade.  
**Fonte:** Fotografada pelo autor em 16/09/2011.



**Figura 12.** Outra imagem mostrando o Boulevard Shopping Campos em plena atividade.  
**Fonte:** Fotografada pelo autor em 16/09/2011.

O hotel Tulip Inn, pertence a rede internacional Golden Tulip. Sua rede esta presente em mais de 40 países, com mais de 200 hotéis. Sua previsão é de construção em 18 meses, mas sem data definida de entrega (FOLHA DA MANHÃ, 2011).

Além do Tulip Inn, outro hotel que merece destaque, pois também será instalado na área de estudo é o Supreme Campos (Figuras 13, 14 e 15). Este hotel/apart-hotel possui bandeira internacional, e será construído na Avenida Silvio Bastos Tavares, ao lado do condomínio vertical Recanto das Palmeiras (FOLHA DA MANHÃ, 2011).



**Figura 13.** Placa localizada ao lado do Condomínio Horizontal Recanto das Palmeiras (ao fundo), fazendo uma chamada das futuras instalações do hotel Supreme Campos.

**Fonte:** Fotografada pelo autor em 26/02/2011.



**Figura 14.** Placa instalada no local da anterior (mostrada na figura 13), já se remetendo ao Supreme Campos.

**Fonte:** Fotografada pelo autor em 16/09/2011.



**Figura 15.** Close da mesma placa fazendo referência à exploração do petróleo na Bacia de Campos.

**Fonte:** Fotografada pelo autor em 16/09/2011.

Como pode ser observado, os dois empreendimentos acima citados representam mais uma ação de grandes firmas na área em estudo. Esta, que era vista no passado como apenas periférica, agora se encontra com a instalação dos empreendimentos privados mais importantes para a cidade de Campos dos Goytacazes. Vale ressaltar, que os dois hotéis irão localizar-se bem próximos a Favela Margem da Linha (se tornando praticamente vizinhos); no entanto, não se nota nenhuma referência a alguma obra que venha favorecer a Margem da Linha. Com isso, vale analisar nesse momento todo cenário que se desenha na região em estudo, envolvendo principalmente dois grupos distintos: os novos integrantes da área e Favela Margem da Linha.

A partir dessa nova configuração espacial nota-se que a Favela Margem da Linha ficará mais escondida da vista das pessoas que circulam na Avenida Silvio Bastos Tavares, pois parte dela já não era visível em decorrência do *Shopping Estrada* e do Condomínio horizontal fechado Sonho Dourado. Com a inserção dos novos empreendimentos (novo *shopping*, hotéis e condomínios), apenas a entrada da favela será vista por quem trafega a Avenida Silvio Bastos Tavares.

Sabendo que os moradores de favelas no Brasil em geral são estigmatizados como “favelados”, ou seja, pobres, sujos, violentos, traficantes, sendo possível estender essa visão para os moradores da Favela Margem da Linha; pode se dizer que o seu “mascaramento” visual seria de bom grado; fato um tanto desnecessário, pois durante as pesquisas de campo, comerciantes afirmaram que a população da Favela Margem da Linha não oferece “risco” aos moradores recentemente instalados no local, até porque o tráfico de drogas não é representativo nessa área.

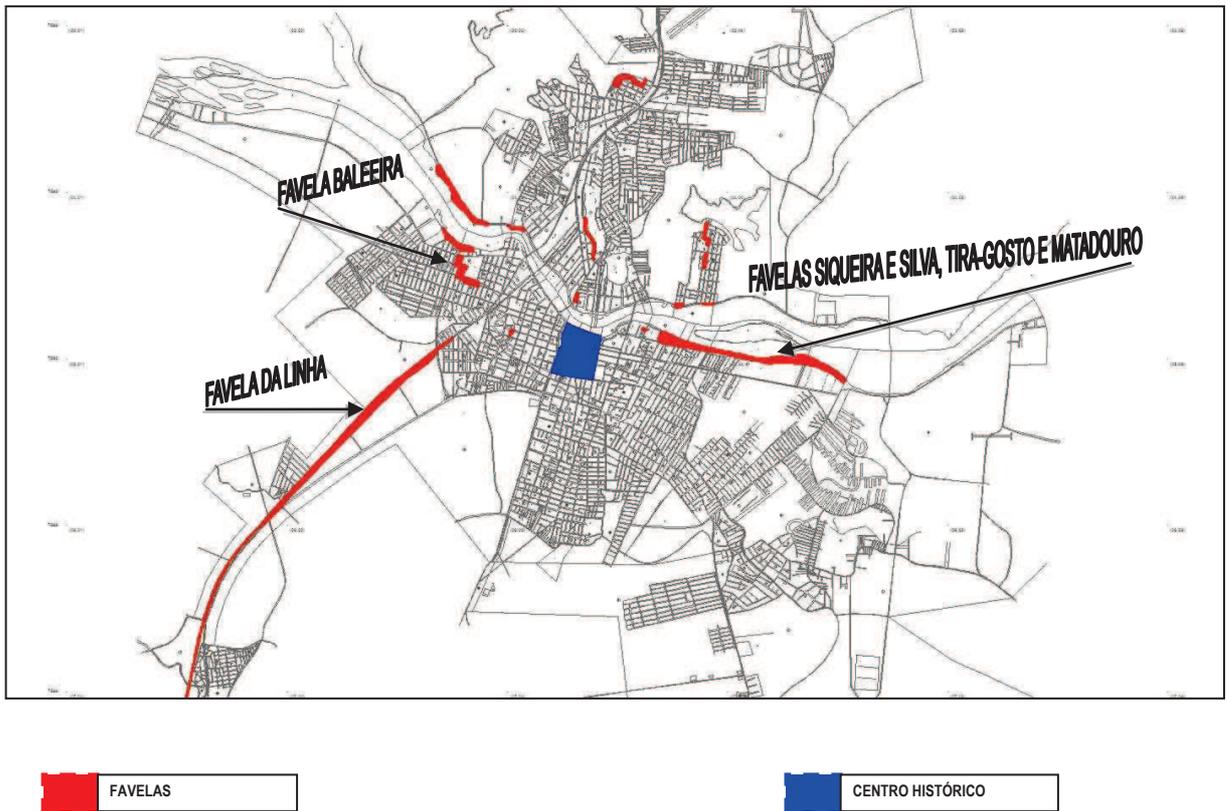
Assim, a confrontação de duas visões aparentemente controversas sobre os moradores da Favela Margem da Linha – uma que sabemos ser universal, a de que os habitantes de favelas sofrem discriminação e que são carregados de estigmas e preconceitos – e a dos proprietários dos empreendimentos citados acima, de que os moradores da Favela Margem da Linha não oferecem “risco” – nos instiga ainda mais a investigar quais os impactos da instalação de novos empreendimentos na favela e a captar a visão de seus moradores sobre os mesmos.

Notemos que os moradores da Favela Margem da Linha não oferecem “perigo” por que não circulam e muito menos freqüentam os empreendimentos já citados.

#### 4.1. Caracterização da Favela Margem da Linha

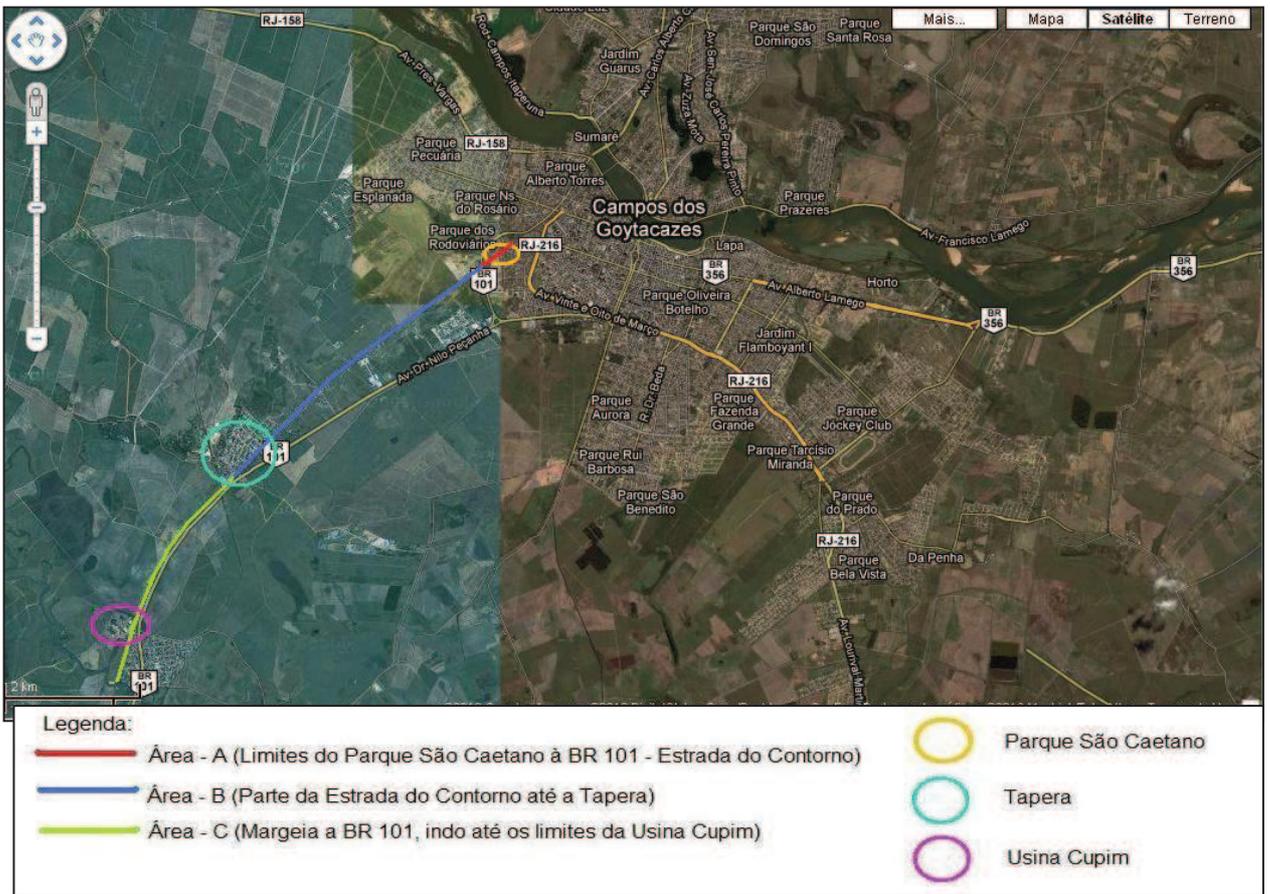
A Favela Margem da Linha se origina em 1968 (GUIMARÃES & PÓVOA, 2005; POHLMANN, 2008), com a inserção de trabalhadores cortadores de cana-de-açúcar, oriundos de outras cidades e das usinas do Cupim e Queimado; que para ficarem próximos ao local de trabalho, começaram a se alojar nas proximidades da Linha Férrea. Nos anos 1980, ocorre uma explosão demográfica no local, atrelada à Usina Cupim e a Usina Santa Cruz, onde surgem mais trabalhadores para habitar essa área em busca de melhores condições de vida. Além desses, desempregados e pobres da periferia de Campos e de outras cidades passaram a habitar a respectiva favela (GUIMARÃES & PÓVOA, 2005).

Caracterizada pelo Projeto Especial Cidades de Porte Médio - Perfil de Campos como *associação linear*, com moradias ocupantes lado a lado da faixa de domínio da RFFSA, a Favela Margem da Linha possui uma extensão de mais de sete quilômetros, além da maior quantidade de moradores de uma favela em Campos - no total, 2.732 moradores - (PESSANHA, 2004; PIRES, 2005) (Figura 16).



**Figura 16.** Localização espacial da Favela Margem da Linha na cidade de Campos dos Goytacazes. Fonte: LEEA/CCH/UENF, 2008.

Além disso, segundo Pires (2005), a Favela Margem da Linha é dividida internamente em três áreas, cada uma com características específicas: *Área A* (que vai dos limites do Parque São Caetano à BR 101 – Avenida Silvio Bastos Tavares), *Área B* (que vai da Avenida Silvio Bastos Tavares até a Tapera) e a *Área C* (que margeia a BR 101, indo até os limites da Usina Cupim) (Figura 17).



**Figura 17.** Favela Margem da Linha por Setor. Fonte: Google Maps. 04/03/2010. Adaptado pelo autor.

A partir do que foi apontado nesse capítulo, percebeu-se que a realidade que vem se desenhando na região *formal* do entorno da Avenida Silvio Bastos Tavares contrasta com a evidente situação de abandono da Favela Margem da Linha. Com o adensamento populacional que tem se presenciado na favela ao longo dos anos e, sem a aparente atenção do poder público, tem se perpetuado a condição de local marginalizado e segregado.

A partir da leitura de Pires percebeu-se que a população existente na favela possuía uma carência muito grande quanto à instalação de infra-estrutura e equipamentos urbanos, além de condições dignas de moradia e inserção social. Com isso, no próximo capítulo, serão apresentadas as atuais características da Favela Margem da Linha, além dos seus principais problemas e como a população lida com eles.

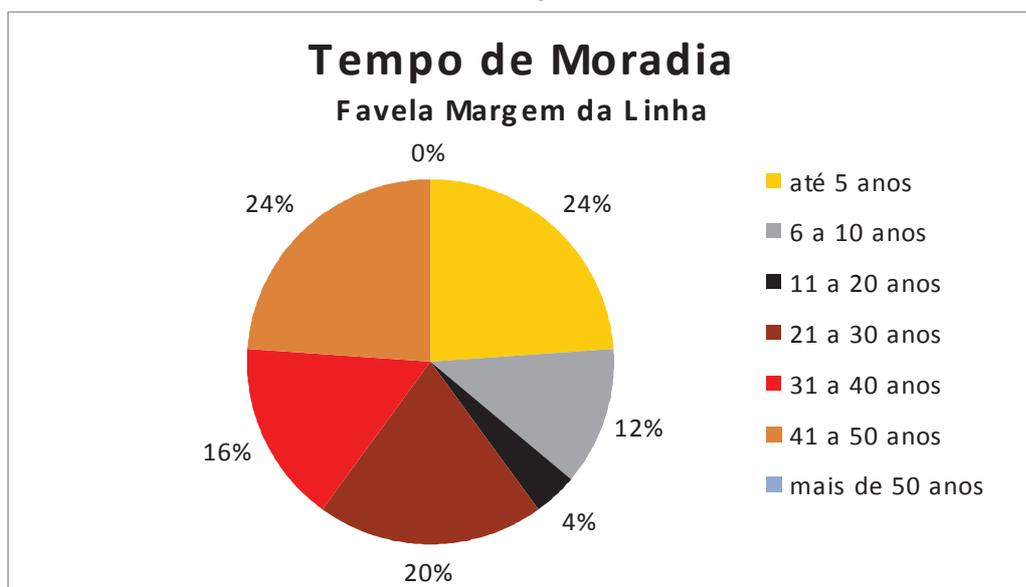
Também será mostrada a opinião dos moradores em relação à nova realidade espacial que tem se configurado ao redor da Favela Margem da Linha e se sua população tem se beneficiado com os novos empreendimentos instalados na área.

## CAPÍTULO 5. RESULTADOS DOS DADOS COLETADOS SOBRE A FAVELA MARGEM DA LINHA

Neste capítulo são apresentados e analisados os resultados da pesquisa de campo. O objetivo é relatar as condições espaciais da favela e o perfil de seus moradores. Também buscamos identificar os impactos dos novos empreendimentos. Assim, relatamos as expectativas dos mesmos com relação às mudanças no entorno da favela, como estas os afetam e se os moradores se vêem inseridos no novo contexto socioespacial que se conforma na área de estudo.

### 5.1. Dados dos Moradores

Gráfico 01. Tempo de Moradia



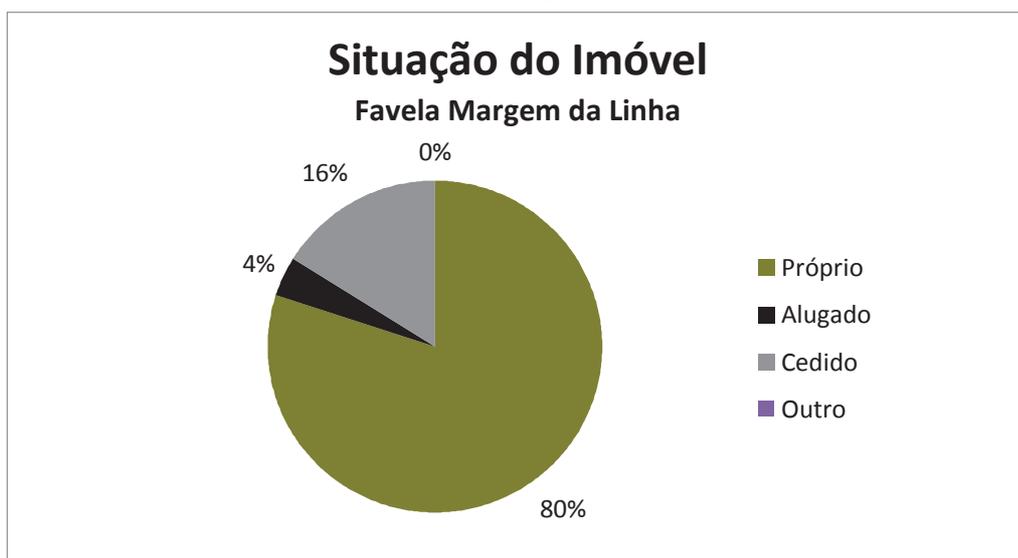
Fonte: Elaborado pelo autor

Como é possível observar no Gráfico 01, 60% da população da Favela Margem da Linha se caracteriza por ser antiga, pouco flutuante (com média de 20 anos ou mais de moradia no local<sup>22</sup>). Ao observar o gráfico, existe uma tendência de comprovação das observações de Guimarães e Povoá (2005), quanto ao tempo de moradia, e de Pohlmann (2008), quanto ao seu ano de surgimento.

<sup>22</sup> Durante o campo foi possível conhecer moradores que vivem na favela há mais de 40 anos.

Moradores de maior faixa etária afirmaram que seus pais (e em alguns casos, eles mesmos), foram morar nessa área devido a proximidade com as usinas Cupim e Queimado, local de trabalho de muitos. Quando lhes foi questionado a quem pertencia às terras em que suas habitações estavam instaladas, a maioria citou a ferrovia RFFSA como proprietária.

**Gráfico 02. Situação do Imóvel**



**Fonte:** Elaborado pelo autor

Por se tratar de famílias antigas instaladas no local, quando foram questionadas sobre as residências – se eram alugadas, cedidas ou próprias –, 80% dos respondentes do total de 25 entrevistados (Gráfico 02), afirmaram que suas residências eram próprias, em muitos casos, eles mesmos as construíram.

No entanto, 16% dos respondentes, declararam que suas residências são cedidas, o que é justificável, pois na maioria dos casos, seus avós ou pais construíram as residências em “grandes terrenos”<sup>23</sup> e, à medida que os descendentes cresciam e constituíam família, construíam suas casas ao lado dos parentes mais velhos; o que foi enfatizado no questionário, quando afirmaram (em sua maioria) que uma das coisas que mais valorizam em suas residências são os terrenos de grande extensão, além da existência do bom relacionamento entre vizinhos.

<sup>23</sup> Podemos observar no campo que os terrenos medem em geral, 12 x 30m, porém, estão ocupados, atualmente por mais de uma moradia, às vezes por duas ou três.

Quanto à quantidade de pessoas que habitam os domicílios, se obteve uma média de quatro moradores em cada residência, (somando crianças e adultos).

As residências da Favela Margem da Linha não mudaram muito desde que foram realizados os estudos de Pires. Continuam degradadas e, no geral em péssimas condições. Apresentam rachaduras em sua estrutura e, em grande parte, por não possuir laje ou telhas, quando chove, ficam com goteiras e úmidas no interior.

As casas que foram construídas com materiais próprios para construção se apresentam inacabadas. Além disso, algumas residências ainda são mais rudimentares: construídas com placas de madeira, aglomerados, ou até entulho, provenientes de resto de materiais de construção como portas, janelas, portões, etc. (Figura 18).



**Figura 18.** Uma das residências da Favela Margem da Linha. É possível perceber a residência ao fundo construída com a utilização de materiais precários.

**Fonte:** Fotografada pelo autor em 01/11/2010.

Com relação aos serviços de água, esgoto e energia elétrica, a grande maioria dos pesquisados afirmou receber em sua residência água encanada da empresa “Águas do Paraíba” e energia elétrica da concessionária “Ampla”. No entanto, a maior parte admitiu pagar apenas a conta de luz<sup>24</sup>.

Em relação ao saneamento básico, foi possível observar durante o campo que grande parte das residências possuía fossa séptica, até porque na favela, ainda não existe coleta de esgoto. No entanto, dependendo da precariedade da residência, foi possível também presenciar moradias sem nenhuma forma higiênica de coleta de detritos, sendo escoados para a rua de forma direta, como é mostrado na imagem a seguir (Figura 19):



**Figura 19.** Esgoto a céu aberto em uma das residências da Favela Margem da Linha.

**Fonte:** Fotografada pelo autor em 01/11/2010.

---

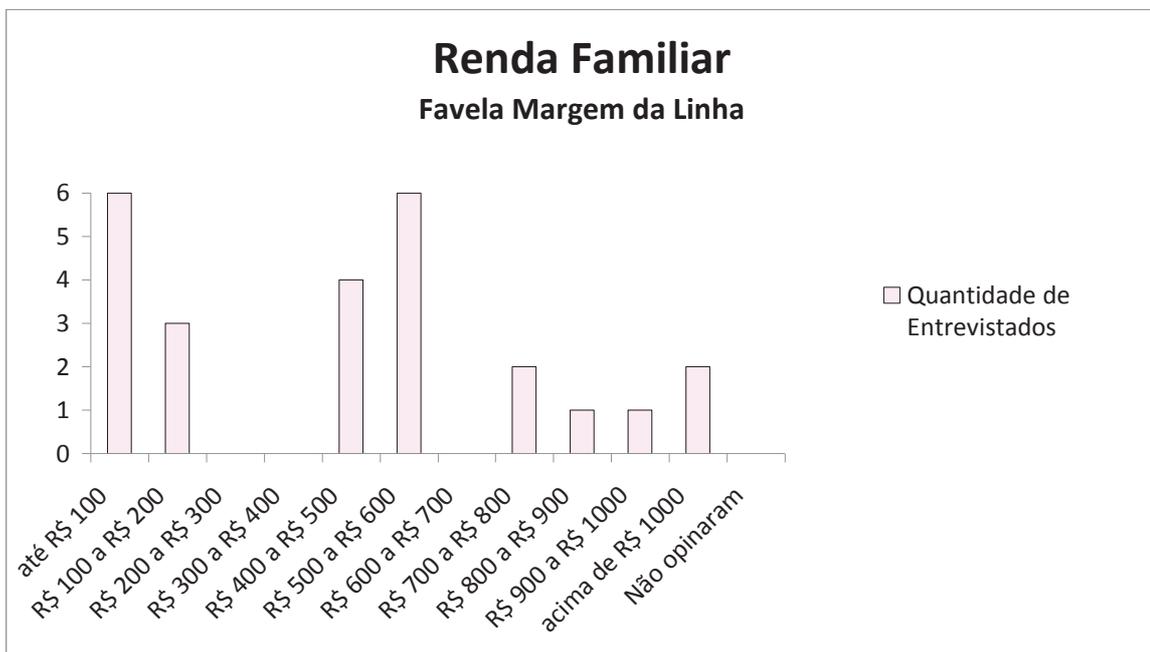
<sup>24</sup> Durante o campo foi possível perceber que alguns moradores utilizam a água dos vizinhos; e em alguns casos, fazem ligações diretas para obter água. Muitos apresentaram a conta de luz da Ampla com o nome do morador e endereço.

**Tabela 02. Renda Familiar**  
(Favela Margem da Linha)

Renda	Quantidade de Entrevistados
até R\$ 100	6
R\$ 100 a R\$ 200	3
R\$ 200 a R\$ 300	0
R\$ 300 a R\$ 400	0
R\$ 400 a R\$ 500	4
R\$ 500 a R\$ 600	6
R\$ 600 a R\$ 700	0
R\$ 700 a R\$ 800	2
R\$ 800 a R\$ 900	1
R\$ 900 a R\$ 1000	1
acima de R\$ 1000	2
Não opinaram	0
<b>Total:</b>	<b>25</b>

Fonte: Elaborado pelo autor

**Gráfico 03. Renda Familiar**

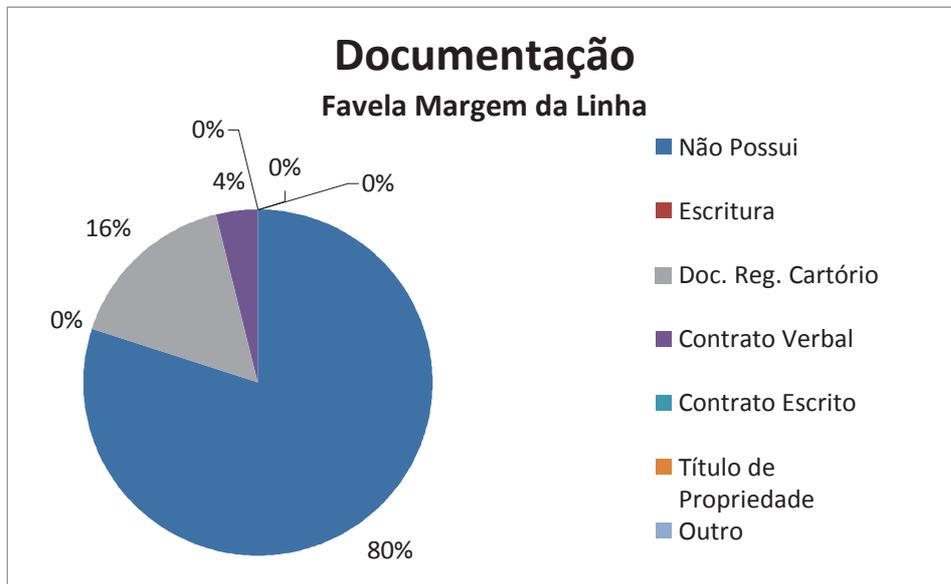


Fonte: Elaborado pelo autor

Quanto à renda, 76% das 25 pessoas questionadas afirmaram receber uma quantia igual ou menor a um salário mínimo (Tabela 02 e Gráfico 03). O que mostra que o poder aquisitivo da população da favela é baixo. O que pode ser comprovado pelo estado deteriorado das residências e as condições de vida dos moradores que

foram observados durante o campo. Em consequência, grande parte dos questionados, durante conversas, afirmaram receber algum tipo de auxílio financeiro da Prefeitura de Campos dos Goytacazes.

**Gráfico 04. Documentação das Moradias**

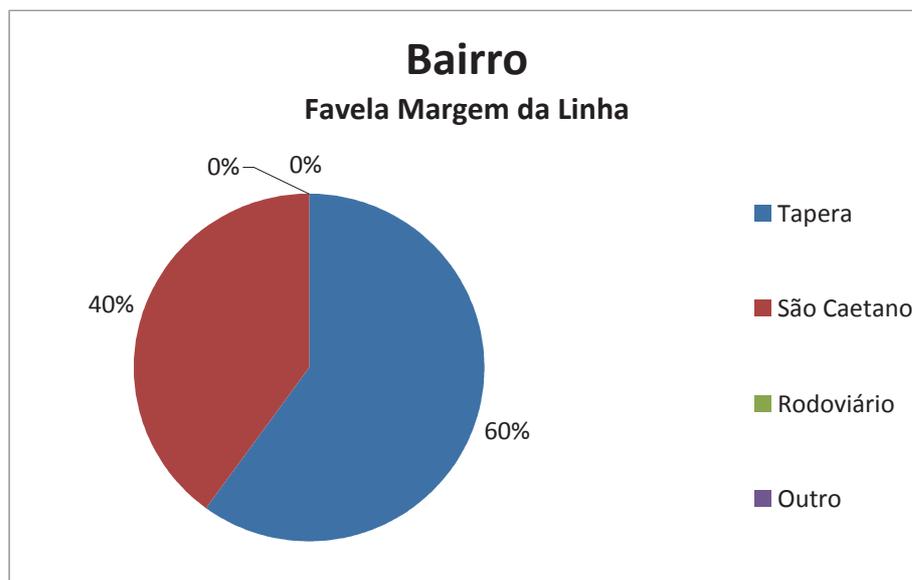


**Fonte:** Elaborado pelo autor

Como foi observado, grande parte dos moradores da Margem da Linha já vivem no local há muitos anos, sendo que uma grande parcela veio a construir sua própria moradia. Com isso, quando lhes foi questionado se possuíam algum tipo de documentação que comprovasse a posse do terreno ou da residência, 80% dos moradores afirmaram não possuir nenhum tipo de documentação (Gráfico 04). Apenas 16% afirmaram possuir recibo de compra e venda registrado/elaborado em cartório; sendo que este não comprova a posse do terreno e sim apenas da casa.

## 5.2. Dados sobre a Favela

Gráfico 05. Bairro



Fonte: Elaborado pelo autor

Em relação ao bairro ao qual faz parte a Favela Margem da Linha, 60% da população pesquisada acredita que seja a Tapera (Gráfico 05). No entanto, vale a pena ressaltar algumas peculiaridades observadas quanto aos dados apresentados no gráfico.

Em decorrência da proximidade espacial com a Tapera, a maior parte dos moradores (60%), consideram a favela integrante a este bairro. No entanto, os moradores que possuem residências mais próximas a Avenida Silvio Bastos Tavares se declararam habitantes do Parque São Caetano (bairro situado do outro lado da estrada).

Outro fator que leva a população da Favela Margem da Linha se declarar pertencente à Tapera se deve ao fato de atualmente este bairro estar recebendo casas populares construídas pela Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes, pelo programa “Morar Feliz” (Figuras 20 e 21), realizando o desalojamento dos moradores que vivem à beira da BR 101. Como a população da Margem da Linha ainda não foi assistida por nenhum programa da prefeitura desse porte; ao seu ver, a população da BR 101 (ou “Vila”, como é denominada pelos moradores de Ururá e Margem da Linha) foi agraciada com novas moradias em um local que é considerado mais valorizado e com maior acesso a determinados serviços os quais a Favela Margem da Linha ainda não possui.



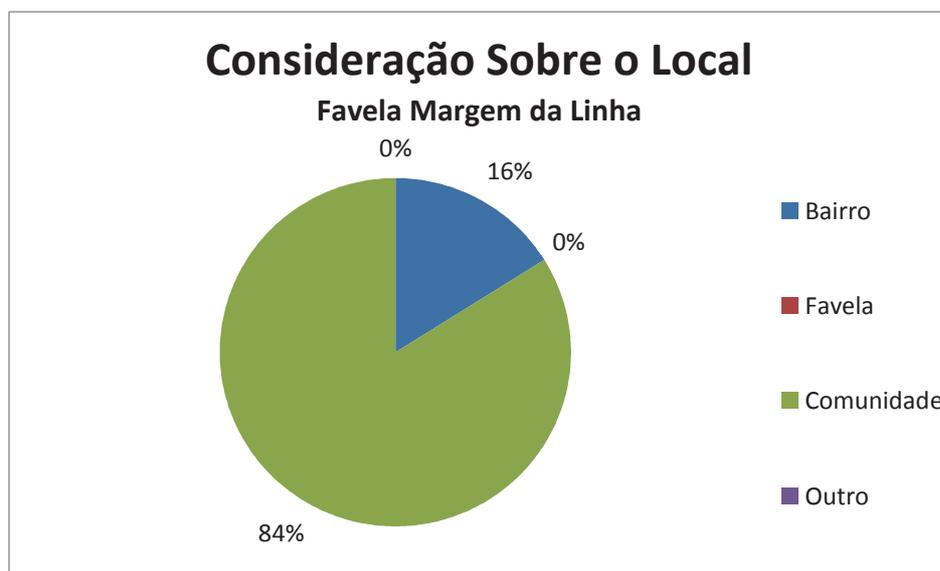
**Figura 20.** Outdoor localizado à margem da BR 101, na antiga área da “Vila”, informando o lançamento do Programa “Morar Feliz” pela Prefeitura de Campos dos Goytacazes no bairro Tapera.  
**Fonte:** Fotografada pelo autor em 16/09/2011.



**Figura 21.** Imagem das casas populares construídas pelo programa “Morar Feliz” da Prefeitura de Campos dos Goytacazes no bairro Tapera para a população remanejada da BR 101 (ou Vila, como é chamada população da Margem da Linha).  
**Fonte:** Fotografada pelo autor em 26/02/2011.

Foi possível perceber, durante a pesquisa de campo, que a população da Favela Margem da Linha se sente cada vez mais esquecida, deslocada e menos favorecida em relação ao restante dos grupos que habitam a área e que já foram agraciados com casas populares, como a população da *Vila*. O que se via e ouvia dos moradores nos momentos de aplicação dos questionários era, na maior parte do tempo, pessoas desanimadas e sem perspectivas, muitas vezes comentando que a “Margem da Linha é horrível!”, “Não tem nada aqui!” ou “Se tem alguma coisa aqui? Ah! Fomos esquecidos! A Tapera é que tá boa agora...tem um monte de gente lá, com lugares pra comprar as coisas que precisam...”.

**Gráfico 06. Consideração Sobre o Local**



**Fonte:** Elaborado pelo autor

Embora insatisfeitos com o local e toda a sua problemática, quando questionados em que termo a favela se enquadrava (bairro, favela, comunidade ou outro - Gráfico 06), os moradores faziam comentários: “se a Margem da Linha é uma favela, então eu sou um favelado, o que é que tem?”. No entanto, no momento em que eram escritas as respostas no questionário, muitos mudavam de opinião e diziam que a Margem da Linha se enquadraria melhor no termo “comunidade”, haja vista que, na visão de muitos, o termo *favela* era muito “feio”.

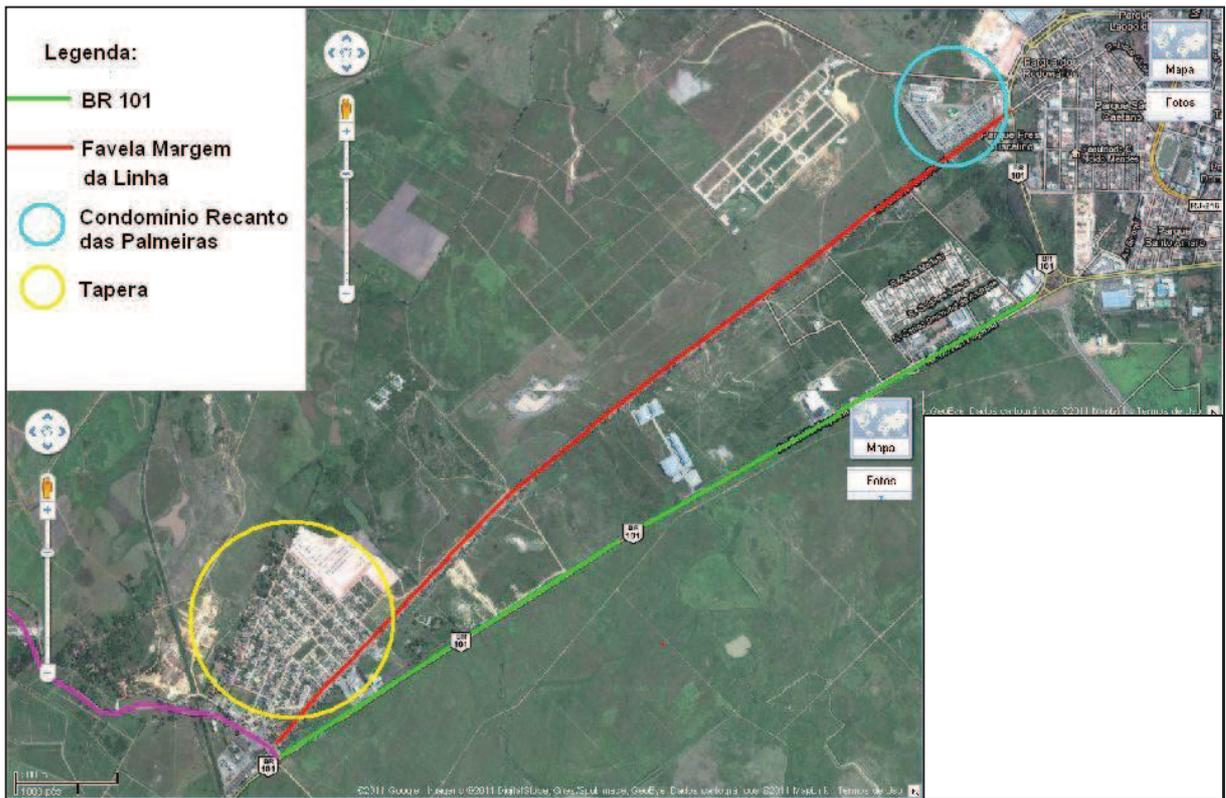
Nota-se, através dos comentários dos próprios moradores, que há um "estigma" em relação à palavra favela. Lembramos que essa associação da palavra favela com "pobreza", "violência", "depredação", "ilegalidade", "esquecimento", etc.,

já existia desde o início do século XX:

A expressão "favela é igual a pobreza" logo se tornou consenso, compartilhado pelo meio acadêmico e político, e difundido pela mídia (PRETECEILLE & VALLADARES, 2000:377).

Percebe-se que a população da Favela Margem da Linha também sofre um conflito interno em relação a sua posição social e espacial. Como para eles, a palavra favela também é carregada de estigmas, quando lhes questionado sua classificação espacial, a maior parte não admite (oficialmente) que mora em uma favela; até por que, assumir tal posição – a de favelado – requer assumir também uma série de estigmas como morador de tal local. Por isso, a resposta "comunidade" quando lhes foi questionado como se classificaria o lugar em que vivem.

Ponto importante que vale destacar são os limites da Margem da Linha para os moradores. Quando lhes foi questionado onde se inicia e onde termina a favela, 88% das pessoas que responderam o questionário, disseram que a mesma se inicia na Avenida Silvio Bastos Tavares seguindo até o início da Tapera (início da estrada que leva à Lagoa de Cima) (Figura 22).



**Figura 22.** Extensão da Favela Margem da Linha considerada por seus moradores. Fonte: Google Maps, 04/03/2011. Adaptado pelo autor.

Através do que foi afirmado acima pela população da favela Margem da Linha é possível dizer que os estudos do IBGE desconsideraram a visão espacial dessa população em relação aos limites do local em que vivem. Segundo as observações realizadas durante a pesquisa de campo e de acordo com as delimitações dos seus moradores, a última residência da Favela Margem da Linha é a casa com numeração 390. Seguindo a mesma linha, a pesquisa LEEA/CCH/UENF/IPPUR (2009) apresenta em seu Censo, 389 questionários aplicados em todas as residências da favela; enquanto que, os dados do Censo 2000 do IBGE, utilizados em outros estudos (PESSANHA, 2004; PIRES, 2005), apresentam, na favela, o quantitativo de 746 domicílios ocupados.

Pelos estudos do IBGE, a população total da Favela Margem da Linha em 2000, abrangia o número de 2.732 pessoas. Mas, se considerarmos as delimitações da favela (orientadas pelos moradores), o número de moradias (considerando a pesquisa realizada pelo IPPUR com parceria da UENF em 2009<sup>25</sup> - Tabela 03) e o número médio de habitantes por residência (média ponderada de 4 moradores - Tabela 04), é totalizado o quantitativo de 1.556 pessoas (entre crianças e adultos) morando na Favela Margem da Linha, número inferior apresentado pelo Censo do IBGE em 2000.

A nova informação dada acima também tende a ser sustentada pelos dados coletados nas pesquisas de campo deste estudo. Fornecido pelos questionários aplicados, o número médio de moradores por habitação na Favela Margem da Linha também apresenta-se em torno de 04 moradores. Desta forma, o seu total de moradores gira em torno de 1.600 habitantes, número que condiz com o levantado no Minicenso realizado em 2009 pelo IPPUR/UENF.

---

<sup>25</sup> Como é possível observar, alguns dados deste estudo foram cruzados com dados fornecidos pelo projeto "REDE INFORIO: acesso dos pobres a cidade informal e mobilidade residencial nas favelas: características da mobilidade residencial dos pobres e do mercado informal urbano no Estado do Rio de Janeiro"; organizado pelo professor Doutor Pedro Abramo – IPPUR/Universidade Federal do Rio de Janeiro. Este projeto propõe a coleta de informações e sistematização de dados sobre a informalidade urbana no Estado do Rio de Janeiro, que envolve oito instituições de Pesquisa e Ensino localizadas no mesmo, sendo uma delas, a Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF). O projeto em nível municipal é coordenado pela Professora Doutora Teresa de Jesus Peixoto Faria – LEEA/UENF.

**Tabela 03. Composição Familiar**  
(Favela Margem da Linha)

Nº de Pessoas na Família	Quantidade de Famílias
1 pessoa	21
2 pessoa	50
3 pessoa	98
4 pessoa	79
5 pessoa	65
6 pessoa	35
7 pessoa	21
8 pessoa	11
9 pessoa	5
10 pessoa	4
<b>Total:</b>	<b>389</b>

**Fonte:** LEEA/CCH/UENF/IPPUR, 2009.

**Tabela 04. População Total**

Favela Margem da Linha – Tapera <sup>26</sup>	
Média Familiar Ponderada (pessoas):	4
População Total (pessoas):	1556

**Fonte:** LEEA/CCH/UENF/IPPUR, 2009.

Esses dados mostram que a opinião tanto da população da Favela Margem da Linha, Vila e Ururaí, em relação aos seus limites territoriais, não foi ouvida. Apenas sendo realizado um estudo de acordo com os referenciais do próprio Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

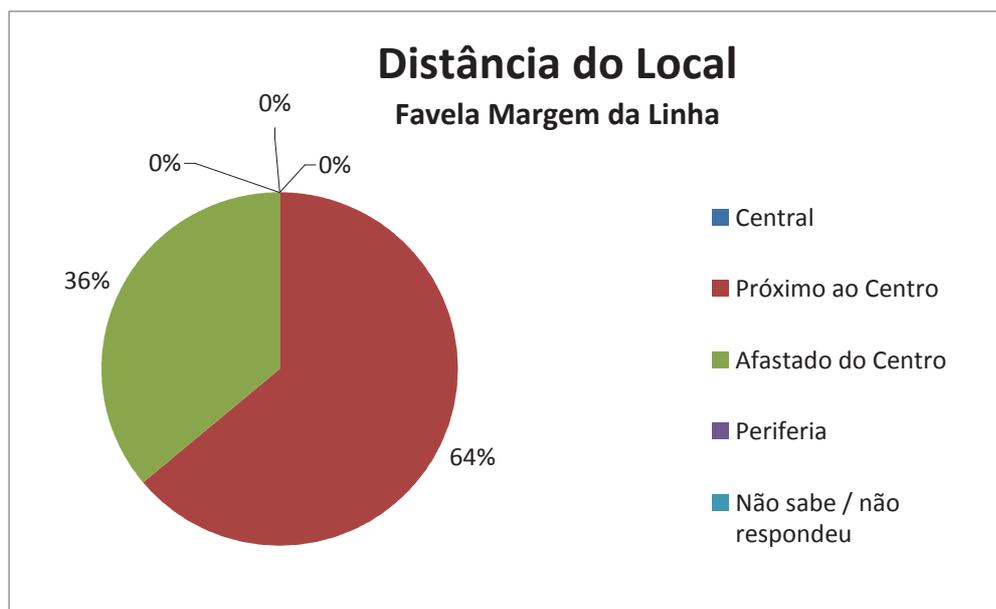
Outro ponto que mostra distorções socioespaciais nos dados da favela é a própria dimensão física da favela. Segundo os estudos de Pires (2005), a favela Margem da Linha “é considerada linear, estendendo-se ao longo de mais de 7 km, que vai do limite do Parque São Caetano, passando pela Tapera, até os limites da Usina Cupim, próximo ao subdistrito de Ururaí” (PIRES, 2005: p. 34). No entanto, a partir do que foi delimitado pela população da Margem da Linha, e após a contagem da distância de um ponto ao outro pela mestranda através de pontos localizados no *Google Maps*, constatou-se que a favela possui apenas 4.5 km.

Se considerarmos a Vila como parte integrante da Favela Margem da Linha,

<sup>26</sup> O termo “Tapera” foi também utilizado no estudo do LEEA/CCH/UENF/IPPUR para separar as áreas existentes no interior da Favela Margem da Linha de acordo com a classificação de Pires (2005). Esta área é tratada neste estudo e do LEEA/CCH/UENF/IPPUR correspondente à “Área B” nos estudos de Pires.

como é visto pelo IBGE e reafirmado por Pessanha (2004) e Pires (2005), a mesma possui realmente essas delimitações (7 km). No entanto, os critérios e metodologias de identificação de áreas faveladas e semelhantes devem ser revistas e incluir a opinião dos moradores. Por isso, é tão difícil precisar o número exato de favelas e mesmo a sua população, não só em Campos dos Goytacazes como em outras cidades.

**Gráfico 07. Distância do Local**



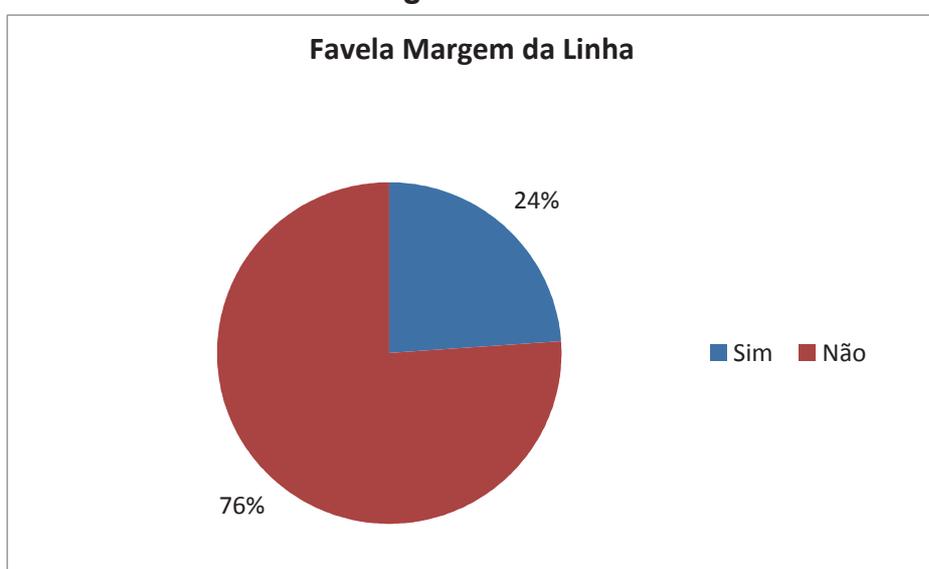
**Fonte:** Elaborado pelo autor

Questão que também possuiu suas peculiaridades quando realizada foi a distância da favela em relação ao Centro (municipal) da Cidade de Campos dos Goytacazes (Gráfico 07). Para alguns moradores a facilidade em ir ao Centro da cidade é grande, principalmente para os que residem próximos à Avenida Silvio Bastos Tavares, pois podem caminhar alguns metros e ir até ao ponto de ônibus e pagar uma passagem pela quantia de R\$ 1,00; ou, como foi relatado em alguns casos, ir a pé: “Ah! Anda pouco! É só seguir pelo Santo Amaro, *pegar* a Pelinca que você *tá* no Centro! Leva só *uns* 20 a 30 minutos...”. Já para os moradores que residem da metade da favela até a Tapera, as dificuldades são bem maiores. Para conseguir um ônibus, os moradores têm que andar mais de dois quilômetros dentro da favela; ou, para poupar tempo, se arriscam cortando caminho por toscas passagens feitas pelos mesmos em terrenos vazios que ligam a favela até a BR 101.

Mesmo com todas as dificuldades, 64% dos moradores acreditam que a favela fica próxima ao Centro. Grande parte alegou que a mesma, embora próxima ao Centro, possui circunstâncias que dificultam a locomoção, não permitindo o seu fácil acesso.

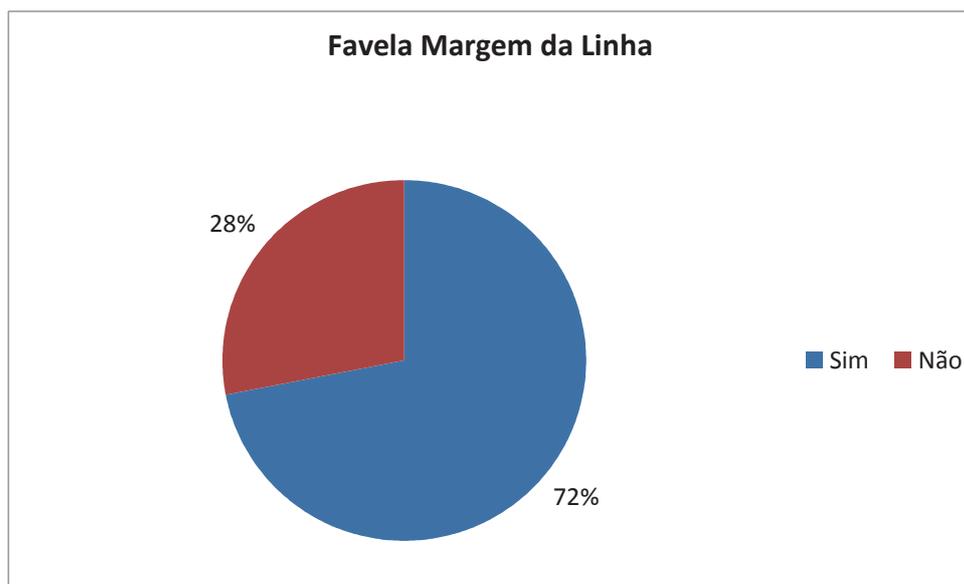
Desse modo podemos aferir que o problema não é a distância física com relação ao centro, e sim o seu acesso. Essa é uma questão importante, pois como é possível perceber no caso de Campos dos Goytacazes, a maioria dos serviços, se não todos, se concentram no centro principal ou antigo.

**Gráfico 08. Mudanças Espaciais no Interior da Favela Margem da Linha**



**Fonte:** Elaborado pelo autor

**Gráfico 9. Mudanças Espaciais no Entorno da Favela Margem da Linha**



**Fonte:** Elaborado pelo autor

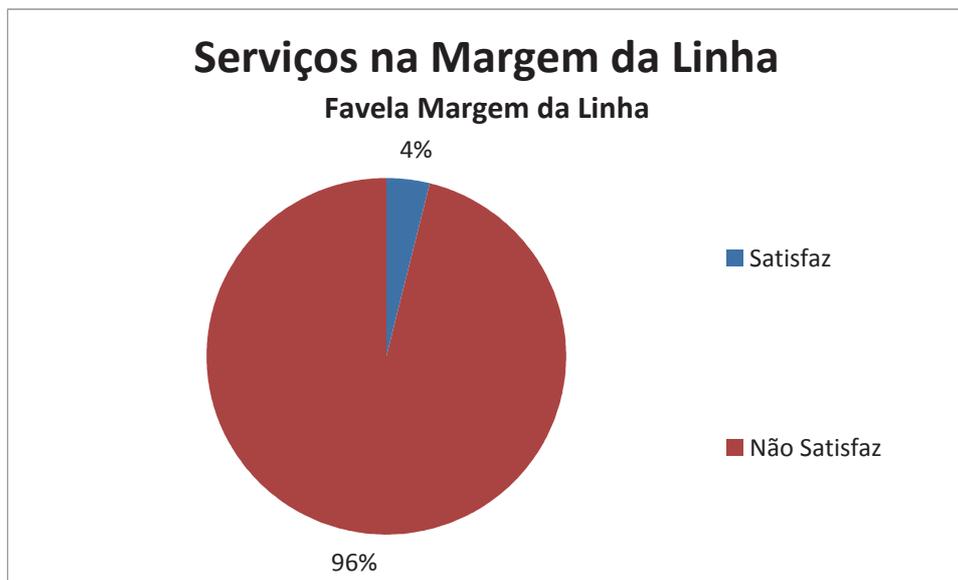
Segundo 76% da população da Favela Margem da Linha que foi questionada durante as saídas de campo (Gráfico 08), a mesma não tem recebido nenhum tipo de atenção ou mudança física em seu interior, nem por órgãos públicos ou privados. Os moradores acreditam que não há o interesse do setor privado em investir em seu interior em decorrência da população possuir um baixo poder aquisitivo, além da área de entorno da favela já possuir serviços consolidados. Isso pode ser visto no Gráfico 09, onde 72% dos questionados afirmam observar mudanças espaciais no entorno da Favela Margem da Linha.

Dentre as diversas melhorias espaciais presentes, foram citadas as instalações de novos empreendimentos como o condomínio vertical Recanto das Palmeiras, grandes redes de Hipermercados como Walmart e Super Bom, as próprias obras de construção de casas populares na Tapera e o novo *Shopping*.

Vale ressaltar que mesmo com todas as transformações no entorno da favela, a mesma não sofreu praticamente nenhuma interferência física (nem pública, nem privada), o que colabora para o sentimento de abandono e falta de integração sócioespacial por parte de seus moradores.

### 5.3. Sobre os Serviços Ofertados

Gráfico 10. Serviços na Favela Margem da Linha



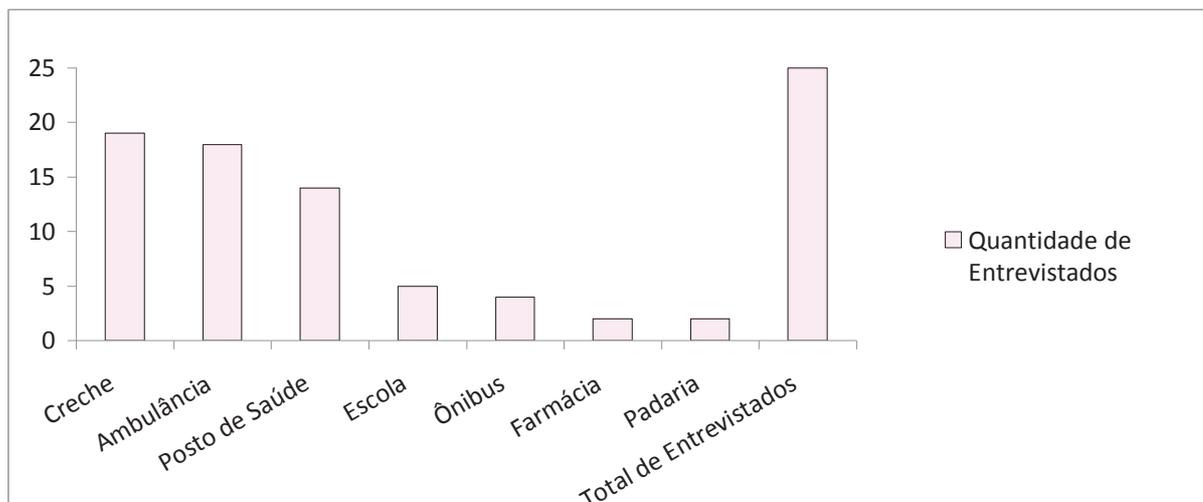
Fonte: Elaborado pelo autor

Da mesma forma que a população da Margem da Linha tem se sentido deslocada quanto as mudanças que têm ocorrido em sua área de entorno, ela percebe que além de seu interior não receber nenhum tipo de mudança física, os serviços (poucos, como uma quitanda e um mercadinho nas proximidades da Tapera) não satisfazem as suas necessidades (96% dos moradores questionados afirmaram tal fato, conforme gráfico 10).

Para quem mora na metade da Favela Margem da Linha até o sentido Tapera, a situação ainda é pior. Os moradores reclamam (e muito) dos serviços, pois a dificuldade de acesso para realizar uma compra é enorme, tendo apenas a Tapera como opção local para compras. Outra alternativa para os moradores, é se deslocar mais de dois quilômetros para comprar pequenas mercadorias<sup>27</sup>. Os que moram mais próximos da Avenida Silvio Bastos Tavares já possuem maiores possibilidades de serviços para consumo, principalmente pela proximidade com o Hiper Super Bom e as Lojas de conveniência existentes no Nashville (comércio localizado em frente ao condomínio Recanto das Palmeiras).

<sup>27</sup> Até a compra de um pão é uma dificuldade. Segundo os moradores, para tomar café com pão na parte da manhã é necessário comprá-lo no dia anterior; ou ter a sorte de achar um padeiro que ande de bicicleta pela favela e venda o alimento já "dormido".

**Gráfico 11. O Que Mais Falta na Favela Margem da Linha**



**Fonte:** Elaborado pelo autor

Ao mesmo tempo em que os moradores sofrem com a falta de serviços privados para realizar suas compras, ainda existe outra (e mais grave) dificuldade no local: a ausência de serviços prestados pelo poder público. Como é possível observar no gráfico acima (Gráfico 11), a primeira necessidade que deveria ser mitigada emergencialmente seria a construção de uma creche para os moradores da favela.

A dificuldade das mães para apanharem seus filhos na creche é notável. Quando se está na margem da Linha por volta das 17:00 horas, a quantidade de mulheres que seguem em direção à Avenida Silvio Bastos Tavares de bicicleta, a pé ou com carrinhos de bebê chama a atenção. Todas vão buscar seus filhos, sobrinhos e vizinhos (crianças de zero até os sete anos de idade) na creche localizada no Parque São Caetano (a mais próxima da favela) tendo, no horário de pico, o desafio de atravessarem a pista entre o tráfego de caminhões e carros; para depois, já com as crianças, enfrentar novamente o trânsito para voltar às suas residências. O perigo é visível e constante. Apenas em poucos momentos se observa algum motorista sensibilizado que, pára o veículo e permite que essas mulheres e crianças atravessem com mais calma a pista.

O segundo serviço mais necessitado na favela é uma ambulância. Os moradores afirmam que já houve uma que ficava à disposição da favela para qualquer emergência, mas com desentendimentos entre o motorista e determinados moradores, a ambulância foi suspensa. Desde então, a população não possui assistência nenhuma no local; tendo que se deslocar a pé (ou pagar um táxi) para

ser assistida no posto existente próximo à Tapera ou no Parque São Caetano.

Como é possível perceber em reportagem no site da Folha da Manhã em 10/05/2011, os moradores da Favela Margem da Linha tiveram espaço na mídia para que suas reivindicações fossem ouvidas:

- Precisamos que as autoridades abracem o nosso bairro e traga melhorias pra cá. Já avançamos bastante, mas ainda temos muitas carências, que atrapalham a vida de quem mora aqui. Necessitamos com urgência de alguém que olhe para as nossa crianças. Sem ter um local adequado para brincar, elas vão para os trilhos do trem. Tem ainda a rodovia BR 101, que teve o movimento duplicado com o novo shopping e, por isso, temos de redobrar a atenção com elas, já que o risco de atropelamento é grande. Até para atravessar a rodovia está complicado -, disse o desempregado Luiz Carlos da Silva (FOLHA DA MANHÃ, 2011).

Os moradores reclamam também da falta de uma creche na comunidade. "Temos que sair daqui pra levar as crianças para estudar em outro bairro. Quando o tempo está bom, tudo bem, mas quando chove e muito transtorno. Se eles são de colo é ainda pior. Já passou da hora de termos uma creche aqui no bairro", disse Ana Maria de Oliveira (FOLHA DA MANHÃ, 2011).

Durante as pesquisas de campo foi observado que a Prefeitura de Campos dos Goytacazes não se sensibilizou com todas as dificuldades apresentadas pelos moradores da favela, não disponibilizando uma nova ambulância e nem construindo uma creche. É claro perceber a falta que faz um veículo para esta população (muitos são idosos, doentes, mulheres e crianças, com uma renda menor que um salário mínimo, não podendo se deslocar o tempo todo de táxi). São mais de trezentas famílias carentes com, praticamente, nenhum tipo de assistência. Os moradores (é visível em seus rostos) já estão conformados. Quando é comentado sobre a ambulância ou a creche, o que se percebe são expressões apáticas. Não demonstram mais revolta, apenas apatia. Vivem da solidariedade que existe entre eles.

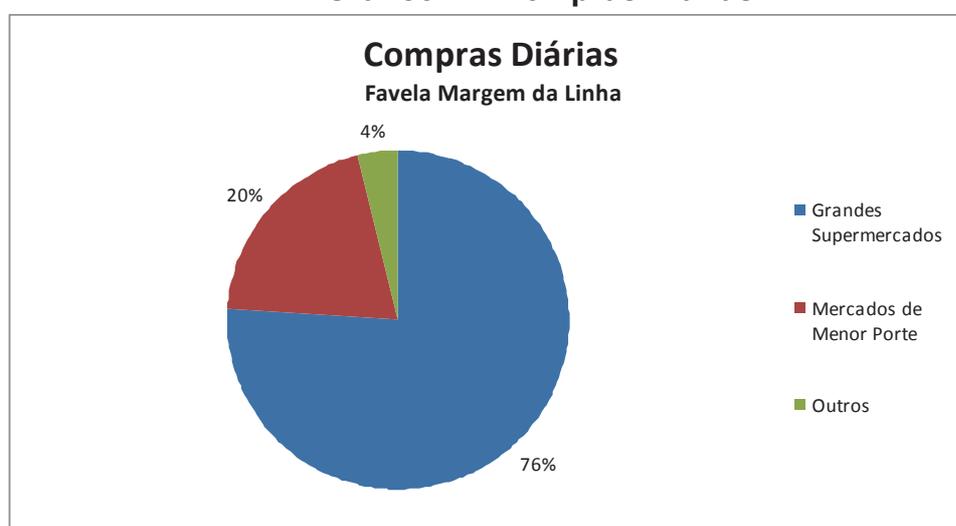
Na mesma reportagem do dia 05 de outubro de 2011, em resposta às reivindicações dos moradores, o Secretário de Obras e Urbanismo, César Romero informou que a Prefeitura de Campos dos Goytacazes está realizando um levantamento de bairros que ainda não possuem áreas de lazer e avaliando-os para saber se possuem locais compatíveis para tais obras. Além disso, a Secretaria de Educação informou que a partir de 2012 será construída uma creche modelo no

Parque Rodoviário que atendera a clientela da Favela Margem da Linha.<sup>28</sup>

No entanto, até o presente momento, não foi realizada nenhuma intervenção pública em relação a área de lazer solicitada pelos moradores na Favela Margem da Linha. E, quanto à creche modelo, para os habitantes da favela, basta apenas esperar.

Continuando a análise dos dados, o Gráfico 11 apresenta que a maior carência segue com relação aos serviços públicos. Mais de 70% dos entrevistados citaram creche e ambulância como maiores necessidades, sendo apenas os três últimos tópicos do gráfico voltados a serviços privados.

**Gráfico 12. Compras Diárias**



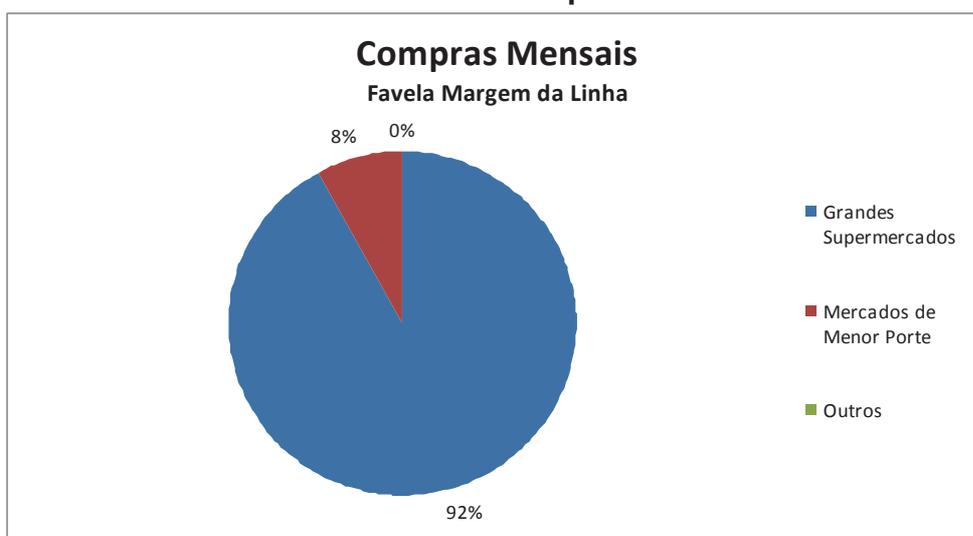
Fonte: Elaborado pelo autor

Ainda em relação aos serviços, 76% dos entrevistados declararam realizar compras pequenas (como pão, leite, verduras) em grandes supermercados próximos da Margem da Linha, como Hiper Super Bom, Walmart e Makro (Gráfico 12). Mas, vale ressaltar que a maior parte dos entrevistados afirmou realizar suas compras no Hiper Super Bom. Este fato é interessante relatar. Pois, com as alternativas de serviços para compra nas proximidades, os moradores se identificam mais com o Hiper Super Bom, até por se tratar de um supermercado mais popular, que recebe determinadas formas de pagamento (como *Cheque Cidadão*), o que facilita o acesso da população à compra.

<sup>28</sup> Esta reportagem se encontra na íntegra em Anexos.

Importante observar que os moradores da Margem da Linha estão tendo que se adaptar às novas condições instaladas no local, buscando novas alternativas de acesso aos locais de compra. Novamente, o descaso com a população da favela é perceptível. Enquanto todo o espaço é preparado para dar melhor conforto aos novos empreendimentos e seus moradores, a população mais carente não encontra facilidade de circulação, sendo esta, a mais prejudicada com a inserção do *shopping* (principalmente) e dos outros empreendimentos.

**Gráfico 13. Compras Mensais**



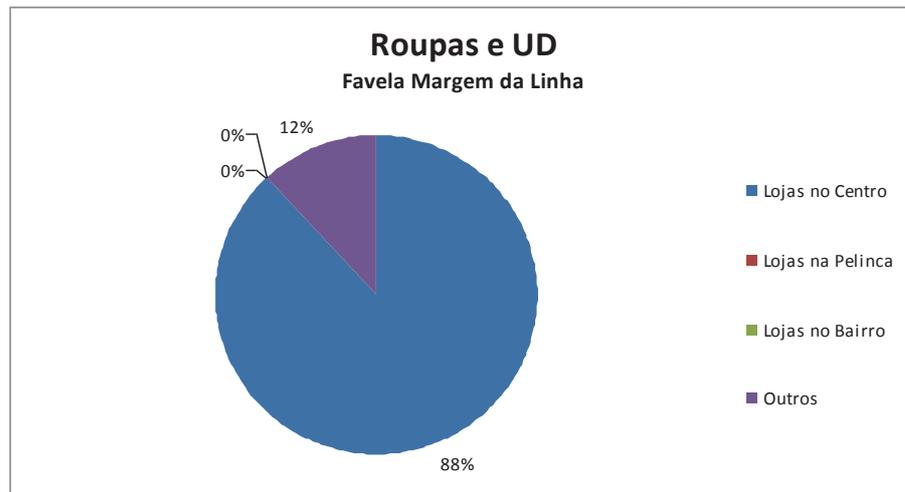
**Fonte:** Elaborado pelo autor

Em relação às compras do mês esta realidade é distante para a população da Favela Margem da Linha, pois, para isso, é necessária grande disponibilidade de dinheiro, o que a maior parte dos moradores não possui como já foi comprovado anteriormente.

Da mesma forma que no gráfico anterior, o Gráfico 13 apresenta uma parcela menor de consumidores da população da Favela Margem da Linha em mercados de menor porte (isso se deve por estes mercados se localizarem nas proximidades da Tapera, sendo difícil o acesso dos moradores que moram mais distantes).

Quando há possibilidade de efetuar compras de mês, os moradores as realizam principalmente nos grandes supermercados nas proximidades da favela; principalmente no Hiper Super Bom, novamente pelas suas vantagens e facilidades de pagamento.

**Gráfico 14. Locais de Compras**



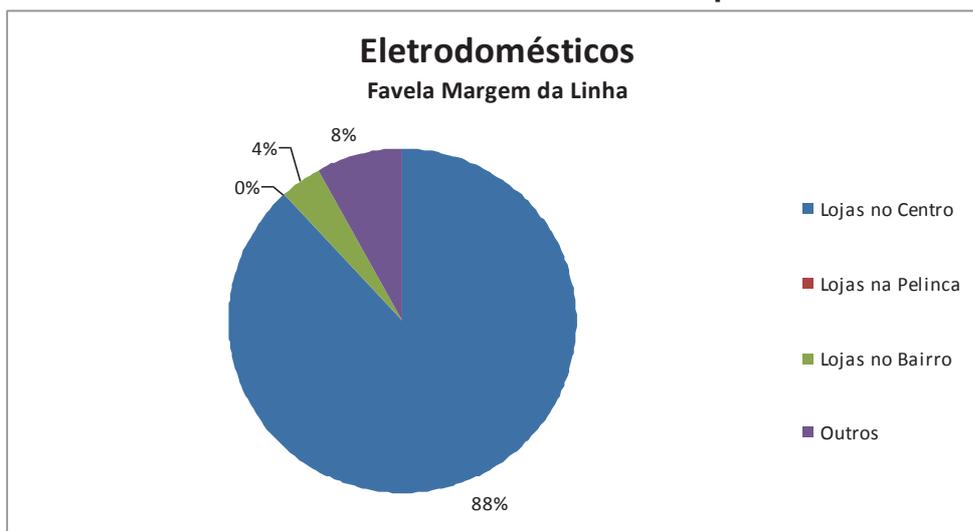
**Fonte:** Elaborado pelo autor

Ainda em relação aos locais onde se realizam compras, 88% dos moradores da Favela Margem da Linha que foram questionados, afirmaram que compras de Roupas e Utilidades Domésticas são efetuadas no Centro da cidade (Gráfico 14). Como já foi mostrado, os moradores da favela acreditam que o Centro da cidade se localiza próximo a favela, além da passagem de ônibus estar mais barata, sendo para eles uma facilidade de acesso. Além de, na visão dos mesmos, no Centro ser possível encontrar toda sorte de produtos mais baratos que em outras regiões da cidade como a Pelinca ou no próprio bairro em que vivem.

Através deste gráfico, é possível perceber a relação espacial que os moradores da Margem da Linha possuem com o Centro da cidade. Haja vista que o Centro tem recebido uma ligação maior com as classes populares nestes últimos anos. Enquanto que outras áreas como a Pelinca e o Parque São Caetano são vistas como áreas mais nobres.

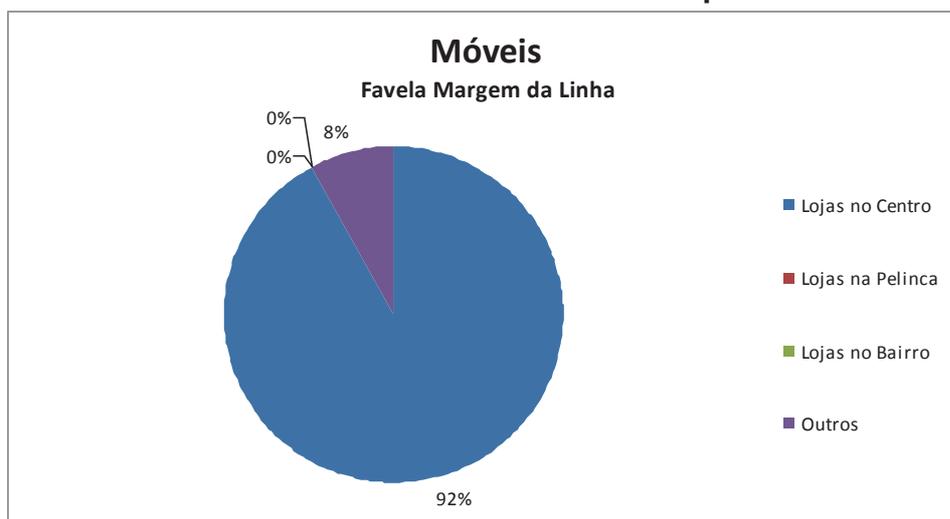
Isso demonstra que determinados espaços de uma cidade podem possuir vertentes diferentes e se tornarem segmentados para determinados públicos; o que pode ser observado nos *shoppings* de Campos dos Goytacazes: atualmente, o Campos Shopping (*Shopping* localizado no centro da cidade), tem recebido um público-alvo com menor poder aquisitivo por estar localizado na área central da cidade. Ao mesmo tempo, o Shopping Avenida 28 (localizado na Avenida 28 de Março, bem próximo à Pelinca), possui um público-alvo com poder de compra muito mais elevado que os dos clientes do primeiro shopping. Estas observações possuem relação com as de Gomes (2006), quando este autor se refere às diferentes mudanças espaciais existentes no ambiente urbano da cidade.

**Gráfico 15. Locais de Compras**



Fonte: Elaborado pelo autor

**Gráfico 16. Locais de Compras**



Fonte: Elaborado pelo autor

Em relação aos Gráficos 15 e 16 (os dois tratam de locais de compras, respectivamente eletrodomésticos e móveis), a resposta quanto ao local de compra é o mesmo do Gráfico 14: o Centro da cidade. Vale ressaltar que os motivos para tal escolha são os mesmos do último gráfico. Nota-se que em todos os três Gráficos (14, 15 e 16), o percentual de pessoas que compram determinados produtos de outra forma é significativo. Isso ocorre, devido alguns moradores comprarem os produtos necessários em lojas próximas ao bairro; ou (o que é mais interessante), por vendedores que batem de porta em porta esporadicamente vendendo roupas,

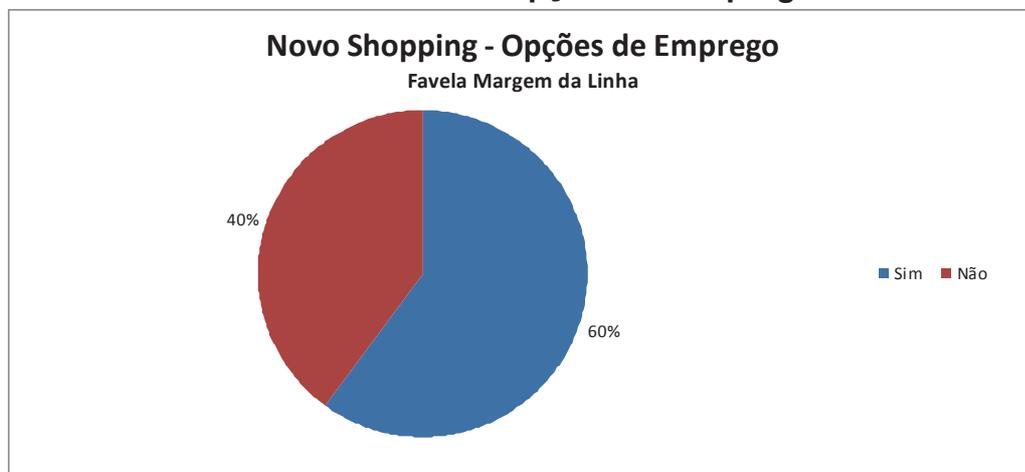
utilidades domésticas, eletrodomésticos e móveis. Alguns moradores gostam de comprar com esses mercadores, pois não precisam se deslocar até o Centro da cidade, sendo o serviço mais cômodo; no entanto, mais caro, como foi afirmado por muitos.

**Gráfico 17. Opções de Lazer e Compras**



**Fonte:** Elaborado pelo autor

**Gráfico 18. Opções de Emprego**



**Fonte:** Elaborado pelo autor

Encerrando a análise dos dados coletados, é possível perceber através dos Gráficos 17 e 18, duas vertentes que envolvem a opinião da população da Favela Margem da Linha.

O Gráfico 17 apresenta a opinião dos moradores quanto à possibilidade de irem ao novo *Shopping* (*Shopping Boulevard Campos*) com a intenção de passear ou fazer compras. 60% da população pesquisada afirmou que não iria ao novo

*shopping*, pois este local não se enquadraria a sua realidade; ao mesmo tempo, afirmaram que a maioria dos moradores não possui poder aquisitivo para consumir nesse local. Enquanto isso, 40% dos entrevistados enxergam o *shopping* como uma possível opção para passear e fazer compras. Percebeu-se que os moradores da favela, à medida que habitam mais distantes do *shopping* (próximos à Tapera), têm menor ligação com o mesmo. Isso apresenta uma relação espacial dos moradores de acordo com a distância do local; como se encontram mais distantes, não há maior representatividade do empreendimento para esses moradores.

Quanto ao Gráfico 18, que representa a expectativa dos moradores quanto à possibilidade de emprego em relação ao novo *shopping*, 60% dos pesquisados (Gráfico 18) acredita que o mesmo poderá fornecer novas opções de emprego para a população da favela.

É interessante notar que a maior parte dos pesquisados não apresentou interesse de circular no *shopping* apenas por prazer. A maioria passou uma idéia de apatia quando questionada sobre o assunto. Os próprios moradores acreditam que não se encaixam aos padrões econômicos e sociais do *Shopping*, enxergando-o apenas como uma nova oportunidade de emprego.

Além disso, notou-se que os próprios moradores da favela se distanciam do restante do universo estabelecido ao seu redor.

A partir dos dados e informações coletadas nas pesquisas de campo, pode-se levantar a presença de sintomas de uma segregação socioespacial nessa região, onde os grupos estudados (Favela Margem da Linha e empreendimentos privados) não se relacionam.

Ainda é muito cedo para se falar em uma Fragmentação Socioespacial, porém existe a possibilidade de, futuramente, esses dois grupos se fecharem restritamente em núcleos homogêneos, contribuindo para o surgimento de fenômenos como o Emuralhamento da Vida Social e a criação de Ilhas Utópicas.

Fator que contribui para a presença desses sintomas se deve ao desinteresse do Poder Público em auxiliar a população da Margem da Linha nos serviços mais básicos, o que reforça a idéia de que o Estado intervém no espaço de acordo com interesses próprios. Exemplo disso será as intervenções na BR 101, tendo nos *“discursos das empresas privadas e de órgãos governamentais, o intuito [de] melhorar o tráfego na região e impulsionar o desenvolvimento dos municípios, após a implantação de grandes empreendimentos, como o Porto do Açú e o Complexo da Barra do Furado”* (FOLHA DA MANHÃ, 19/04/2011).

Como foi frisado na matéria da Folha da Manhã, as modificações na BR 101 serão realizadas pela parceria de empresas privadas e órgãos governamentais. Mesmo com a alegação que as obras trarão melhorias no tráfego e economia da região, o que fica mais claro é uma atuação estatal em virtude de melhor acesso e circulação aos empreendimentos do Porto do Açú e Complexo da Barra do Furado, haja vista que as futuras instalações do Porto do Açú e o Complexo da Barra do Furado são empreendimentos privados. O que nos leva a concluir que a preocupação com o tráfego na região e toda a problemática gerada aos moradores que vivem ali perto, ficou em segundo plano.

Mesmo com todos os olhares voltados para esta área (Avenida Silvio Bastos Tavares), e com a existência do Plano Diretor de 2008 (que deveria ser o maior mobilizador para mudanças integradoras da Favela), os benefícios das transformações sócio-espaciais que ocorrem na área em estudo são levados apenas a grupos específicos.

A seguir, traremos as conclusões com análises em relação ao que foi apresentado em toda a dissertação considerando as ações (ou falta de ações) do Poder Público em relação à Favela Margem da Linha.

## CONCLUSÕES

Embora a Favela Margem da Linha já tenha sido tema em outros estudos, foi possível coletar interessantes e inéditos dados a partir da construção desta dissertação, apresentando as particularidades e complexidades que envolvem tal favela.

A partir da possibilidade de ir ao local, conversar e conhecer seus moradores da favela, foi possível notar que estes percebem as mudanças espaciais no entorno da favela.

Com os dados apresentados em relação às questões espaciais, a Favela Margem da Linha apresenta diferenças internas. A área mais próxima à Avenida Silvio Bastos Tavares realmente se encontra mais acessível ao centro quanto a outras áreas da favela. Mas o que a torna ao mesmo tempo inacessível é a falta de recursos; o que não permite aos seus moradores de se tornarem mais participativos e integrantes do cotidiano citadino.

Além disso, a Favela Margem da Linha delimita-se de uma maneira diferente da apresentada pelo IBGE. Segundo dados coletados através dos questionários, e com a marcação de pontos no *Google Maps*, foi possível observar que a favela possui apenas 4.5 km de extensão e um menor quantitativo populacional. Também foi visto que a população carece de serviços privados mais próximos (como supermercados, farmácias, padarias, etc.).

É importante destacar que a Favela Margem da Linha, embora Linear, apresenta em determinados pontos, características distintas. Os próprios moradores, dependendo da localização, possuem opiniões diferentes em relação às questões espaciais, além de terem vantagens ou desvantagens por suas moradias estarem próximas ou não da Avenida Silvio Bastos Tavares:

Pesquisas e trabalho de campo ao longo de muitos anos em uma mesma favela (Medina e Valladares, 1968; Valladares, 1968, 1977, 1978, 1991), sugerem, ainda, que nas grandes favelas as diferenças internas são muito importantes (haveria praticamente bairros e favelas dentro de uma mesma favela). [...] Tudo faz crer que a representação tradicional e a imagem consagrada da favela devem ser revistas e atualizadas (PRETECEILLE & VALLADARES, 2000:376).

Uma característica que deve ser levada em conta sobre a Favela Margem da Linha é o sentimento de abandono por parte de seus moradores em relação ao setor

público. O desalojamento da população que vive à margem da BR 101, pelo Programa “Morar Feliz” da Prefeitura de Campos do Goytacazes<sup>29</sup>, para o bairro Tapera, tem sido visto pela população da Favela Margem da Linha como um favorecimento do poder público para os moradores da Vila. Estes, abrigados na Tapera, terão melhores moradias e oferta de serviços (com acesso mais fácil e próximos às habitações).

Como a população da Favela Margem da Linha se encontra desamparada até o momento pelo Poder Público, o remanejamento dos moradores da Vila comprova, para eles, o seu abandono.

Sabendo que existe uma série de políticas urbanas voltadas para a integração e participação dos grupos marginalizados a nova realidade que se insere no local, questiona-se onde estão sendo empregadas estas políticas? Pelo que parece, aos nossos olhos, a dedicação maior das atuações públicas estão mais voltadas para as necessidades do universo privado do que para o público. Sendo assim,

[aos] olhos da população de baixo nível de renda, o Estado representa uma instituição que não cumpre seus deveres, não atende às crescentes necessidades coletivas de certas áreas da cidade, visto até como um adversário que procura romper modos de vida enraizados em certos locais (CORRÊA, 2007:83).

Portanto, o Estado gera uma situação de descrença por parte da população mais carente em relação as suas ações. Como já foi comentado no Capítulo 5, o que se percebeu na população na favela foi exatamente o que Corrêa descreve. Quando questionada sobre a possibilidade de melhorias na favela, a população se tornava apática e sem esperança. O que comprova, no comentário acima do autor que para a população mais carente, o "Estado representa uma instituição que não cumpre os seus deveres". Com isso, a população não possui perspectivas melhores quanto ao seu futuro, tornando-se apática quanto a situação que vive.

Sobre o *Shopping Boulevard* e a sua relação com os moradores da Favela Margem da Linha, podemos analisa-la através de Souza (2005). Os *shoppings centers* são locais dados como espaços "público"-privados, ou seja, embora buscase um público "homogêneo" e "seleto", qualquer pessoa tem o direito de ir-e-vir

---

<sup>29</sup> Em detrimento da duplicação da BR 101 (que irá abranger do Distrito de Ururá até o Jardim Aeroporto no interior da cidade), a população da “Vila” (formada por moradores que vivem à margem da BR 101) está sendo remanejada para o Bairro Tapera (FOLHA DA MANHÃ, p. 08, 30 de abril de 2010; FOLHA DA MANHÃ, p. 07, 04 de maio de 2010; FOLHA DA MANHÃ, 19/04/2011).

quando quiser nestes espaços pois, trata-se de uma área aberta ao público. A alternativa então dos proprietários é combater os "indesejáveis" através de medidas intimidadoras:

Um passo a diante na direção do espaço "público" e tem-se algo que poder-se-ia denominar de espaço "*público*"-privado: é, justamente, o caso dos *shopping centers*. Enquanto no caso dos condomínios exclusivos os consumidores habitam naquele espaço, no caso dos *shopping centers* a clientela tem neles, obviamente, apenas lugares onde buscam mercadorias oferecidas por outros. Os proprietários visam a uma clientela "homogênea" e "seleta" (a qual, por sua vez, deseja consumir "entre iguais", como no condomínio, e não na presença de pobres, de visão pouco agradável e tidos como ameaçadores), mas, do ponto de vista estritamente do direito espacial, as possibilidades de interditar abertamente a entrada de indesejáveis são muito mais restritas. Assim, o que normalmente se faz é lançar mão de estratégias como o controle e a intimidação de indivíduos "suspeitos", malvestidos, etc. (SOUZA, 2005:204).

Isso nos mostra que a população da Favela Margem da Linha já possui intrinsecamente este pensamento, tanto que, a maioria, quando questionada, não demonstrou o interesse de ir ao local a passeio. Este só é visto pela população como uma possibilidade trabalho; ou seja, os próprios moradores se consideram "impróprios", "inadequados", "visados" para frequentar tal área, até por que, como foi afirmado por muitos, não teriam poder aquisitivo para consumir no interior do *Shopping*.

O que se observa é que a população da Favela Margem da Linha não demonstra o interesse de frequentar áreas que não acompanham o seu perfil social e, ao mesmo tempo, fica claro que os novos empreendimentos ao seu redor não demonstram o interesse de receber um público com baixo poder aquisitivo; o que nos faz refletir sobre a possível presença de uma Segregação Socioespacial. Pois, em alguns casos, há a possibilidade dos diferentes grupos sociais circularem na área do outro, mas não o fazem; apenas se fecham em seus universos homogêneos.

Como ainda é muito recente a instalação dos novos empreendimentos ao redor da Favela Margem da Linha, seria interessante o acompanhamento desse processo em trabalhos futuros, retratando a possibilidade do surgimento (ou não) dos fenômenos Emuralhamento da Vida Social e criação de Ilhas Utópicas.

Pelo o que é proposto no Anteprojeto de Lei e no Plano Diretor, é possível dizer que o poder público tem sido relapso em suas ações propostas. Se

observarmos bem, nas diretrizes de ambas as leis, em relação às áreas de consolidação urbana, ocupação controlada e expansão urbana, em sua maioria, buscam-se, a sua ocupação, provimento de infra-estrutura, integração à malha urbana da cidade e busca universal da política urbana. Mas, quanto à Favela Margem da Linha, o que percebe é o seu contínuo isolamento e abandono por parte do poder público.

Ressaltamos novamente que, se o Plano Diretor da cidade de Campos dos Goytacazes se baseia na *“Inclusão social, mediante ampliação da oferta de terra urbana, moradia digna, infra-estrutura urbana, serviços e equipamentos públicos, trabalho e lazer para população de Campos dos Goytacazes, segundo os princípios da acessibilidade urbana, do desenvolvimento sustentável, da universalização da política urbana e da função social da propriedade”* (PREFEITURA DE CAMPOS DOS GOYTACAZES, 2008:01), vemos a sua ausência no cumprimento da tal legislação, o que comprova novamente, o porquê da população da Favela Margem da Linha se encontrar tão descrente no Poder Público. Com isso, através das palavras de Rodrigues (2005) fechamos este trabalho:

É preciso integrar, mais do que nunca, aquele que vive na favela ao seio da sociedade, através de políticas de desenvolvimento a sua regularização fundiária e urbanística e devolvendo aos mesmos segregados a experiência de viver sua cidadania com toda a aparelhagem necessária para que não cesse tão cedo esta prerrogativa que, diga-se de passagem, é direito fundamental de todos (RODRIGUES, 2005:122).

## REFERÊNCIAS:

AMARAL, Ivanisy da Silva; FARIA, Teresa Peixoto. *Saturnino de Brito e Seu Projeto de Habitações Populares-Salubres e Econômicos*. In: FARIA, Teresa Peixoto (Org.). 100 Anos do Projeto Saneamento de Campos: anais. Seminário Saturnino de Brito (2003: Campos dos Goytacazes, RJ). Editora Viena. Santa Cruz do Rio Pardo, São Paulo, 2005. p. 103-112

BURGESS, Ernest W. *O Crescimento da Cidade: introdução a um projeto de pesquisa*. In: PIERSON, D. (Org.). *Leituras de Sociologia e Antropologia Social*. Martins, 1970.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidades de Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. Tradução de Frank de Oliveira e Henrique Monteiro. Edusp, Editora 34. São Paulo, 2000.

CARVALHO, Marcelo Barbosa. *Proximidade Espacial e Distanciamento Social: determinantes da segregação sócio-espacial, a percepção entre segregados e auto-segregados: um estudo de caso sobre a Favela do Matadouro e seu entorno*. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF. Campos dos Goytacazes, 2005.

CASTELLS, Manuel. *A Questão Urbana*. 4ªed. Paz e Terra. Rio de Janeiro, 2009.

COCCO, Giuseppe. *O Devir-Brasil do Mundo e o Devir-Mundo do Brasil para Além da “Favelização” do Mundo*. In: PONTUAL, Virginia; LORETTO, Rosane Piccolo (Orgs.). *Cidade, Território e Urbanismo: um campo conceitual em construção*. CECI. Olinda, 2009. p. 141-156

CORRÊA, Roberto Lobato. *O Espaço Urbano*. 3ªed. Editora Ática. São Paulo, 1995.

\_\_\_\_\_. *Região e Organização Espacial*. 8ª ed. Ática. São Paulo, 2007.

DAVIS, Mike. *Planeta Favela*. Boitempo. São Paulo, 2006.

FARIA, Teresa Peixoto. *As Reformas Urbanas de Campos e Suas Contradições. O Plano de 1944: uma nova ordem social urbana*. CD-ROM dos Anais do 6º Seminário de História da Cidade e do Urbanismo. Natal-RN, 2000.

\_\_\_\_\_. *Configuração do Espaço Urbano da Cidade de Campos dos*

*Goytacazes, após 1950: novas centralidades, velhas estruturas.* Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina – 20 a 26 de Março de 2005a. Universidade de São Paulo, p. 4777-4798.

\_\_\_\_\_. *Confronto de Práticas e Lutas de Representação na Construção do Urbano: Campos dos Goytacazes/RJ século XIX.* Trabalho Apresentado no 28º Encontro Nacional de Estudos Rurais e Urbanos. São Paulo, 2001. 16 p.

\_\_\_\_\_. *O Plano Saneamento de Campos: o higienismo redentor de Saturnino de Brito.* In: FARIA, Teresa Peixoto (Org.). 100 Anos do Projeto Saneamento de Campos: anais. Seminário Saturnino de Brito (2003: Campos dos Goytacazes, RJ). Editora Viena. Santa Cruz do Rio Pardo, São Paulo, 2005b. p. 19-33.

GUIMARÃES, Berenice Martins; PÓVOA, Fabiana Machado Rangel. *Formação e Evolução das Favelas em Campos dos Goytacazes.* Relatório de Pesquisa. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, UENF. Centro de Ciências do Homem-Laboratório de Estudos Sociais e Políticos. Dezembro, 2005.

GOMES, Paulo César da Costa. *A Condição Urbana: ensaios da geopolítica da cidade.* 2ª ed. Bertrand Brasil. Rio de Janeiro, 2006.

LAGO, Luciana Corrêa do. *O que Há de Novo na Clássica Núcleo-Periferia: a metrópole do Rio de Janeiro.* In: RIBEIRO, Luiz César de Queiroz (Org.). O Futuro das Metrôpoles: desigualdade e governabilidade. Observatório IPPUR/UFRJ – Fase. Editora Revan. Rio de Janeiro. 2000. p. 207-222

MACIEL, Gustavo da Silva. *Estudo de Implantação de um Sistema Dutoviário para Exportação de Etanol Produzido em Campos dos Goytacazes.* Monografia. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro-UENF. Centro de Ciência e Tecnologia-CCT. Laboratório de Engenharia de Produção-LEPROD. 2008.

MARICATO, Ermínia. *Brasil, Cidades: alternativas para a crise urbana.* 3ª ed. Vozes. Rio de Janeiro: Petrópolis, 2008.

NEVES, Delma Pessanha. *Mudança Tecnológica e Emprego.* In: PIQUET, Rosélia (Org.). Seminário Acumulação e Pobreza em Campos: uma região em debate. PUBLIPUR/UFRJ. Série Monográfica, n. 3. Rio de Janeiro, 1986.

OLIVEIRA, Jane Souto de; MARCIER, Maria Hortense. *A Palavra é: favela.* In: ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos (Orgs.). Um Século de Favela. 1ª ed. Editora Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 1998. pág. 61-114

PESSANHA, Roberto Moraes. *Favelas e Comunidades de Baixa Renda no Município de Campo dos Goytacazes (1991-2000)*. In: PESSANHA, Roberto Moraes; SILVA NETO, Romeu (Orgs.). *Economia e Desenvolvimento no Norte Fluminense: da cana-de-açúcar aos royalties do petróleo*. WTC Editora. Rio de Janeiro: Campos dos Goytacazes, 2004. p. 307-332

PIQUET, Rosélia. *Salário, Moradia, Cidade: a dinâmica de uma exclusão*. In: PIQUET, Rosélia (Org.). *Seminário Acumulação e Pobreza em Campos: uma região em debate*. PUBLIPUR/UFRJ. Série Monográfica, n. 3. Rio de Janeiro, 1986.

PIRES, Beatriz de Oliveira. *Segregação Sócio-Espacial e Qualidade Ambiental: o caso da favela margem da linha*. Monografia Apresentada pelo Curso de Ciências Sociais – Centro de Ciências do Homem-CCH. Universidade Estadual do Norte Fluminense. Campos dos Goytacazes-RJ. Outubro, 2005.

POHLMANN, Maria Alice Ribeiro de Oliveira. *A Cidade, Palco da Modernidade*. In: FARIA, Teresa Peixoto (Org.). *100 Anos do Projeto Saneamento de Campos: anais. Seminário Saturnino de Brito (2003: Campos dos Goytacazes, RJ)*. Editora Viena. Santa Cruz do Rio Pardo, SP, 2005. p. 37-47

\_\_\_\_\_. *O Discurso Higienista na Construção da Cidade Moderna: o papel da revista "A Aurora – Letras – Artes – Sciencia"*. 103 f. Dissertação de Mestrado em Políticas Sociais, Universidade Estadual do Norte Fluminense, Campos dos Goytacazes, 2003.

\_\_\_\_\_. *Rede INFO-RIO- Acesso dos pobres a cidade informal e mobilidade residencial nas favelas: características da mobilidade residencial dos pobres e do mercado informal urbano na região Norte Fluminense*. Universidade Estadual do Norte Fluminense – UENF. Centro de Ciências do Homem - CCH. Laboratório de Estudos do Espaço Antrópico - LEEA. Relatório do período de setembro/08 à agosto/09, 2008.

PÓVOA, Fabiana Machado Rangel. *A Municipalização da Política de Habitação Popular em Campos dos Goytacazes, RJ (1989-2001)*. Dissertação de Mestrado em Políticas Sociais. Universidade Estadual do Norte Fluminense-UENF. Centro de Ciências do Homem-CCH. Campos dos Goytacazes, 2002.

PRETECEILLE, Edmond; VALLADARES, Licia. *Favelas, Favelas: unidade ou diversidade da favela carioca*. In: RIBEIRO, Luiz César de Queiroz (Org.). *O Futuro das Metrôpoles: desigualdade e governabilidade*. Observatório IPPUR/UFRJ – Fase. Editora Revan. Rio de Janeiro. 2000. p. 375-403

RODRIGUES, Wagner de Oliveira. *Os Cortiços de Ontem e as Favelas de Hoje: análises jusurbanistas da reforma urbana de Saturnino de Brito e o plano diretor de Campos de Goytacazes, 1903-2003*. In: FARIA, Teresa Peixoto (Org.). 100 Anos do Projeto Saneamento de Campos: anais. Seminário Saturnino de Brito (2003: Campos dos Goytacazes, RJ). Editora Viena. Santa Cruz do Rio Pardo, SP, 2005. p. 113-122.

SILVA, Roberto Cezar Rosendo Saraiva da; CARVALHO, Ailton Mota de. *Formação Econômica da Região Norte Fluminense*. In: PESSANHA, Roberto Moraes; SILVA NETO, Romeu (Orgs.). Economia e Desenvolvimento no Norte Fluminense: da cana-de-açúcar aos *royalties* do petróleo. WTC Editora. Rio de Janeiro: Campos dos Goytacazes, 2004. p. 27-75.

SANTOS, Milton. *A Urbanização Brasileira*. 2ª ed. HUCITEC. São Paulo, 1994.

\_\_\_\_\_. *Por Uma Economia Política da Cidade: o caso de São Paulo*. 2ª ed. Editora da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *O Desafio Metropolitano: um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras*. 2ª ed. Bertrand Brasil. Rio de Janeiro, 2005.

TAVARES, Matheus Augusto Avelino; ARAÚJO Maria Cristina Cavalcanti. *Os Condomínios Green Village e Green Woods e as Transformações no Espaço Urbano de Natal*. Holos. Ano 24. Volume 1. 2008.

TERRA, Denise Cunha Tavares. *Uma Leitura Espacial da Apropriação Desigual das Rendas Petrolíferas em Campos dos Goytacazes*. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Geociências. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2007.

VALLADARES, Licia do Prado. *A Invenção da Favela: do mito de origem a favela.com*. 4ª reimpressão. ed. FGV Editora. Rio de Janeiro, 2011.

VAZ, Lilian Fessler. *Modernidade e Moradia: habitação coletiva no Rio de Janeiro séculos XIX e XX*. 7 Letras. Rio de Janeiro, 2002.

VIEIRA, Simone Pedro; FARIA, Teresa Peixoto. *Os Bairros em Tinta e Papel: as contribuições da imprensa na construção de imagens e de subjetividades dos territórios urbanos em Campos dos Goytacazes*. In: FARIA, Teresa Peixoto (Org.). 100 Anos do Projeto Saneamento de Campos: anais. Seminário Saturnino de Brito (2003: Campos dos Goytacazes, RJ). Editora Viena. Santa Cruz do Rio Pardo, São Paulo, 2005. p. 61-74

VILLAÇA, Flávio. *Espaço-Intra Urbano no Brasil*. Studio Nobel. FAPESP: Lincoln Institute. São Paulo, 2001.

MONTEIRO, Elisa. *O Nó da Habitação*. Cidade Nua. Revista Versus – Revista de Ciências Sociais Aplicadas do CCJE/UFRJ. Ano I. Nº2. Agosto, 2009

BOULEVARDCAMPOS. *Link Vantagens e Benefícios*. Retirado de: <http://www.boulevardcampos.com.br/vantagens.asp>. Acesso em: 08 de outubro de 2010.

DECRETO-LEI N.º 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943. Retirado de [http://www.legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw\\_Identificacao/DEL%205.452-1943?OpenDocument](http://www.legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/DEL%205.452-1943?OpenDocument). Acesso em 31 de novembro de 2011.

FOLHA DA MANHA. *Comunidade da Linha Reivindica Melhorias*. Caderno Geral. Retirado de: <http://www.fmanha.com.br>. Acesso em: 05 de outubro de 2011.

\_\_\_\_\_. *Mais Perto de um Novo Caminho*. Caderno Geral. Retirado de: <http://www.fmanha.com.br>. Acesso em: 19 de abril de 2011.

\_\_\_\_\_. *Moradores Protestam Contra Falta de Acessibilidade Após Abertura de Shopping*. Caderno Geral. Retirado de: <http://www.fmanha.com.br>. Acesso em: 05 de outubro de 2011.

\_\_\_\_\_. *Rede Hoteleira com Grandes Investimentos em Campos*. Caderno Geral. Retirado de: <http://www.fmanha.com.br>. Acesso em: 05 de outubro de 2011.

\_\_\_\_\_. *Setor Hoteleiro em Campos se Expande com mais Quatro Construções*. Caderno Economia. Retirado de: <http://www.fmanha.com.br>. Acesso em: 05 de outubro de 2011.

\_\_\_\_\_. *Supreme Campos já à Venda*. Caderno Economia. Retirado de: <http://www.fmanha.com.br>. Acesso em: 05 de outubro de 2011.

GOOGLE MAPS. Retirado de <http://www.google.com.br>. Acesso em: 04 de mar de 2010.

MUNDO DO MARKETING. *Caderno Varejo*. Retirado de

<<http://www.mundodomarketing.com.br/5,14805,campos-dos-goytacazes-ganha-seu-primeiro-shopping-regional.htm>>. Acesso em: 08 de julho de 2010.

## Fontes Documentais

IBAM. Lei de Uso e Ocupação do Solo de Campos dos Goytacazes-RJ. Mapa 01- Zoneamento Urbano do Distrito Sede e do Distrito de Goytacazes. Março de 2007.

LEI NÚMERO 7.972. *Plano Diretor do Município de Campos dos Goytacazes*. 31 de março de 2008.

LEI NÚMERO 7.973. *Institui a Lei de Perímetros Urbanos do Município de Campos dos Goytacazes*. 10 de dezembro de 2007.

LEI NÚMERO 7.974. *Institui a Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano do Município de Campos dos Goytacazes*. 10 de dezembro de 2007.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS. *Projeto Especial Cidades de Porte Médio*. Unidade de Administração do Sub-Projeto. Perfil de Campos. P.M.C./BIRD/MINTER. Rio de Janeiro, 1983.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES. *Anteprojeto de Lei do Plano Diretor*: minuta. Secretaria de Planejamento. Coordenação Executiva. IBAM – Instituto Brasileiro de Administração Municipal. Assessoria Técnica. Revisão do Plano Diretor de Campos dos Goytacazes. Fevereiro, 2007.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES. *Mapa 01*: Cidade de Campos dos Goytacazes. Secretaria de Planejamento. Perímetros Urbanos – Lei 7.973. Março, 2007.

FOLHA DA MANHÃ. *Duplicação da BR é Polêmica*. Folha Geral. p. 07. 04 de maio de 2010.

FOLHA DA MANHÃ. *Duplicação de Questionamento*. Folha Geral. p. 08. 30 de abril de 2010.

FUNDENOR. Mapa da Cidade de Campos dos Goytacazes/RJ - 1995.

O GLOBO. Coluna Livre Mercado. Caderno Economia. Sexta-Feira, 23 de Abril de 2010.

## **ANEXOS**

## SUMÁRIO

	Página
Lista de Nomenclaturas .....	VI
Lista de Gráficos .....	VII
Lista de Tabelas .....	VIII
Lista de Figuras .....	IX
Resumo .....	XI
Abstract .....	XII
INTRODUÇÃO .....	01
CAPÍTULO 1. REFERENCIAL TEÓRICO.....	06
1.1. O Padrão Centro <i>Versus</i> Periferia .....	07
1.2. Segregação Socioespacial .....	10
1.3. Fragmentação Socioespacial .....	13
1.4. Emuralhamento da Vida Social e Criação de Ilhas Utópicas .....	14
1.5. O Processo de Favelização .....	16
1.6. A Cidade Como um Grande Empreendimento .....	22
1.7. Alternativas dos Planos Urbanísticos .....	25
CAPÍTULO 2. METODOLOGIA .....	28
CAPÍTULO 3. O PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO ESPACIAL EM CAMPOS DOS GOYTACAZES: O SURGIMENTO DA FAVELIZAÇÃO E SEGREGAÇÃO <i>VERSUS</i> ATUAÇÃO DO PLANO DIRETOR .....	33
3.1. O Processo de Transformação Espacial de Campos dos Goytacazes ...	33
3.1.1. Reformas Urbanísticas .....	33
3.1.2. Fim do Colonato .....	39
3.2. O Processo de Favelização em Campos dos Goytacazes .....	41
3.3. Atuação do Plano Diretor de Campos dos Goytacazes .....	44

CAPÍTULO 4. O CONTRASTE ENTRE A INSERÇÃO DE NOVOS EMPREENDIMENTOS NA ÁREA DE ENTORNO DA AVENIDA SILVIO BASTOS TAVARES E A FAVELA MARGEM DA LINHA .....	48
4.1. Caracterização da Favela Margem da Linha .....	60
CAPÍTULO 5. RESULTADOS DOS DADOS COLETADOS SOBRE A FAVELA MARGEM DA LINHA .....	65
5.1. Dados dos Moradores .....	65
5.2. Dados sobre a Favela .....	71
5.3. Sobre os Serviços Ofertados .....	81
CONCLUSÕES .....	91
REFERÊNCIAS .....	95
ANEXOS .....	101

## LISTA DE NOMENCLATURAS

CLT	– Consolidação das Leis do Trabalho
FML	– Favela Margem da Linha
IPPUR	– Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro
LEEA	– Laboratório De Estudos Do Espaço Antrópico
PD	– Plano Diretor
PDUC	– Plano De Desenvolvimento Físico Territorial De Campos
RFFSA	– Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima
UD	– Utilidades Domésticas
UENF	– Universidade Estadual do Norte Fluminense
UFRJ	– Universidade Federal do Rio De Janeiro

## LISTA DE GRÁFICOS

	Página
Gráfico 01. Tempo de Moradia .....	65
Gráfico 02. Situação do Imóvel .....	66
Gráfico 03. Renda Familiar .....	69
Gráfico 04. Documentação das Moradias .....	70
Gráfico 05. Bairro .....	71
Gráfico 06. Consideração Sobre o Local .....	73
Gráfico 07. Distância do Local .....	78
Gráfico 08. Mudanças Espaciais na Favela Margem da Linha .....	79
Gráfico 09. Mudanças Espaciais no Entorno da Favela Margem da Linha .....	80
Gráfico 10. Serviços na Favela Margem da Linha .....	81
Gráfico 11. O Que Mais Falta na Favela Margem da Linha .....	82
Gráfico 12. Compras Diárias .....	84
Gráfico 13. Compras Mensais .....	85
Gráfico 14. Locais de Compras – Roupas e UD .....	86
Gráfico 15. Locais de Compras – Eletrodomésticos .....	87
Gráfico 16. Locais de Compras – Móveis .....	87
Gráfico 17. Opções de Lazer e Compras .....	88
Gráfico 18. Opções de Emprego .....	88

## LISTA DE TABELAS

	Página
Tabela 01. Localização, Ano de Fundação e Total de Domicílios Ocupados nas Favelas de Campos dos Goytacazes .....	43
Tabela 02. Renda Familiar .....	69
Tabela 03. Composição Familiar .....	77
Tabela 04. População Total .....	77

## LISTA DE FIGURAS

	<b>Página</b>
Figura 01. Delimitação da área de estudo .....	29
Figura 02. Primeira Área de Aplicação dos Questionários .....	31
Figura 03. Segunda Área em que Foram Aplicados os Questionários .....	31
Figura 04. Terceira Área de Aplicação dos Questionários .....	32
Figura 05. Área de Estudo .....	49
Figura 06. Recorte da Região de Estudo e Parte da Favela Margem da Linha Inseridas na Zona de Expansão Urbana e Residencial 2 em Campos dos Goytacazes .....	51
Figura 07. Face e Verso do Folder do Fit VIVAI .....	53
Figura 08. Interior do Folder do Fit VIVAI .....	53
Figura 09. Placa Anunciando, na Época, as Futuras Instalações do Novo Boulevard Shopping Campos, Localizado na Avenida Silvio Bastos Tavares .....	55
Figura 10. Estrutura do Boulevard Shopping Campos Ainda em Fase de Construção .....	55
Figura 11. Boulevard Shopping Campos em Plena Atividade .....	56
Figura 12. Outra Imagem Mostrando o Boulevard Shopping Campos em Plena Atividade .....	56
Figura 13. Placa Localizada ao Lado do Condomínio Horizontal Recanto das Palmeiras, Fazendo uma Chamada das Futuras Instalações do Hotel Supreme Campos .....	57
Figura 14. Placa Instalada no Local da Anterior, já se Remetendo ao Supreme Campos .....	58
Figura 15. Close da Mesma Placa Fazendo Referência à Exploração de Petróleo na Bacia de Campos .....	58
Figura 16. Localização Espacial da Favela Margem da Linha na Cidade de Campos dos Goytacazes .....	61
Figura 17. Favela Margem da Linha por Setor .....	63
Figura 18. Uma das Residências da Favela Margem da Linha .....	67
Figura 19. Esgoto a Céu Aberto em uma das Residências da Favela Margem da Linha .....	68

Figura 20.	<i>Outdoor</i> Localizado à Margem da BR 101, na Antiga Área da “Vila”, Informando o Lançamento do Programa “Morar Feliz” pela Prefeitura de Campos dos Goytacazes no Bairro Tapera	72
Figura 21.	Imagem das Casas Populares Construídas pelo Programa “Morar Feliz” da Prefeitura de Campos dos Goytacazes no Bairro Tapera para a População Remanejada da BR 101 .....	72
Figura 22.	Extensão da Favela Margem da Linha Considerada por seus Moradores .....	75

## RESUMO

Atualmente a configuração dos espaços das cidades tem apresentado diferenças quanto à clássica dualidade centro-periferia. Se antes, o centro citadino era visto como a região de moradia de classes com maior poder aquisitivo, e a periferia como refúgio dos pobres, hoje, este padrão tem se mostrado obsoleto. Atualmente, em consequência do estabelecimento ou expansão de empreendimentos em acordo com os interesses do capital, determinadas áreas podem ganhar novas configurações espaciais, sociais e novos significados.

O Estado, por sua vez, age de maneira diferenciada no espaço urbano, levando as classes populares a sofrerem com a insuficiência de equipamentos urbanos como saneamento básico, saúde, mobilidade, educação, fato que pode ser observado, quando se trata das favelas.

Diversos fenômenos Socioespaciais (como a segregação e a fragmentação) tem-se manifestado no ambiente urbano (incluindo o brasileiro); o que tem acarretado ainda mais no fortalecimento de empreendimentos privados como os condomínios fechados e os *shopping centers*. Esses tem se tornado típicos no padrão de vida das elites urbanas, colaborando para o surgimento de fenômenos urbanos específicos como o “Emuralhamento da Vida Social” e as “Ilhas Utópicas”. Ao mesmo tempo, outra face da população, os “excluídos”, têm sido cada vez mais esquecida, deixada às margens da sociedade, criando mecanismos próprios de sobrevivência.

Tais fatos podem ser observados no entorno da Avenida Silvio Bastos Tavares (popularmente conhecida como Estrada do Contorno), na cidade de Campos dos Goytacazes. Essa área no passado era vista como periférica e atualmente é definida no Plano Diretor como Zona de Expansão Urbana. Marcada pela presença da Favela Margem da Linha, ela tem atualmente apresentado um crescente processo de ocupação, através da inserção de diversos empreendimentos como condomínios fechados, estabelecimentos comerciais (hipermercados, concessionárias) e *shopping centers*.

Em decorrência desse processo de expansão uma nova configuração urbana se desenha e a população da Favela Margem da Linha pode se tornar cada vez mais segregada, ficando à margem da nova realidade espacial em formação. Desse modo, o objetivo desta dissertação é analisar as transformações socioespaciais que vem ocorrendo no entorno da Avenida Sílvio Bastos Tavares e suas consequências para a Favela Margem da Linha.

Palavras-Chave: Favela; Plano Diretor; Segregação Socioespacial.

## ABSTRACT

Currently the configuration spaces of cities have shown differences in the classic center-periphery duality. If before, the center city was seen as the place of residence of classes with greater purchasing power, and the periphery as a refuge for the poor, today, this pattern has been shown to be obsolete. Currently, as a result of the establishment or expansion of projects in accordance with the interests of capital, certain areas may gain new spatial configurations, social and new meanings.

The state, in turn, acts differently in the urban space, taking the classes to suffer due to the lack of urban facilities such as sanitation, health, mobility, education, which can be observed, especially when it comes to the favelas.

Several socio-spatial phenomena (such as Segregação and Fragmentação) has been manifested in the urban environment (including Brazilian), which has led to the further strengthening of private enterprise as condominiums and shopping malls. This has become typical in standard of living of urban elites, contributing to the emergence of specific urban phenomena as the "Emuralhamento da Vida Social" and "Ilha Utópicas". At the same time, another face of the population, the "outsiders" have been increasingly forgotten, left to the margins of society, creating their own mechanisms for survival.

These facts can be observed in the vicinity of Av. Silvio Bastos Tavares (popularly known as Estrada do Contorno) in the city of Campos dos Goytacazes. This area was once seen as peripheral and is currently defined in the Plano Diretor as Urban Expansion Zone. Marked by the presence of Favela Margem da Linha, she currently has presented a growing process of occupation, through the insertion of several new developments like condominiums, shops (supermarkets, utilities) and shopping centers.

Due to this expansion process a new urban configuration is designed and the population of Favela Margem da Linha can become increasingly isolated, staying on the sidelines of the new spatial reality in training. Thus, the goal of this dissertation is to analyze the socio-spatial transformations that have occurred in the vicinity of Av. Silvio Bastos Tavares and its consequences for the Favela Margem da Linha.

Keywords: Favela; Plano Diretor; Segregação Socioespacial.

Formulário Nº: \_\_\_\_\_

Localidade: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

**UENF/CCH/LEEA**

ENDEREÇO:

\_\_\_\_\_

1. SEXO: ( ) Masculino ( ) Feminino

2. RELAÇÃO COM A PESSOA RESPONSÁVEL PELO DOMICÍLIO:

( ) Pessoa Responsável

( ) Cônjuge, Companheiro (a)

( ) Filho (a), Enteado (a)

( ) Pai, Mãe

( ) Sogro (a)

( ) Neto (a)

( ) Irmão, Irmã

( ) Agregado, Pensionista, Inquilino

( ) Outros \_\_\_\_\_

3. BAIRRO QUE RESIDE: ( ) Tapera ( ) Parque São Caetano ( ) Rodoviário ( ) Outro \_\_\_\_\_

4. TEMPO DE MORADIA:

( ) Até 5 anos

( ) De 6 a 10 anos

( ) 11 a 20 anos

( ) 21 a 30 anos

( ) 31 a 40 anos

( ) 41 a 50 anos

( ) mais de 50 anos

5. QUANTAS PESSOAS MORAM NO DOMICÍLIO ? \_\_\_\_\_

6. BAIRRO/LOCAL DE TRABALHO \_\_\_\_\_

7. RENDA FAMILIAR \_\_\_\_\_

8. POSSUI ALGUM COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA?

( ) Conta de Luz ( ) Conta de Água ( ) Conta de Telefone Fixo ( ) Conta de Celular Pós-Pago

( ) Outro \_\_\_\_\_

9. O SENHOR (A) CONSIDERA O LOCAL QUE RESIDE:

( ) Bairro ( ) Favela ( ) Comunidade ( ) Outro \_\_\_\_\_

10. EM SUA OPINIÃO, QUAIS SÃO OS LIMITES DE SEU BAIRRO/COMUNIDADE/FAVELA?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

**11. O SEU BAIRRO/COMUNIDADE/FAVELA SE SITUA EM UMA ÁREA:**

- central
- próxima ao centro
- afastada do centro
- na periferia
- não sabe/não respondeu

**12. TIPO DE MORADIA**

- Alugada (*ignorar questões 17, 18 e 19*)
- Própria (*ir direto para a pergunta 17*)
- Cedida (*ir direto para a pergunta 18*)
- Outro \_\_\_\_\_

### **PERGUNTAS PARA ALUGUEL**

**13. O SENHOR (A) ALUGOU O IMÓVEL EM IMOBILIÁRIA OU COM O PRÓPRIO PROPRIETÁRIO?**

- Imobiliária
- Proprietário
- Outro \_\_\_\_\_

**14. O TIPO DE CONTRATO COM O LOCATÁRIO FOI:**

- Contrato de Aluguel Escrito
- Contrato de Aluguel Verbal
- Outro \_\_\_\_\_

**15. O SENHOR (A) SE RECORDA DO VALOR PAGO NO INÍCIO DO ALUGUEL?**

---

**16. ATUALMENTE O VALOR SE MANTÉM O MESMO OU JÁ SOFREU ALGUM AUMENTO? PODERIA FORNECER O VALOR ATUAL?**

---

### **PERGUNTAS PARA COMPRA**

**17. O SENHOR (A) SE RECORDA DO VALOR PAGO NA COMPRA DO IMÓVEL?**

---

**18. POSSUI ALGUM TIPO DE DOCUMENTO COMPROBATÓRIO OU DE COMPRA E VENDA DO IMÓVEL?**

- Não Possui
- Escritura
- Documento Registrado em Cartório
- Contrato Verbal
- Contrato Escrito
- Título de Propriedade
- Outro \_\_\_\_\_

**19. EM ALGUM MOMENTO O SENHOR (A) JÁ PENSOU EM VENDER SUA RESIDÊNCIA? SE FOSSE O CASO, POR QUANTO SERIA O VALOR DE VENDA DO IMÓVEL?**

---

**20. QUAL ATRIBUTO O SENHOR (A) ACHA QUE MAIS VALORIZA A SUA RESIDÊNCIA?**

**21. E O QUE MAIS DESVALORIZA A SUA RESIDÊNCIA?**

**22. O (A) SENHOR (A) OBSERVA ALGUMA MUDANÇA FÍSICA NA FAVELA MARGEM DA LINHA?**

<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Para Melhor	<input type="checkbox"/> Instalação de Redes de Esgoto <input type="checkbox"/> Instalação de Galerias Pluviais <input type="checkbox"/> Instalação de Fornecimento de Água <input type="checkbox"/> Instalação de Iluminação Pública <input type="checkbox"/> Pavimentação <input type="checkbox"/> Novas Construções. Quais? _____ <input type="checkbox"/> Expansão, desenvolvimento, crescimento do local <input type="checkbox"/> Outras Mudanças. Quais? _____
	<input type="checkbox"/> Para Pior	<input type="checkbox"/> Perda da Propriedade <input type="checkbox"/> Remanejamento <input type="checkbox"/> Degradação dos espaços <input type="checkbox"/> Outro _____
<input type="checkbox"/> Não		

**23. O SENHOR (A) OBSERVA ALGUMA MUDANÇA FÍSICA NO ENTORNO DA FAVELA MARGEM DA LINHA?**

<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Para Melhor	<input type="checkbox"/> Instalação de Redes de Esgoto <input type="checkbox"/> Instalação de Galerias Pluviais <input type="checkbox"/> Instalação de Fornecimento de Água <input type="checkbox"/> Instalação de Iluminação Pública <input type="checkbox"/> Pavimentação <input type="checkbox"/> Novas Construções na Área de Entorno. Quais? _____ <input type="checkbox"/> Expansão, desenvolvimento, crescimento do Entorno <input type="checkbox"/> Outras Mudanças. Quais? _____
	<input type="checkbox"/> Para Pior	<input type="checkbox"/> Perda da Propriedade <input type="checkbox"/> Remanejamento <input type="checkbox"/> Degradação dos espaços <input type="checkbox"/> Outro _____
<input type="checkbox"/> Não		

**24. QUANTO AO SETOR DE SERVIÇOS DO BAIRRO/COMUNIDADE/FAVELA (Farmácias, Supermercados, Dentistas, Padarias, etc.):**

Não satisfaz as suas necessidades

Satisfaz as suas necessidades

**25. EM SUA OPINIÃO A OFERTA DE SERVIÇOS DO BAIRRO/COMUNIDADE/FAVELA TEM AUMENTADO?**

- ( ) Sim  
( ) Não

Por quê? \_\_\_\_\_

**26. AINDA EM RELAÇÃO AOS SERVIÇOS EM SEU BAIRRO/COMUNIDADE/FAVELA, QUANTOS EXISTEM:**

- ( ) Padarias  
( ) Farmácias  
( ) Açougues  
( ) Armários  
( ) Quitandas  
( ) Mercados  
( ) Escolas  
( ) Postos de Saúde  
( ) Praças/Parques

**27. O QUE O SENHOR (A) ACHA QUE FALTA EM SEU BAIRRO/COMUNIDADE/FAVELA?**

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

**28. ONDE FAZ AS COMPRAS DIÁRIAS (pão, leite, verduras...)?**

- ( ) Grandes Supermercados como Makro, Hiper Super Bom ou Walmart. Especificar \_\_\_\_\_  
( ) Mercados de menor porte próximos ou no interior da comunidade. Especificar \_\_\_\_\_  
( ) Outros. Especificar \_\_\_\_\_

**29. EM QUAL LOCAL O SENHOR COSTUMA FAZER COMPRAS MAIORES (de mês)?**

- ( ) Grandes Supermercados como Makro, Hiper Super Bom ou Walmart. Especificar \_\_\_\_\_  
( ) Mercados de menor porte próximos ou no interior da comunidade. Especificar \_\_\_\_\_  
( ) Outros. Especificar \_\_\_\_\_

**30. EM QUAL LOCAL DA CIDADE O SENHOR (A) COSTUMA COMPRAR:**

- |  |  |  |
|--|--|--|
| - ROUPAS E<br>UTILIDADES<br>DOMÉSTICAS |  | ( ) Lojas no Centro da Cidade<br>( ) Lojas e Shoppings na Pelinca<br>( ) Lojas no Próprio Bairro<br>( ) Outros _____ |
|--|--|--|

- |                    |  |  |
|--------------------|--|--|
| - ELETRODOMÉSTICOS |  | ( ) Lojas no Centro da Cidade<br>( ) Lojas e Shoppings na Pelinca<br>( ) Lojas no Próprio Bairro<br>( ) Outros _____ |
|--------------------|--|--|

- |          |  |  |
|----------|--|--|
| - MÓVEIS |  | ( ) Lojas no Centro da Cidade<br>( ) Lojas e Shoppings na Pelinca<br>( ) Lojas no Próprio Bairro<br>( ) Outros _____ |
|----------|--|--|

**31. QUAL O ATRIBUTO O SENHOR (A) ACHA QUE MAIS VALORIZA A REGIÃO EM QUE MORA?**

---

**32. QUAL O ATRIBUTO O SENHOR (A) ACHA QUE MAIS DESVALORIZA A REGIÃO EM QUE MORA?**

---

**33. O SENHOR (A) ACHA QUE COM A PRESENÇA DO NOVO SHOPPING OS IMÓVEIS DA REGIÃO SERÃO MAIS VALORIZADOS? POR QUÊ?**

---

---

**34. E OS IMÓVEIS DA FAVELA MARGEM DA LINHA, TAMBÉM SERÃO? POR QUÊ?**

---

---

**35. O SENHOR (A) ACHA QUE COM A VINDA DO NOVO SHOPPING PARA A REGIÃO A POPULAÇÃO QUE VIVE NA MARGEM DA LINHA TERÁ NOVAS OPÇÕES DE LAZER E COMPRAS?**

( ) Sim      ( ) Não

Por Quê? \_\_\_\_\_

---

**36. O SENHOR (A) ACHA QUE COM A VINDA DO NOVO SHOPPING PARA A REGIÃO A POPULAÇÃO QUE VIVE NA MARGEM DA LINHA TERÁ NOVAS OPÇÕES DE EMPREGO?**

( ) Sim      ( ) Não

Por Quê? \_\_\_\_\_

---

**37. EM SUA OPINIÃO QUAL É A ÁREA MAIS VALORIZADA DA CIDADE?**

---

**38. EM SUA OPINIÃO QUAL É A ÁREA MAIS DESVALORIZADA DA CIDADE?**

---

**39. EM SUA OPINIÃO QUAL É A ÁREA MAIS IMPORTANTE DA CIDADE?**

---

**40. DESEJA FAZER ALGUM COMENTÁRIO NO QUESTIONÁRIO?**

---

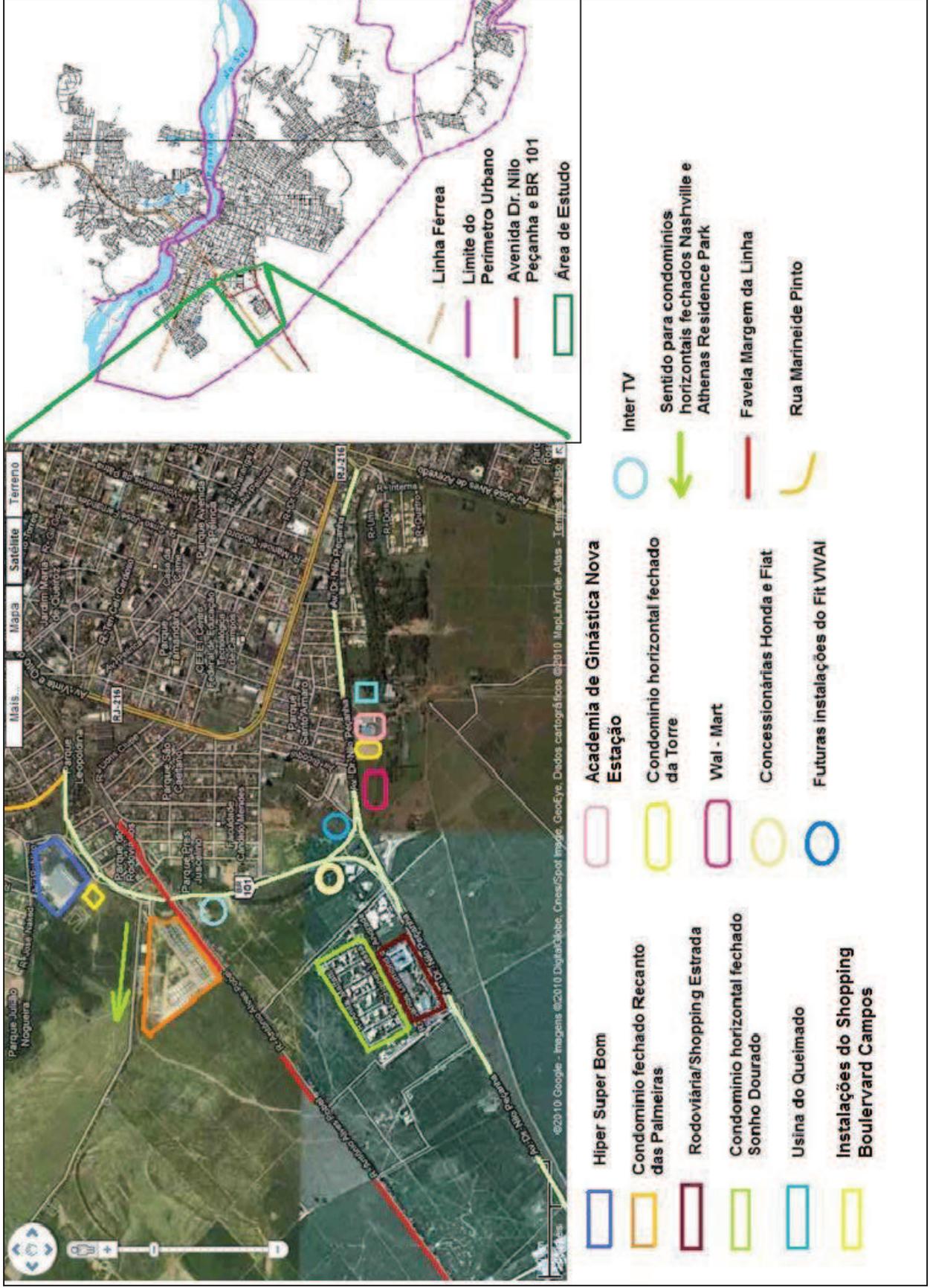
---

---

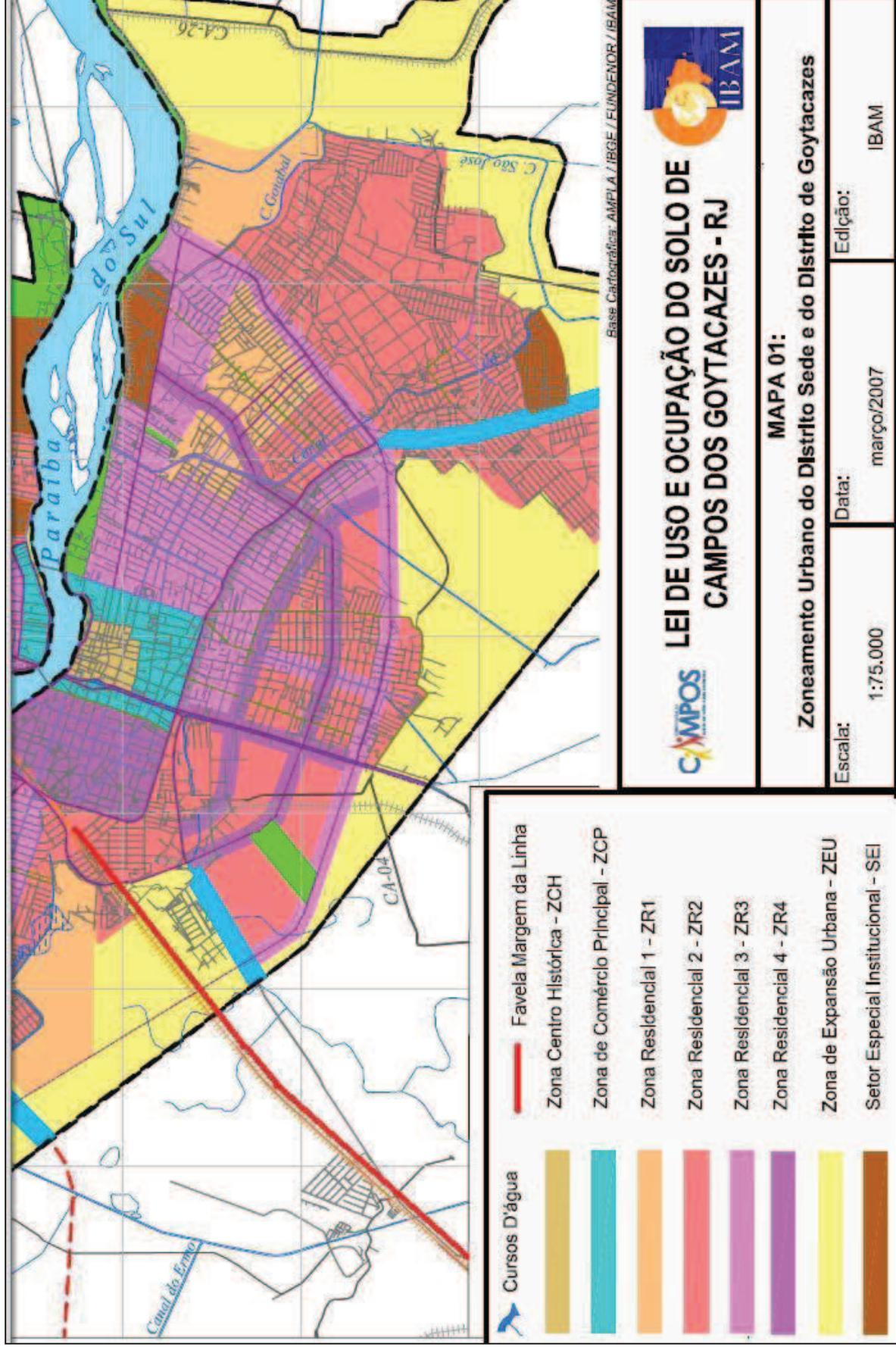
---



**Figura 01.** Delimitação da área de estudo. Observe-se a área antes da inserção dos novos empreendimentos, em 1995, a qual só apresentava o Terminal Rodoviário Shopping Estrada.  
**Fonte:** FUNDENOR, 1995. Adaptado pelo autor.

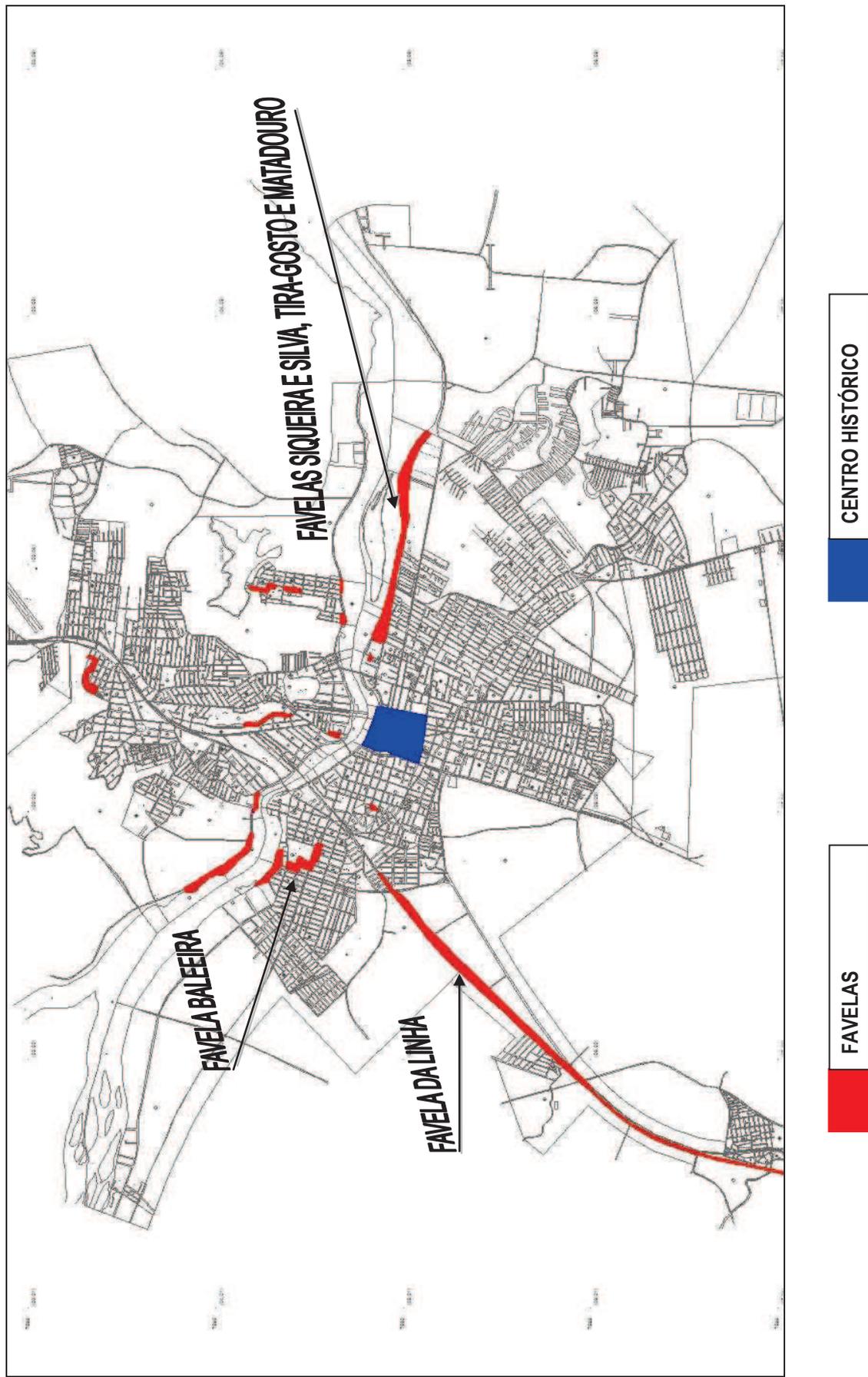


**Figura 05.** Área de Estudo.  
**Fonte:** Google Maps. 04/03/2010; 06/06/2011; Plano Diretor, 2007. Adaptado pelo autor.



**Figura 06.** Recorte da Região de Estudo e Parte da Favela Margem da Linha Inseridas na Zona de Expansão Urbana e Residencial 2 em Campos dos Goytacazes.

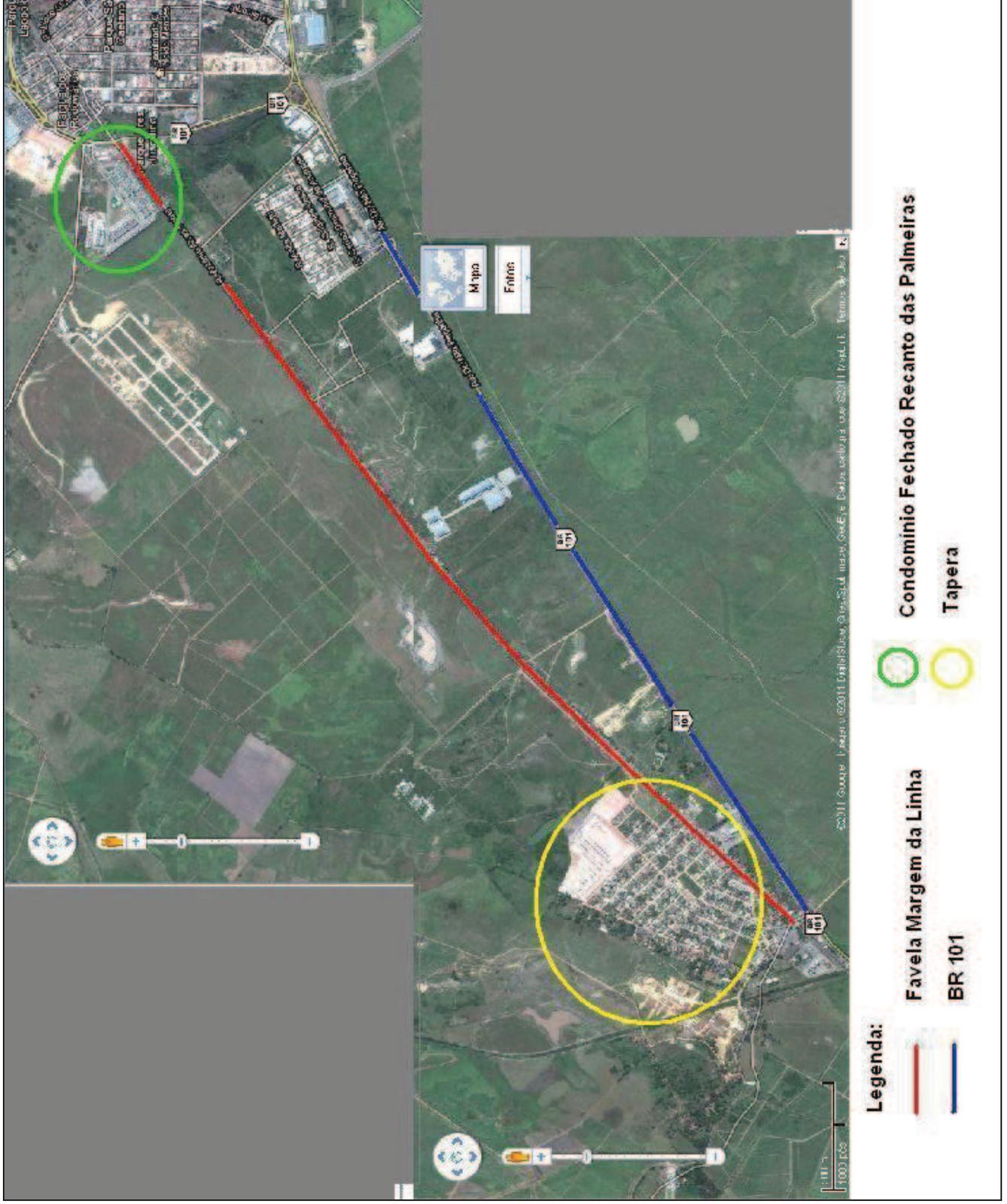
**Fonte:** IBAM - Lei de Uso e Ocupação do Solo de Campos dos Goytacazes – RJ, Março 2007. Adaptado pelo autor.



**Figura 16.** Localização espacial da Favela Margem da Linha na cidade de Campos dos Goytacazes.  
**Fonte:** LEEA/CCH/UENF, 2008.



**Figura 17.** Favela Margem da Linha por Setor.  
**Fonte:** Google Maps. 04/03/2010. Adaptado pelo autor.



**Figura 22.** Extensão da Favela Margem da Linha considerada por seus moradores.  
**Fonte:** Google Maps, 03/06/2011. Adaptado pelo autor.